

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Cenários Urbanos:

**O papel da paisagem na construção do discurso político
em Março de 1964**

Thiago Rocha Ferreira da Silva

Rio de Janeiro
2006

**Cenários Urbanos:
O papel da paisagem na construção do discurso político
em Março de 1964**

Thiago Rocha Ferreira da Silva

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes
Rio de Janeiro
2006

Ficha Catalográfica:

FERREIRA DA SILVA, Thiago Rocha.
Cenários Urbanos: o papel da paisagem na construção do discurso político em Março de 1964. Thiago Rocha Ferreira da Silva. UFRJ/PPGG, 2006.
128 p., 1 vol., il.
(Dissertação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, PPGG, 2006. Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.
1. Geografia Cultural 2. Paisagem 3. Manifestações políticas 4. Discurso. 5. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PPGG
I. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ II. Título

**Cenários Urbanos:
O papel da paisagem na construção do discurso político
em Março de 1964**

Thiago Rocha Ferreira da Silva

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada por:

Prof. Paulo Cesar da Costa Gomes
(Orientador)

(Doutor, PPGG/UFRJ)

Prof. Roberto Lobato Corrêa

(Doutor, PPGG/UFRJ)

Prof. Laurent Vidal

(Doutor, Université de La Rochelle)

Prof. Scott William Hoefle

(Doutor, PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro
2006

*Às musas:
Clio, Euterpe, Tália,
Melpômene, Terpsícore, Érato,
Polímnia, Urânia, Calíope
e, é claro, Isabela.*

Agradecimentos

Ao meu orientador, Paulo Cesar da Costa Gomes, pelas lições maravilhosas, pela boa amizade mas, principalmente, pelo incentivo à criatividade e à liberdade de pensamento.

Ao professor Roberto Lobato Correa, pelo exemplo de retidão intelectual e pessoal e pelo enorme privilégio concedido de debater comigo questões da Geografia.

Ao professor Scott Hoefle, por proporcionar meus primeiros contatos com os pensadores de Teoria Cultural e por mostrar a possibilidade de caminhos novos.

Aos meus caríssimos companheiros e amigos do grupo Território e Cidadania, Rodrigo Valverde, Alice Nataraja, Henrique Gonçalves, Marcela do Nascimento, minha querida madrinha, aos “novatos” Lucinda, Marcos e Paulo, pelas magníficas conversas, acadêmicas ou não.

Aos meus queridos e inseparáveis amigos da graduação, Rafael Chaves, Otto Faber, Alice Belfort, Fabio Neves, Juliana Nunes e Flavio Bartoly, a quem pertence também parte deste mestrado.

Ao meu querido amigo e encenador genial Cláudio Volkart, por ser meu guia para o lado “de dentro” do teatro.

À minha família, pela compreensão com um filho, neto, irmão, que, não satisfeito em se dedicar à Geografia, ainda resolveu se embrenhar por caminhos bastante diferentes da imagem que eles tinham da disciplina. A boa notícia é que cá estou, sobrevivi.

À Isabela, minha fonte de inspiração, companhia incansável e alentadora na nossa trajetória geográfica e na nossa vida, pelo amor.

Ao Cnpq, à FAPERJ e ao Programa de Pós-Graduação por garantirem as condições materiais necessárias para a realização do meu curso de mestrado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre o papel da paisagem para a construção do discurso em manifestações políticas. Mais especificamente, o que buscamos aqui é tentar compreender as relações entre o discurso da manifestação política e os significados socialmente compartilhados a respeito do lugar onde se realiza esta manifestação. Para tanto, partimos da construção de uma perspectiva metafórica da paisagem vista como um cenário.

A idéia da paisagem como cenário se apóia na possibilidade de concebermos o cenário como um sistema espacial de significação, construído a partir da apropriação, pelo encenador, dos significados das formas eleitas para constituir esse cenário. Esse conjunto de formas simbólicas se conjugaria com os outros sistemas de significação do espetáculo, tais como o texto, a fala, o figurino ou a iluminação, por exemplo, dando corpo ao discurso deste espetáculo.

A paisagem por sua vez, também pode ser compreendida como um conjunto de formas simbólicas, um sistema espacial de significação, como vem sendo feito por diversos trabalhos no campo da Geografia Cultural renovada. O que se pretende ao pensar a paisagem como um cenário é incorporar a possibilidade da apropriação de alguns significados desta paisagem para a construção de discursos. No caso deste nosso trabalho, os discursos políticos.

Propomos com esta dissertação promover à luz da perspectiva da paisagem como cenário a interpretação de duas manifestações políticas ocorridas em Março de 1964, um momento crucial da história do nosso país. A primeira delas foi o Comício da Central, ocorrido em 13 de Março, na cidade do Rio de Janeiro, enquanto a segunda foi a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, ocorrida seis dias depois, em 19 de Março, na cidade de São Paulo em resposta ao Comício. Além da possibilidade de diálogo entre essas duas manifestações, pretendemos enfatizar o papel fundamental da paisagem na construção de seus discursos, buscando uma abordagem original para os eventos pela ótica da Geografia.

ABSTRACT

Our purpose with this work is to promote a reflection on the role that landscape plays in the construction of discourse in political demonstrations. More specifically, we intend to comprehend the relations between the discourse of a political demonstration and the socially shared meanings of the place where this demonstration happens. To achieve such a goal, we chose to build a metaphorical perspective of landscape as scenery.

The idea of landscape as scenery is supported by the possibility of conceiving scenery as a spatial signifying system, which is built as an appropriation of the meanings of the objects chosen to constitute the scenery. This assemblage of symbolic objects, when united with the other signifying systems of the spectacle, such as the text, the speech, costumes or lighting, for example, creates the discourse of the spectacle.

Landscape may also be comprehended as an assemblage of symbolic objects, a spatial signifying system, as we can see in several works in the field of the renewed Cultural Geography. When we imagine landscape as scenery we intend to incorporate the possibility of some of those meanings present in landscape being appropriated by the construction of discourses. In our case, they are political discourses.

We propose here to promote the interpretation of two political demonstrations under the light of the perspective of landscape as scenery. These demonstrations happened in March, 1964, a crucial moment in Brazilian history. The first one was the Central Station Assembly, which happened on March 13th, in Rio de Janeiro. The second one was the March of the Family, with God, for Freedom, which happened six days later in São Paulo as an answer to the Assembly. Beyond the possibility of establishing a dialog between the two demonstrations, we intend to emphasize the fundamental role that landscape played in the demonstrations' discourses, seeking an original approach on these events by a geographical vision.

Sumário

Introdução ou Prólogo.....	10
Capítulo I: Paisagem, Cenário e Manifestações Políticas.....	16
I.1: Da semiótica.....	16
I.1.1: Alguns elementos de semiótica.....	16
I.1.2: Geertz: uma concepção semiótica da cultura.....	18
I.2: Da paisagem.....	21
I.2.1: Um primeiro momento da paisagem cultural.....	21
I.2.2: A paisagem na Geografia Cultural renovada.....	23
I.3: Do discurso.....	26
I.3.1: Princípios do discurso.....	26
I.3.2: O espaço público como espaço do discurso.....	28
I.4: Manifestações política, paisagens e discurso.....	29
I.4.1: A paisagem como cenário.....	29
I.4.2: Manifestações políticas e uso de cenários.....	33
I.5. Procedimentos para a interpretação.....	37
Capítulo II: A Construção do Espetáculo.....	43
II.1: A ascensão política de João Goulart.....	43
II.2: De vice-presidente... ..	50
II.3: ... a presidente deposto.....	54
Capítulo III: Uma Trama em Dois Atos.....	67
III.1: 1º ato: Sexta-feira, 13 de Março, Central do Brasil.....	67
III.2: 2º ato: Quinta-feira, 19 de Março, da Praça da República à Praça da Sé.....	73
III.3: Duas manifestações, dois discursos, dois cenários.....	77
III.3.1: O Comício da Central: Transfiguração e evocação do herói morto....	77
III.3.2: Marcha da Família, com Deus pela Liberdade: a resistência pelo discurso da tradição.....	99
Considerações Finais:.....	119
Fontes:.....	123

Introdução ou Prólogo:

“Se não são ilusões, estamos num teatro”

A razão de se iniciar uma dissertação de mestrado por um prólogo é, para nós, mais do que um recurso estilístico para a redação. Assim como pensar a metáfora da paisagem como cenário tem um sentido mais amplo do que o de uma simples alegoria. Nos dois casos, o que buscamos é um apoio à reflexão, uma convocação à imaginação para, além de tornar menos áspero o texto acadêmico, tentar tornar algumas de nossas idéias mais claras.

A respeito do prólogo, PESSOTTI (1993) nos conta que, ao lado da Teofania final e de um refuncionalização do coro, constituíram as maiores inovações de Eurípedes na montagem das suas peças. O prólogo euripediano praticamente antecipa a trama da peça. A opção do autor de abrir mão do efeito da surpresa, contudo, em nada esvazia o interesse pelo texto. Pelo contrário, graças à informação prévia da trama, dissipa-se o esforço de decifrá-la, e pode, assim, o espectador se expor inteiramente ao jogo patético dos ódios, amores e desesperos que ergueu as tragédias de Eurípedes ao patamar de eternidade sobre o qual se encontram.

Dentre as pretensões desta dissertação, no entanto, não figura a de esperar envolver nossos leitores tão brilhantemente. O propósito de haver um prólogo no nosso trabalho reside no fato da idéia do prólogo euripediano ter um papel próximo àquele que acreditamos ser o da introdução em uma dissertação. Se é tarefa dura para um trabalho acadêmico fazer apelos tão densos à emoção de seus leitores, sua introdução pode, ao menos, cumprir o papel de esclarecer previamente a trama. Acreditamos que, em um trabalho acadêmico, quanto mais clara é esta trama, melhor podem ser percebidas as idéias, o que de fato importa para nós. Este é o primeiro motivo pelo qual nossa introdução se torna prólogo.

Dentro desta perspectiva, apresentamos, então, o que pretendemos com nosso trabalho. O ponto de onde partimos para esta dissertação é uma questão aparentemente simples, mas em cujos desdobramentos restam todas as outras questões que guiam este trabalho: qual é a razão que orienta a escolha do local de realização de uma manifestação política?

Podemos buscar diferentes caminhos para responder essa questão, dependendo dos elementos que preferirmos valorizar. Em uma reflexão rápida, podemos pensar, por exemplo, na acessibilidade que alguns lugares podem promover, garantindo um maior público a uma manifestação. Ou ainda, pensando o público em termos mais quantitativos poderíamos nos referir aos espaços públicos de maior visibilidade como sendo aqueles capazes de atrair os olhares da cidade. O nosso enfoque, no entanto, pretende se concentrar sobre uma possível relação entre o local de realização da manifestação e o seu discurso.

A abordagem que nos propomos aqui é a de tentar compreender como o espaço público assume a condição de cenário para as manifestações políticas. Em outras palavras, como as formas presentes nos espaços públicos podem nutrir o discurso das manifestações políticas através dos significados que a sociedade pode atribuir a estas formas espaciais. Assim se constitui a questão central que guia o nosso trabalho.

Mas por que usar o cenário como metáfora? A paisagem como cenário se apóia na visão de que o cenário é um dos vários sistemas de significados que, juntos, se completam no discurso do espetáculo. Nesse sentido, mais uma vez nos apropriamos da fala de Mefistófeles, quando ela separa o teatro da ilusão. O teatro é representação, é um discurso construído para o qual o cenário, como sistema espacial de significados, tem uma grande importância. O que queremos propor com esse trabalho é a idéia de que a metáfora do cenário pode nos ajudar a compreender o papel da paisagem na construção do discurso político.

O segundo motivo pelo qual apresentamos um prólogo se encontra no subtítulo que demos a este prólogo: “se não são ilusões estamos num teatro”. Eleger este pedaço de texto para dar nome à nossa introdução se deve não somente a uma citação ao grande autor alemão, mas também ao fato dele representar um exemplo de uma tradição que pretendemos evocar com a idéia da paisagem como cenário. A apropriação que fazemos da fala de Mefisto se dá pela sua inserção na tradição de se conceder uma ordem teatral ao mundo, tradição esta que ficou conhecida como *theatrum mundi*, ou teatro do mundo.

Esta é, sem dúvida, uma tradição bastante antiga no pensamento ocidental, podendo ser identificada desde o classicismo greco-romano, passando por algumas tradições cristãs, mas tornando-se, de fato, célebre quando é incorporada como meta-linguagem no teatro, através de autores como Calderón de La Barca, Shakespeare e, claro, Goethe. A partir do século XVII o *theatrum mundi* já pode ser considerado bastante popular, estando eternizado pela frase de Shakespeare, “o mundo é um palco”¹.

Mais recentemente, contudo, certos pensadores vêm incorporando essa tradição na tentativa de compreender alguns fenômenos sociais. Dentre eles podemos destacar alguns que são fontes de inspiração para o nosso trabalho: GOFFMAN (1985), pela idéia de uma microsociologia apoiada na representação cotidiana do “eu” para o “outro”; SENNETT (1989), pela concepção do homem público como um ator; GEERTZ (1991) e BALANDIER (1992) pela associação entre poder e representação.

A metáfora da paisagem como cenário é, para nós, uma possibilidade geográfica para esta tradição. Nesse sentido, GOMES (1997), por exemplo, nos mostra que à pesquisa geográfica cabe a tarefa de interpretar a lógica e coerência que estão por trás da disposição física dos elementos do espaço, a ordem espacial. A Geografia nos permite refletir sobre este arranjo espacial e sobre os sentidos que este arranjo pode assumir. Ora, pensar o mundo como um teatro passa, necessariamente, pela reflexão de que não há teatro sem espaço cênico. E, se há espaço cênico, é possível que haja um certo arranjo das coisas neste espaço cuja lógica e significado sejam passíveis de uma interpretação. Acreditamos que interpretar os cenários das manifestações políticas, o papel das formas simbólicas presentes na paisagem dos espaços públicos onde elas se realizam é, sem dúvida, uma tarefa geográfica. E, possivelmente, uma tarefa inédita.

Mais especificamente, trataremos aqui da apropriação de significados da paisagem urbana para a construção do discurso político, através da análise de duas manifestações ocorridas em março de 1964. A primeira delas foi o Comício da Central do Brasil, realizado por partidários do então

¹ Para reflexões mais aprofundadas sobre o *theatrum mundi* ver FERREIRA DA SILVA, T.R. (2003). *A Geografia e o Theatrum Mundi: Uma proposta de comparação entre teatro e cidade*. Monografia de Graduação, UFRJ, Rio de Janeiro.

presidente João Goulart em 13 de março daquele ano na cidade do Rio de Janeiro; a segunda foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo por segmentos da oposição como resposta ao primeiro movimento alguns dias depois. Para tanto, estruturamos esta dissertação em três capítulos.

O primeiro deles denomina-se “Paisagem, cenário e manifestações políticas”. Com este capítulo pretendemos estabelecer as bases teóricas da construção da metáfora da paisagem como cenário. Este capítulo divide-se em três partes menores. A primeira parte reúne discussões a respeito de semiótica, paisagem, e discurso. O objetivo, aqui, é articular alguns debates a respeito desses temas de forma a nos encaminhar para a aproximação entre paisagem e cenário. Parte-se da reflexão da semiótica a respeito de sistemas de significação para chegarmos à idéia da própria paisagem como um sistema de significação que vem sendo trabalhada no campo da Geografia Cultural Renovada. Essa abordagem é o elo também com a noção de discurso, através da possibilidade de relacionar os significados da paisagem à construção de discursos.

A segunda parte responde pela construção efetivamente da metáfora. Nesta parte buscamos rever a concepção comum que toma o cenário como um simples fundo passivo, mas, ao contrário, lhe atribuímos um caráter fundamental na construção do discurso do espetáculo. Ainda neste momento, propomos a metáfora da paisagem como cenário pelo viés da apropriação de significados das formas simbólicas. Finalmente, a terceira e última parte conclui o primeiro capítulo levantando algumas reflexões metodológicas para a interpretação das manifestações.

A partir do segundo capítulo passamos a nos ocupar da trama cujos cenários buscaremos interpretar. Este capítulo se denomina “A construção do espetáculo” e tem dois objetivos: delinear a trajetória política do nosso principal personagem, o então presidente João Goulart, além de contextualizar os discursos confrontantes das duas manifestações de Março de 1964 a partir de seus antecedentes. Dessa maneira, esse capítulo também se divide em três partes. A parte inicial se ocupa de sua introdução na política pelas mãos de Getúlio Vargas no período entre sua deposição em 1945 e a volta triunfal ao poder em 1945. O que se pretende, aqui, é

compreender os laços que ligavam Goulart ao trabalhismo populista de Vargas e de que maneira ele se tornou o principal herdeiro político de Getúlio, assumindo para si toda a carga simbólica do discurso trabalhista-getulista.

A parte que segue esta primeira trata das duas vice-presidências assumidas por João Goulart, nos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. Nossa preocupação, aqui, é com a manutenção do discurso trabalhista após o suicídio de Vargas, que se deu através da reprodução no governo Kubitschek das relações entre Goulart e a rede sindical ligada ao governo construída desde os tempos de Ministro do Trabalho de Vargas. Ainda nesta segunda parte, nos interessa também o fato de que os adversários políticos do getulismo, frustrados com a sobrevivência da política trabalhista após a morte de Vargas, transferiram sua oposição para Goulart, iniciando o processo político que culminaria em Março de 1964.

A última parte do segundo capítulo trata, finalmente, do aprofundamento desse processo, abrangendo o período que vai da renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a crise da posse de João Goulart como presidente até a radicalização de Março de 1964, mais precisamente até as vésperas do Comício da Central, quando já está bem delineado o modelo dicotômico da política nacional, representado, de um lado por um presidente que vê sua base de apoio ruir, e de outro por uma oposição fascinada pela hipótese do golpe que fora obscurecida pelo suicídio de Vargas em 1954. Tendo se passado dez anos, o conflito se rematerializa na forma das nossas duas manifestações.

Nosso terceiro capítulo chama-se “Uma trama em dois atos” e trata diretamente das manifestações. Nesse momento, apresentamos nossa trama em dois atos, cada qual com seu cenário. Ele se inicia com a descrição dos eventos para em seguida nos dedicarmos à interpretação da relação entre o discurso das manifestações e o simbolismo dos lugares onde elas ocorreram. Assim, oferecemos nossa interpretação do Comício da Central do Brasil como uma evocação da imagem heróica de Getúlio Vargas como defensor dos “trabalhadores do Brasil” e a resposta, em São Paulo, partindo da Praça da República em direção à Praça da Sé, fazendo uso do discurso anticomunista

na Marcha da Família com Deus pela Liberdade para liquidar definitivamente o governo João Goulart.

Do ponto de vista histórico, encerramos nosso recorte logo após a Marcha, apesar de os eventos definitivos daquele mês de Março ainda estarem por ocorrer. E para isso temos uma justificativa.

Este é um trabalho de Geografia. O que buscamos evidenciar ao resgatar eventos que ocorreram há mais de quarenta anos é a importância que podemos reconhecer no espaço para a construção do discurso político. O sentido de lançar um olhar diferente sobre duas manifestações políticas que não são muito privilegiadas pela historiografia brasileira é o de valorizar a abordagem geográfica através, não de novos fatos, mas de um caminho novo para interpretar um momento crucial da vida política do nosso país.

Este trabalho é um esforço, uma tentativa de mostrar uma dentre as ricas possibilidades de abordagens da Geografia para a discussão política nos mais diversos níveis. Nesse sentido, nos parece que, para além da escala institucional, à qual a Geografia Política vem dando seguidas e importantes contribuições, dificilmente os geógrafos são convocados a opinar nos debates a respeito da política no Brasil. Essa dissertação é, portanto, ao tentar evidenciar sua importância, uma modesta exaltação da abordagem geográfica. Em meio às caríssimas contribuições de outras disciplinas como a História, a Semiótica, a Antropologia, tentamos nos manter atentos à nossa própria contribuição. Esperamos ter sido bem sucedidos.

I – PAISAGEM, CENÁRIO E MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS

I. 1 – Da semiótica

I.1.1 – Alguns elementos de semiótica

Etimologicamente, podemos buscar a raiz da palavra *semiótica* no original grego *semion* ou *semeion* (σημειον), com o significado de *signo*, de onde deriva ainda a semiose, que para ECO (2003) se definiria da seguinte maneira:

“A semiose é o fenômeno, típico dos seres humanos (...), pelo qual – como diz Peirce – entram em jogo um signo, seu objeto (ou conteúdo) e sua interpretação. A semiótica é a reflexão teórica sobre o que seja a semiose”. (ECO, 2003, pg. 5)

Prosseguindo, assim, na nossa tentativa de definição de semiótica, talvez seja necessário ainda um esclarecimento: como reflexões a respeito do fenômeno da semiose, qual seria a diferença entre semiótica e semiologia? Levando-se em conta a carta constitutiva da International Association for Semiotic Studies – Association Internationale de Sémiotique de 1969 considera-se os dois termos como equivalentes. Contudo, alguns autores ainda apontam algumas distinções, seja por seus objetos teóricos, seja por pressupostos ideológicos, como sugere ECO (2003).

A principal destas distinções se dá pela filiação a uma das duas linhas fundadoras, a semiologia relacionada à linha lingüística de Ferdinand de Saussure e a semiótica respondendo pela linha filosófica de Charles Sanders Peirce. Estes autores podem ser considerados pioneiros da semiótica contemporânea, tendo chegado a conclusões bastante semelhantes ainda que sem qualquer colaboração entre eles. Uma segunda distinção é feita por GREIMAS (1970), sugerindo que a semiótica designe campos específicos de estudo, como o cinema o teatro e a literatura, enquanto a semiologia definiria uma teoria geral. Finalmente,

uma terceira possibilidade reserva o termo semiologia para os campos da lingüística e a semiótica para os campos não lingüísticos. Para ECO (2003), entretanto, ainda que respeitando as diferenças epistemológicas entre os autores, seria um risco jogar com uma distinção terminológica que não conserva um sentido único naqueles que a empregam, o que justifica a posição a favor da equivalência.

A falta de unidade é também responsável pela definição da semiótica não como uma disciplina específica, com objeto e métodos próprios, mas como um campo de estudos, um repertório de interesses ainda não unificado e talvez não inteiramente unificável. Contudo, é possível identificar um caminho que cruza esse campo minimamente percorrido por todos os temas que o compõem, e este caminho é o das relações de significação.

A significação pode ser considerada a unidade básica da semiótica. Ela se dá pela relação entre um significante e um significado, através de um signo². A grosso modo, poderíamos definir o significante como um símbolo, desde o exemplo mais comum como a palavra escrita ou falada, ou ainda uma imagem, até, na definição de MORRIS (1959), qualquer objeto comum que participe da semiose. O significado, por sua vez, corresponderia a uma atividade mental, um conceito ao qual o significante faria referência. Para BARTHES (1993) significante e significado definiriam, respectivamente, forma e conteúdo. Assim, chegamos finalmente à idéia de signo, que para BARTHES (1993) se daria pela correlação dos dois outros termos, enquanto para ECO (2003) o signo se definiria como

“(...)tudo quanto, à base de uma convenção social previamente aceita, possa ser entendido como algo que está no lugar de outra coisa.” (ECO, 2003, pg. 11)

Ainda a respeito do signo, pode ser interessante notar a proposição de MORRIS (1938), para quem uma coisa só é um signo somente por ser

² Essas definições estariam mais inclinadas para um modelo saussuriano, uma vez que o modelo peirciano não se expressa completamente na relação *signifiant/signifié* proposta por Saussure. Contudo, ainda que por termos distintos, a lógica dos dois modelos é bastante semelhante.

interpretada como signo de algo por algum intérprete. A introdução do intérprete no processo traz um elemento novo que aponta para uma noção de semiótica como ação comunicativa³. Todo processo de significação é um processo de comunicação. O contrário, porém, não é verdadeiro.

Como aponta ECO (2003), o processo básico de comunicação envolve uma fonte, que emite um sinal através de um transmissor, ao longo de um canal até o destinatário. O diferencial que apresenta o processo de significação está no fato de que este exige uma resposta interpretativa para o sinal recebido. Em outras palavras, não é possível conceber a semiótica sem a interpretação.

A idéia de interpretação nos leva, assim, à reflexão de um último elemento, de acordo com o qual se dá essa interpretação. Um signo é interpretado de acordo com um código, dentro do qual o significante é relacionado ao significado que o transforma em signo. Um significante pode ser relacionado a significados os mais distintos através de códigos diferenciados, ou mesmo pode não ser interpretado, não assumindo o papel de signo e não se realizando a semiose.

A perspectiva de códigos através dos quais as coisas adquirem significação nos traz algumas formas de se conceber o conceito de cultura, uma das quais é particularmente interessante aos nossos propósitos. É sobre ela que vamos nos deter neste momento.

1.1.2 – Geertz: uma concepção semiótica da cultura

A associação entre a semiótica, principalmente sob a denominação da semiologia, e as teorias culturais surge, mais fortemente, no contexto do pensamento estruturalista na antropologia cultural, como podemos verificar, por exemplo, em parte da obra de LÉVI-STRAUSS (1962). As próprias concepções semióticas de cultura externas à antropologia, como é o caso da teoria da cultura apresentada por ECO (2003) têm um forte

³ Essa posição, contudo, não é consensual. Amplos debates questionam a necessidade da intencionalidade e artificialidade na produção do signo, defendendo a possibilidade de se considerar a abordagem semiótica para signos naturais ou não intencionais. A linha que este trabalho pretende, seguir, entretanto, se identifica com a perspectiva comunicativa da semiose.

viés estruturalista. A influência racionalista é clara na proposta de uma teoria geral da cultura, com leis de produção e função sígnicas.

É interessante, assim, notar que uma das mais influentes teorias da cultura baseadas na semiótica constitua justamente uma reação ao racionalismo estruturalista na década de 1970. É importante ressaltar, contudo, que o tratamento dispensado à semiótica por Clifford Geertz depende fundamentalmente de um afastamento da idéia de uma “ciência dos signos” (talvez o maior atrativo que o estruturalismo tenha reconhecido na semiótica) e de uma preocupação maior com os significados e suas interpretações (GEERTZ, 2004). Aliás, é possível também perceber esse afastamento em algumas das últimas obras de BARTHES (2001), um dos autores que, durante um bom tempo, representou a própria imagem do estruturalismo francês.

Com “A interpretação das culturas”, em 1973, Geertz lança as bases de um novo modelo de antropologia, a antropologia interpretativa, definida, pelo próprio autor, nos seguintes termos

“O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (GEERTZ, 19, pg. 4)

Esse direcionamento interpretativo deve-se, em certa medida, à própria reflexão do autor a respeito da etnografia como resultado do trabalho antropológico. A descrição etnográfica, para Geertz, deve ir em busca dos significados que permeiam as diversas culturas, e não como apoio de uma teoria cultural geral. A antropologia interpretativa valoriza a diversidade o que faz com que reconheça a idéia de “culturas”, ao invés de um conceito único de cultura, geralmente etnocentrista.

Para realizar tal empreitada, Geertz toma emprestado o conceito de descrição densa, proveniente do pensamento do filósofo Gilbert Ryle. A descrição densa estabelece uma relação de contraposição com a descrição superficial, pelo objetivo de cada descrição. Enquanto a descrição superficial se ocuparia da forma da ação, a descrição densa procuraria focar o significado desta ação. Na diferença entre as duas, estaria justamente o objeto da etnografia: uma hierarquia estratificada de estruturas significantes, ou, em termos mais simples, camadas de significados, que orientariam o trabalho do antropólogo. Nesse sentido, Geertz afirma

“A análise é, portanto, escolher entre estruturas de significação – o que Ryle chamou de códigos estabelecidos, uma expressão um tanto mistificadora, pois ela faz com que o empreendimento soe muito parecido com a tarefa de um decifrador de códigos, quando na verdade ele é muito mais parecido com o do crítico literário – e determinar sua base social e sua importância.” (GEERTZ, 1989, pg. 7).

A partir desta analogia do trabalho antropológico com o da crítica literária se solidifica a importância da interpretação das culturas ao mesmo tempo em que se funda a ideia da cultura como texto, que pode ser lido e interpretado, trazendo consigo todas as implicações provenientes do pensamento da interpretação literária, como a da relação autor/leitor.

A concepção de cultura de Clifford Geertz constituiu, ao lado de outros autores, um dos pilares da chamada “virada cultural” que podemos identificar sobretudo a partir da década de 1970 em diversas disciplinas, dentre as quais a Geografia, onde assumiu um papel importante na formulação de uma geografia cultural renovada. Voltaremos nesse momento nossa atenção para algumas visões sobre o conceito de paisagem, onde poderemos não só constatar essa importância, mas continuar o trajeto deste trabalho em direção aos objetivos propostos.

I.2 – Da paisagem

I.2.1 – Um primeiro momento na paisagem cultural

O termo paisagem precede em muito a institucionalização da disciplina geográfica. Dentre outros autores, CLAVAL (2004) e COSGROVE (1993) reconhecem as origens do termo na pintura renascentista, sobretudo nos Países Baixos, como uma modalidade em que o pintor buscava retratar uma perspectiva da natureza a partir da janela do atelier. Na *landskip*, a moldura do quadro representaria um enquadramento da visão, como a janela enquadra a visão do pintor. Em alemão o termo se transforma em *landschaft*, em inglês, *landscape*. Contudo, a partir de um desdobramento da idéia de extensão presente em *land*, surge o *paesaggio* italiano, de onde deriva o termo francês *paysage*, linha pela qual segue-se até encontrarmos *paisagem*.

A paisagem como conceito geográfico apresenta, desde meados do século XVIII, uma grande importância para a disciplina. Diversas abordagens se desenvolveram, como as descrições dos viajantes, ou a interface de processos sociais e naturais. CLAVAL (2004) aponta entre as leituras possíveis da paisagem uma leitura funcional, uma segunda de acordo com uma perspectiva arqueológica e, finalmente, uma terceira baseada na abordagem cultural.

Talvez seja equivocado atribuir, no início do século XX, em meio ao contexto da geografia tradicional, o pioneirismo ou a exclusividade da abordagem cultural a Carl Sauer. Mas, sem dúvida, sua contribuição pode ser considerada a mais notável. Autores como BERDOULAY (1989) e CLAVAL (2004) reconhecem elementos culturais na influência vidaliana da Escola Francesa, principalmente sob a forma do “gênero de vida”, assim como em alguns geógrafos alemães, como Otto Schlüter. Sauer, contudo, é pioneiro não só em propor um método de análise da paisagem influenciado por um conceito de cultura, mas também em apresentar uma Geografia Cultural (SAUER, 1925, 1931).

É bastante conhecida a influência de antropólogos na obra de Sauer. GOMES (1996) nos mostra a importância do convívio não só com os grandes nomes da geografia norte-americana, Davis e Semple, mas também com as

influências possivelmente mais fortes, os antropólogos Franz Boas e Alfred Kroeber e o conceito de cultura conhecido como “supraorgânico”.

Como nos conta GEERTZ (2002), com o desenvolvimento do conceito supraorgânico de cultura Kroeber concluiu o que Boas sonhou para sua obra. A idéia de supraorgânico (ou superorgânico) como KROEBER (1952) apresenta representa um protesto ao reducionismo que o pensamento biológico evolucionista impunha ao pensamento social desde o século XIX. A influência desta lógica é visível na obra de grandes antropólogos de então, como TYLOR (1970) , talvez o mais notável deles, sob a forma da associação entre “raças” e “graus de civilização”. O que Kroeber faz de novo é excluir a cultura da esfera do “orgânico”, excluindo-a também da abordagem biológica.

Este novo conceito de cultura apóia-se na idéia de uma cultura reificada (DUNCAN, 2003). A cultura funciona “através” das pessoas, determinando o comportamento social. Ela é maior que o grupo social, paira sobre a sociedade com leis próprias, restando aos homens o papel de mensageiros da cultura. A internalização da cultura ocorreria pelo condicionamento e pelos hábitos comuns ao grupo cultural.

Diante disso, para Sauer, a cultura se verificaria pela marca da ação humana sobre o espaço. Surge, assim, o conceito de “paisagem cultural”, que se definiria como a ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural. A paisagem cultural é, então, uma paisagem resultado. Sendo a cultura o agente transformador, o estudo da paisagem representaria o estudo da expressão espacial da cultura.

A importância de Sauer pode ser medida pelo seu grande legado, conhecido como a Escola de Berkeley. Apesar disso, principalmente após a década de 1940, podemos observar a queda da importância da Geografia Cultural e do conceito de paisagem. Como ensina GOMES (1996), a partir de então é cada vez mais sensível a influência do pensamento racionalista e generalista (como críticas ao particularismo da geografia tradicional), culminando na geografia teórico-quantitativa. Essa nova geografia “teórica” seria capaz de dar um estatuto “verdadeiramente científico” à disciplina, através da adoção de um paradigma baseada nas ciências naturais e na linguagem matemática.

I.2.2 – A paisagem na Geografia Cultural renovada

A partir da década de 1970 podemos identificar uma revalorização da dimensão cultural em diversas disciplinas, dentre as quais a geografia, assim como novas abordagens sobre a cultura, como vimos no exemplo de Geertz, que publicou, em 1973 “A interpretação das culturas”. Ao mesmo tempo a semiótica vai solidificando o prestígio adquirido para além dos campos lingüísticos desde a década de 1960, o que leva Umberto Eco em 1976 a publicar o seu Tratado Geral de Semiótica, reunindo alguns de seus trabalhos anteriores, na mais consistente tentativa de sistematização dos estudos da semiótica após Peirce e Saussure. É neste ambiente que, em 1974, a revista francesa *L’Espace Géographique* lança um número dedicado às relações entre semiologia e geografia.

Entre outros autores de renome, encontra-se um artigo de BRUNET (1974) sobre a análise da paisagem e a semiologia. O autor desferiu ao longo do texto algumas críticas bastante duras à abordagem semiológica. Ele associa, de certa, as nascentes análises semiológicas ao método saueriano, de forma que, para criticar a Geografia Cultural de Sauer, Brunet critica também a abordagem semiológica.

Para Brunet as teorias da percepção, assim como as teorias de significação consistiriam em um modismo da academia, um subjetivismo extremado que, em suas palavras, “nos devolveria a Berkeley”. Entre as críticas dirigidas diretamente à abordagem semiológica Brunet aponta a relatividade dos signos, que impediria uma análise objetiva da paisagem, o fato de os elementos da paisagem não terem sido elaborados com o objetivo de passar informações, concluindo com a afirmativa de que a paisagem não poderia ser considerada um sistema de significados.

A Geografia Cultural renovada não vira as costas completamente para as tradições saueriana e vidaliana. Entretanto, não resta dúvida de que ela traz consigo algo de novo. A valorização do significado, sob a influência de Geertz, como vimos, mas também de Raymond Williams mostra que Brunet estava equivocado ao olhar para trás para compreender o novo momento cultural da geografia.

Um dos autores que podemos relacionar nesse momento é Augustin Berque. Com a proposição da paisagem como marca e matriz (BERQUE, 1998) ele oferece uma visão mais rica sobre o papel da cultura na formação da paisagem do que aquela da Escola de Berkeley. Para Berque, a Geografia Cultural seria o sentido que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza. Essa relação seria expressa concretamente pela paisagem.

A paisagem, para Berque, assumiria, assim, um caráter duplo. Por um lado reconhece-se a visão tradicional, através da Paisagem Marca. Essa visão privilegia a ação humana sobre o sítio, a “grafia”, podendo ser descrita e quantificada. Por outro lado, contudo, o autor aponta uma segunda dimensão para a paisagem, a Paisagem Matriz. A relação, aqui, se dá através do sujeito. A paisagem como matriz influencia o comportamento, a maneira de uma sociedade ver e agir no espaço onde habita. A relação marca/matriz nos oferece uma dimensão conceptual para a análise das paisagens, o que já se afasta das abordagens culturais tradicionais focadas nas técnicas, materiais e utensílios que seriam próprios de um grupo cultural.

Podemos identificar também com Berdoulay o reconhecimento de uma dimensão simbólica da paisagem, através do que ele denominou o nível semiótico da paisagem (BERDOULAY, 1985). Para ele, é possível conceber a paisagem como um conjunto de símbolos, transformando seu estudo em uma tarefa de análise semiológica. O interesse de Berdoulay reside na importância de se considerar o simbolismo da paisagem para certos grupos culturais na tarefa do planejamento espacial (*aménagement*).

Esta dimensão simbólica da paisagem é consolidada no texto fundamental de Cosgrove, “A Geografia está em toda parte” (COSGROVE, 1998). A paisagem, para Cosgrove, é formada por símbolos impregnados por significados pelas culturas que a constroem e que convivem nesta paisagem. O texto de Cosgrove carrega consigo críticas ao funcionalismo por vezes exagerado dos geógrafos britânicos, ao mesmo tempo em que oferece algumas contribuições interessantes para pensarmos a paisagem pela sua dimensão cultural.

A primeira delas é o reconhecimento da heterogeneidade cultural em um grupo social. Se no pensamento sobre a paisagem cultural mais tradicional a cultura era tida como um elemento homogêneo que permearia todo o grupo,

agora é preciso considerar a diversidade cultural, uma vez que essa diversidade implicará também em significações diferentes para a paisagem. Desse ponto de vista deriva, então, uma segunda contribuição: as relações sociais de um determinado grupo podem ser reconhecidas na paisagem. Dessa maneira, Cosgrove nos propõe alguns tipos de paisagem. A primeira divisão se dá entre a paisagem da cultura dominante e as paisagens alternativas, que podem ainda se dividir entre residuais, emergentes ou excluídas. As paisagens assumem dessa forma uma multiplicidade de significados que, de acordo com Cosgrove, pode ser um campo de estudo para os geógrafos culturais.

Finalmente, o último autor que gostaríamos de trazer para este nosso pequeno elenco de representantes da abordagem simbólica da paisagem é James Duncan, pela sua obra “A cidade como um texto” (DUNCAN, 1990). A influência da noção de cultura como um sistema de significação é bastante clara, como podemos notar na citação de Raymond Williams:

“A cultura é o sistema de significados através do qual uma ordem social é necessariamente comunicada, reproduzida, experimentada e explorada.(...)As práticas culturais e a produção cultural não são simplesmente derivadas de uma ordem social outrora constituída mas são elas mesmas elementos fundamentais nesta constituição. (WILLIAMS *apud* DUNCAN, 1990, pg. 15)

A idéia da cidade como um texto parte do estudo de Duncan a respeito do reino de Kandy, no Sri Lanka do início do século XIX. De forma a consolidar o poder, a monarquia promoveu uma série de grandes obras, reformulando a paisagem do reino de acordo com textos míticos. A paisagem foi assim “escrita”, podendo então ser “lida” dentro do contexto da reprodução dos textos fundadores. Para tanto, Duncan se apóia na concepção da cultura como um texto, bem como em técnicas de interpretação literária. A paisagem, como escrita, torna-se um sistema de significação passível de uma abordagem interpretativa. A paisagem para Duncan se define da seguinte maneira:

“A paisagem, eu argumentaria, é um dos elementos centrais em um sistema cultural, uma vez que como um conjunto ordenado de objetos, um texto, ela age como um sistema de significados através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado e explorado.” (DUNCAN, 1990, pg. 17)

Em primeiro lugar podemos reconhecer facilmente na citação a adaptação do conceito de cultura de Raymond Williams na paisagem de Duncan. Contudo, o que nos parece mais digno de atenção é o reconhecimento da paisagem como sistema de significação. Sem dúvida, chegamos aqui a um ponto em que pode-se falar de uma perspectiva semiótica de fato. A comparação com um texto, um sistema ordenado de objetos, torna os elementos da paisagem significantes cujo significado reside na cultura daquele grupo social, capaz de ler este texto.

Outro elemento importante da obra de Duncan é a inserção da paisagem na ótica do discurso. A paisagem de Kandy não é simplesmente um texto desinteressado, mas ela comunica uma dada ordem social que se pretende solidificar através desta comunicação. A paisagem torna-se, assim, um discurso político da monarquia. No entanto, é preciso considerar que, como texto a ser interpretado, esse discurso pode ser lido de maneiras divergentes, uma vez que a heterogeneidade do grupo social pode atribuir significados diferentes àqueles significantes da paisagem.

Esta perspectiva da paisagem inserida no discurso que Duncan nos oferece é um passo a mais no caminho da nossa proposta. Dessa maneira, direcionaremos nosso olhar um pouco mais na direção de alguns elementos a respeito dos discursos.

I.3 – Do discurso

I.3.1 – Princípios do discurso

Diferentemente das outras duas partes já apresentadas, o tratamento que dispensaremos à reflexão sobre o discurso não seguirá um trajeto razoavelmente desenvolvido ao longo do tempo. A razão para isso é o fato de

que a grande heterogeneidade das idéias sobre discursos que várias disciplinas abrigam tornaria esse caminho excessivamente tortuoso para as ambições deste trabalho.

Assim, preferimos, nesta seção, nos concentrar em alguns pontos que poderíamos chamar princípios do discurso, baseados, sobretudo, no pensamento de dois autores. O primeiro deles é o filósofo Michel Foucault, que, ao lado de Louis Althusser, provavelmente pode ser considerado a principal referência para o tema, como aponta DUNCAN (1990). O segundo autor em quem nos apoiamos é o geógrafo Vincent Berdoulay, cujos trabalhos a respeito dos discursos da própria geografia trazem uma perspectiva bastante interessante para o tema.

Podemos tentar começar pelas palavras de Duncan, na sua definição de discurso:

“Os discursos podem ser definidos como a estrutura de inteligibilidade na qual todas as práticas são comunicadas, negociadas ou desafiadas.” (DUNCAN, 1990, pg. 16)

Seguindo por esta linha, o primeiro princípio do discurso que identificamos é que ele é, antes de tudo comunicação. FOUCAULT (2004) nos diz que o discurso é um jogo de escritura, leitura e troca. De fato, não pode haver discurso sem comunicação, sem troca.

Um segundo princípio se baseia nesta idéia de comunicação e se constitui no fato de que o discurso é uma mensagem que não busca simplesmente comunicar, mas também convencer o seu receptor. Como estrutura de inteligibilidade, o discurso procura convencer de que é superior a outro discurso.

A necessidade de convencimento nos leva ao terceiro princípio. Para convencer o discurso conta com dois aspectos indissociáveis: o aspecto lógico e o aspecto retórico. O aspecto lógico responde pela mensagem, pela imagem a que o emissor deseja se associar através do discurso. O aspecto retórico, por sua vez, é aquele da forma que o emissor escolhe para potencializar essa mensagem. Para BERDOULAY (1988), as ferramentas do discurso estão para além dos argumentos, elas incluem o estilo, as emoções, a sensibilidade.

Por fim, ainda gostaríamos de apontar mais um princípio, o da multiplicidade dos sistemas de significação. Já desde a década de 1970 o sentido de o que é um texto vem se ampliando para além das fronteiras do senso comum que o associa unicamente à linguagem escrita. O discurso, por sua vez, também pode ter seguido esse rumo, no sentido de ser compreendido não só como fala e escrita. Nessa perspectiva, talvez possamos encontrar uma dimensão espacial capaz de provocar uma investigação geográfica.

I.3.2 - O espaço público como espaço do discurso

Ao tratarmos de discursos é preciso considerar que um discurso contém, como vimos, um princípio básico de comunicação. Em outras palavras, é preciso que haja, além de um receptor, um emissor desse discurso. Sem dúvida, o espaço capaz de dar conta dessa necessidade para a realização do discurso é o espaço público.

Como nos mostra GOMES (2002), a definição de um espaço público pela negação, ou seja, público é tudo aquilo que não é privado, não é capaz de suprir nossas necessidades conceituais. O estatuto jurídico, por sua vez, também seria insuficiente. Tanto porque não resta dúvida que a existência do objeto precede a lei quanto porque o texto legal é incapaz de abordar a diversidade fenomenológica que constitui este espaço. A simples acessibilidade não é capaz de promover um estatuto público ao espaço, uma vez que diversos locais públicos, como escolas e hospitais, por exemplo, não oferecem livre acesso e nem por isso perdem sua qualidade de públicos.

O espaço público seria identificado por atributos diretamente relacionados a uma vida pública. É o lugar da co-presença, do convívio, do princípio da publicidade que garante à sociedade *apresentar sua razão em público sem obstáculos, confrontá-la à opinião pública e instituir um debate* (GOMES, 2002, pág 160). O espaço público é o espaço onde se desenvolve a *mise-en-scène* da vida pública.

A dimensão da visibilidade que o espaço público proporciona é de vital importância para compreender a dinâmica espacial das manifestações

políticas, como veremos a seguir. Para GOMES (2002, pg. 165), *o espaço físico é preenchido por um vocabulário que se declina a partir de diferentes “lugares” e de variadas práticas*. Para este trabalho, o diálogo público que o discurso das manifestações políticas pretendem estabelecer se nutre não somente pela palavra, mas também por este vocabulário geográfico.

I.4 – Manifestações políticas, paisagens e discursos

I.4.1 – A paisagem como cenário

O uso de metáforas teatrais para a compreensão de uma certa ordem do mundo não constitui, por si só, uma abordagem original. Como já tratamos em outro trabalho (FERREIRA DA SILVA, 2003), conceber o mundo como um teatro é uma tradição bastante antiga e bastante diversificada, conhecida como *theatrum mundi*. É, em particular, recorrente o uso do termo cenário como designação para situações as mais diversas, inclusive em trabalhos geográficos. Contudo, com algumas exceções, naturalmente, é incomum encontramos reflexões teóricas que justifiquem esse uso.

Assim, antes de iniciarmos a apresentação da nossa proposta gostaríamos de refletir sobre alguns pontos a respeito do uso de metáforas como apoio à teoria.

Em primeiro lugar, SANTOS (1996) já nos advertiu sobre a necessidade da cautela no uso de metáforas. Para ele, a metáfora é um elemento de discurso que não deve substituir a teoria, o conceito, a explicação. Entretanto, a metáfora poderia constituir um recurso de estilo que facilitaria a compreensão de determinadas explicações.

Por sua vez, BERDOULAY (1989) nos ensina que a metáfora pode ser um procedimento discursivo chave no discurso do geógrafo, e é capaz de promover abordagens novas. Mais do que uma simples comparação ou uma analogia, a metáfora se direciona à emoção através de uma convocação da imaginação. Seu objetivo não é explicativo, mas uma maneira de sugerir uma nova organização do pensamento ou da informação. É um primeiro passo

intuitivo na direção da reconceptualização, um processo mental poderoso que leva à inovação.

As reflexões destes dois autores nos instigam a buscar o que uma metáfora para a paisagem através do cenário pode nos proporcionar de novo na abordagem deste conceito, caminhando para além de uma alegoria ilustrativa que não acrescenta nada à teoria. Assim, o primeiro passo nessa direção se dá pela necessidade de se romper com a visão do senso comum, que enxerga o cenário como um fundo passivo diante do qual se desenrola o espetáculo. Mais do que isso, o cenário responde pela dimensão espacial deste espetáculo e é preciso considerá-lo através da dualidade de uma dimensão funcional e de uma dimensão simbólica. Para tanto, gostaríamos de apresentar algumas reflexões que viemos desenvolvendo a respeito da dimensão espacial do teatro.⁴

Conforme já nos ensinou ROUBINE (1998):

“Existe uma relação de interdependência entre o espaço cênico e aquilo que ele contém: e a peça fala de um espaço, o delimita e o situa, por sua vez esse espaço não é um estojo neutro. Uma vez materializado, o espaço fala da peça (...). A partir do momento em que não se leva em conta essa interdependência tudo fica confuso”.
(ROUBINE, 1998, pg. 14)

A análise do espaço cênico pode ser dividida em dois campos maiores, a arquitetura cênica, que se ocupa da ordem espacial do lugar teatral⁵ e seus efeitos na relação entre o público e o espetáculo e a cenografia, que vai dar contra da análise do espaço da própria representação, do cenário. Em virtude do objetivo deste trabalho, nos deteremos no campo da cenografia, de forma a compreendermos mais precisamente de que maneira relacionar cenário e paisagem de uma forma condizente com os dois conceitos.

⁴ . A respeito da relação entre espaço e teatro, ver FERREIRA DA SILVA, T.R. 2003. *A Geografia e o Theatrum Mundi: Uma proposta de comparação entre teatro e cidade*. Monografia de Graduação, UFRJ, Rio de Janeiro.)

⁵ O lugar teatral constitui o espaço onde ocorre o encontro entre o público e o espetáculo, mais corriqueiramente em uma sala, mas não necessariamente.

A palavra cenografia tem sua origem no grego *skenographein* (*skènè – grapheins*), o que numa tradução literal nos levaria a uma idéia de *desenho da cena*. A cena por sua vez corresponde à *skènè*. No teatro grego, a *skènè* era a parede (ou às vezes um pano) que separaria a cena dos bastidores. O surgimento de uma cenografia se dá através da decoração da *skènè* como um complemento à encenação. Deste processo, surge o cenário.

De uma maneira geral, os manuais de teatro conferem ao cenário a função de informação, somando-se esta função a algumas outras, que podem variar. Henning NELMS (1964), por exemplo, enumera as seguintes funções para o cenário: fundo, estilo e informação. A respeito desta última, o autor ainda se aprofunda, comentando que o cenário deve informar acerca do tipo de lugar onde se situa a representação, a hora, a situação econômica, social e cultural, a atmosfera e os valores estéticos.

Essa noção do cenário como fonte de informações que complementariam o texto, abriu caminho para uma abordagem bastante interessante nas teorias teatrais: a do cenário como um sistema de significados. Essa abordagem é tributária, sobretudo, daqueles teóricos que se dedicam à semiologia do teatro.

Se, para textos a abordagem semiológica não constitui nenhuma novidade de fato, estes teóricos apresentam como inovação a idéia de que a totalidade da prática teatral se funda em um sistema de símbolos. Assim, se o texto é repleto de significados, outros elementos da encenação também o são e, juntos, cooperam como um sistema comum cuja interação resulta no sentido maior da encenação.

Tadeusz KOWZAN (1978) enumera treze sistemas de signos que constituiriam uma encenação: A palavra, o tom, a mímica facial, o gesto, o movimento cênico do ator, a maquiagem, o penteado, o vestuários, o acessório, o cenário, a iluminação, a música e o ruído. Esses sistemas se complementariam, constituindo o sentido da encenação. Dentre os sistemas propostos por Kowzan, não resta dúvida que aquele que mais interessa a uma análise espacial da encenação é o cenário.

A idéia de cenário vai além da noção de um fundo decorativo, bidimensional diante do qual se desenrola a encenação, noção esta que parece impregnar o senso comum como única possibilidade. Sem dúvida,

esta noção parece ser influenciada pela prática recorrente do uso do cenário pictórico, onde uma pintura de fundo responderia por todas as funções do cenário. Há que se considerar no entanto, a possibilidade de um cenário estrutural, que assume uma dimensão espacial tridimensional. É preciso levar em conta como parte da cenografia todo o espaço utilizado para a representação, inclusive as formas que ocupam o palco, não somente o fundo.

Essa perspectiva nos proporciona duas dimensões para o espaço cênico: uma dimensão material e outra simbólica. A dimensão material é aquela que se constitui através das formas que ocupam o espaço cênico e, com as quais os atores irão interagir. Esta dimensão concede às formas uma funcionalidade, uma participação física na ação dramática, através do seu uso pelos atores. O espaço cênico, assim poderia ser constituído por um sistema de objetos em relação indissociável com um sistema de ações, em uma aproximação, ainda que bastante tímida, da proposta de espaço de SANTOS (1996). O espaço cênico não é um simples receptáculo para a representação: a ordem do espaço cênico, e aí se incluem as suas formas, os objetos cênicos, orienta e dá sentido ao desenrolar da representação neste espaço.

Por outro lado, a cenografia se ocupa também da dimensão simbólica deste espaço cênico. É neste momento que retomamos a função de informação, ou ainda, a proposição do cenário como um sistema de signos proposta por aqueles defensores da semiologia do teatro. Para KOWZAN:

“A tarefa primordial do cenário, sistema de signos que se pode também denominar de dispositivo cênico, decoração ou cenografia, é a de representar o lugar: lugar geográfico, lugar social, ou os dois ao mesmo tempo.” (KOWZAN, 1978, pg. 111)

A idéia do cenário como um sistema de signos pode apresentar perspectivas bastante interessantes. Como vimos, o discurso do espetáculo teatral se constrói com mais do que sistemas lingüísticos: este discurso é uma conjugação de diversos sistemas de significados dentre os quais o cenário é legítimo representante da dimensão espacial do teatro.

I.4.2 – Manifestações políticas e o uso de cenários

É seguindo esta linha do cenário como sistema de significação que se apresenta a nossa proposta. A idéia que nos guia é a de que, na construção dos seus discursos, as manifestações políticas podem se apropriar do simbolismo presente nas paisagens ao seu redor.

Algumas razões justificam a nossa escolha do cenário como metáfora para nos auxiliar na teoria. A primeira delas diz respeito a uma visão da política relacionada à cultura, convergente com a nossa ótica. Para Geertz

“A cultura, aqui, não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente.” (GEERTZ, 1989, pg. 135).

É importante ressaltar na concepção de Geertz, a valorização do caráter público da cultura. Para o autor, a cultura é pública porque o significado também o é. Dessa maneira, a cultura não só pode ser diretamente relacionada a espaços públicos onde essas estruturas de significação podem ser partilhadas, mas também a uma dimensão de visibilidade que podemos atribuir a estes espaços. Da mesma forma, o espaço da política por excelência é, sem dúvida, o espaço público. A questão da visibilidade é a primeira razão que nos aponta para a imagem do cenário.

Uma segunda razão se baseia em um outro trabalho de GEERTZ (1991). Analisando a prática política em Bali no século XIX, ele sublinha o caráter simbólico de toda ação política. Estando diretamente entrelaçada com a cultura, nem subordinando-a nem sendo subordinada, a política se alimenta dos significados das culturas (assim como também promove novos significados). A apropriação de significados pela política, é assim, a segunda razão para a nossa metáfora.

A nossa última razão se dá por uma diferenciação da metáfora da cidade como um texto. Não pretendemos, contudo, que a metáfora do cenário seja

uma substituição ou superação do trabalho de Duncan, um dos principais pilares daquela que podemos chamar Nova Geografia Cultural. O que nos anima a buscar uma imagem diferente para a paisagem é o fato de que a nossa abordagem a respeito das manifestações políticas apresenta algumas peculiaridades que talvez possam ser mais ricamente analisadas não como texto, mas como cenário.

A primeira diferença reside na gênese da paisagem. Se por um lado temos em Kandy um extenso programa de reconstrução da paisagem para solidificar o discurso político da monarquia, dificilmente uma manifestação pode, em uma cidade moderna, se dar ao luxo de construir a paisagem ao seu redor. Podemos claramente identificar a “escritura” do texto em Kandy, baseada em outros textos. No nosso caso, entretanto, seria mais preciso falarmos em uma apropriação das formas já existentes.

Como em um cenário, a apropriação não se dá pela forma em si, como significante, mas pelos significados que a ela são atribuídos na cultura, na forma do código que irá associar significante e significado. A paisagem se torna o conjunto de formas significantes já existentes cujo significado é parte da construção de um discurso. Um texto, na sua forma escrita, é um discurso autônomo. O cenário é um discurso que só se realiza na conjugação com outros discursos, no discurso maior do espetáculo. No contexto da manifestação política, o discurso da paisagem como cenário adquire sentido quando se relaciona ao discurso maior da manifestação, que inclui a paisagem lado a lado com outros, como a fala dos oradores, por exemplo.

A diferença entre escrita e apropriação faz emergir, por sua vez, a questão autoral, talvez o maior obstáculo para a interpretação, como nos mostram os debates no campo da crítica literária. CLAVAL (2004) aponta uma crítica severa ao projeto semiológico na Geografia justamente na questão da dificuldade de se apontar o propósito de algumas formas da paisagem terem sido construídas contendo mensagens. A busca de mensagens ocultas na paisagem é, de fato, tarefa de onde pouco proveito pode se tirar. Contudo, se podemos apontar esse erro em boa parte da abordagem semiológica na Geografia, como faz Claval, confinar a semiótica a um papel de descoberta de mensagens ocultas não é correto. ECO (1993) denomina essa atividade de “semiótica hermética” e, sem dúvida, como o

próprio autor aponta, consiste em um desvio pouco prestigioso do campo semiótico. É possível, no entanto, buscar os significados atribuídos por uma cultura, que são públicos no interior desta cultura.

No caso da interpretação da “escrita” original de uma paisagem, a intenção do autor é fundamental, e Duncan a conhece, não é preciso supor sentidos, realizar a semiótica hermética. Os significados estão presentes nos textos fundadores a partir dos quais as formas da paisagem foram erguidas. Com paisagens apropriadas, a intenção do autor é desconhecida. O sentido original das formas, se é que há algum, na maior parte das vezes se perde. O que resta são os significados atribuídos às formas. A atenção deve, nesse caso, se desviar para o outro pólo da interpretação, o leitor. Mesmo que possamos identificar uma função autoral na elaboração de um discurso político, o que está em jogo na paisagem como cenário é a apropriação da leitura dessa paisagem. A leitura desses significados por um grupo cultural e sua apropriação pode ser compreendida dentro de uma semiótica não hermética, portanto livre dos problemas apontados por Claval.

A segunda diferença para a metáfora de Duncan reside no fato de que o caráter de imagem da paisagem é fundamental para a nossa abordagem, e o texto talvez não seja capaz de dar conta desse aspecto. No caso das manifestações políticas é importante considerar os aspectos visual e espacial para sua realização, tanto pelo lado do simbolismo quanto pelo das formas em si, capazes de conter uma manifestação. O cenário, como tentamos mostrar, pode ser um sistema de significação espacial, contendo formas com as quais há interação com um sistema de ações e às quais são atribuídos significados, cuja interpretação se dá pelo reconhecimento visual das formas significantes.

Nesse sentido, poderíamos ainda apontar a crítica de COSGROVE (1985), baseada no fato de que a própria idéia de paisagem surge, nos séculos XV e XVI como “uma forma de ver” o mundo, uma experiência visual. Este aspecto, como nos conta o autor, parece, contudo, ter sido negado por uma parcela do pensamento humanista a respeito da paisagem, tendo sido preterido por modos de comunicação verbais, literários e lingüísticos.

Absorvemos as críticas de Cosgrove com algumas restrições, sobretudo porque desde sua publicação nos parece que a perspectiva textual da

paisagem já ofereceu demonstrações bastante interessantes da riqueza dessa abordagem. Mas ainda assim, gostaríamos de insistir no ponto da dimensão visual da paisagem. Nossa proposição da paisagem como cenário passa por uma articulação das idéias de imaginário e imaginária.

Se, como nos ensina DURAND (1994), o imaginário constitui a conexão obrigatória pelo intermédio da qual se desdobram as representações humanas, podemos salientar, como fazem BERDOULAY, CASTRO e GOMES (2001), que essa conexão se faz também pelo espaço, fonte inesgotável de signos e símbolos para o imaginário social. Assim, se é cada vez mais aceito considerar-se as imagens, símbolos e as imagens como questões pertinentes à investigação científica, o espaço enquanto continente e conteúdo simbólico apresenta-se em um papel fundamental.

Seguindo-se ainda por este caminho, CASTRO (1997) sugere uma interessante relação entre o imaginário político e o espaço, pelo prisma do poder simbólico das formas espaciais e sua importância no imaginário social. Para Castro, o imaginário político se nutre desse simbolismo geográfico para a manutenção de determinadas formas de poder.

Nesse ponto podemos chegar à interseção com a idéia de imaginária. Imaginária, para KNAUSS (1999), apresenta-se, por um lado, como coletivo de imagens, por outro como uma categoria capaz de abarcar algumas significações do espaço urbano. A noção de imaginária de uma cidade consiste no conjunto das imagens representativas desta cidade, e, neste sentido, de seus espaços representativos. Dificilmente poderemos, para não dizermos que é uma tarefa impossível, representar uma cidade ignorando seus espaços mais significativos. É através destes espaços que a cidade se faz reconhecer.

Essas imagens da cidade, a sua imaginária, sem dúvida, fazem parte do imaginário social. As imagens da cidade estão repletas de significação, o que nos traz de volta à nossa paisagem cenário. O cenário urbano que propomos se forma pela apropriação dessas imagens da cidade e sua inserção no discurso político buscando valorizar um dos múltiplos sentidos desta imagem. A paisagem se torna, enfim, o que COSGROVE (1985) denominou uma ideologia visual, um direcionamento do olhar. Um objeto cotidiano só se torna cenário quando o encenador o elege como objeto cênico com o objetivo

de evidenciar algum sentido que aquela forma pode proporcionar ao discurso do espetáculo. A paisagem urbana, como imagem plena de significações, só se torna cenário quando apropriada.

Finalmente, gostaríamos de enfatizar o papel dos espaços públicos na construção da metáfora. Como vimos, o princípio da publicidade que caracteriza esses espaços é fundamental, por um lado para o discurso político, por outro para a própria cultura, sob a ótica de significados compartilhados. Nem discursos, nem significados compartilhados podem existir fora de uma esfera pública, que se materializa nos espaços públicos. Assim, a imaginária da cidade, à qual nos referimos acima, é constituída, primordialmente, por espaços públicos. A paisagem como cenário é uma imagem que contempla a exposição pública de discursos e significados, através de espaços públicos privilegiados dentro da cidade que agregam uma força simbólica suficientemente poderosa para dar forma ao discurso político.

I.5 – Procedimentos para a interpretação

Antes de passarmos efetivamente para a interpretação dos cenários das nossas manifestações, gostaríamos de fazer algumas considerações a respeito dos caminhos de operacionalização deste trabalho, de modo a fazermos a ponte que liga a reflexão teórica que acabamos de apresentar à interpretação propriamente dita.

A primeira consideração se refere ao problema do foco da nossa interpretação. O que nos interessou, primeiramente, foi a percepção das pessoas que participaram das duas manifestações escolhidas, o Comício da Central e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Dessa maneira nosso foco estaria não em uma intenção autoral da elaboração do cenário, mas do sentido percebido pelos manifestantes nos cenários. Contudo, alguns problemas surgiram para essa abordagem.

Em uma situação ideal, buscar a interpretação por esse foco deveria se basear, principalmente, em fontes primárias, em depoimentos de manifestantes. Na prática, entretanto, encontrar essas fontes mostrou-se uma tarefa árdua tanto pelos mais de quarenta anos passados desde as

manifestações quanto pelo pouco tempo e escassos recursos com que contamos para a elaboração de uma dissertação de mestrado. A primeira tentativa de solução para esse problema foi a busca de fontes secundárias, sobretudo jornalísticas. A idéia era buscar registros jornalísticos da percepção dos manifestantes sobre os cenários das manifestações. A possível solução, no entanto, tornou-se um novo problema.

O trabalho com fontes jornalísticas tropeçou, antes mesmo de se iniciar, na pouca confiabilidade destas fontes, sobretudo considerando-se o turbulento período da história brasileira no qual nossas manifestações se inserem. Em Março de 1964 os principais periódicos brasileiros se encontravam decididamente alinhados com um dos lados do intenso conflito político que apresentaremos com mais clareza mais adiante, e que opunha de um lado o governo tentando buscar o apoio das classes trabalhadoras e de outro a oposição conservadora buscando a derrubada deste governo.

Naquele momento de tensão, a maior parte da imprensa nacional, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, se posicionou claramente a favor do golpe de estado, como atestam os trabalhos de NASCIMENTO (1999), FRANCO (1997) e OLIVEIRA (1993). Parcela significativa imprensa foi, durante todo o período de tensão, um vetor da divulgação do fantasma do comunismo, um dos principais argumentos para a derrubada do presidente João Goulart. Poucos foram os jornais que se posicionaram ao lado de Goulart em Março de 1964, destacando-se entre eles o carioca *Última Hora*, de grande penetração nos meios sindical e estudantil.

O Comício das Reformas, ocorrido no dia 13 de março de 1964, e o levante dos marinheiros, no dia 25 de março, levaram o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, e outros jornais a intensificar a campanha contra Goulart. O editorial de primeira página do *Jornal do Brasil*, da edição de 29/03/1964, lido nos quartéis, conclamava o Exército a manter a legalidade e o estado de direito e colocava o presidente da República na ilegalidade. Os editoriais do *Correio da Manhã* dos dias 31 de março ("Basta") e 1º de abril ("Fora") tiveram grande repercussão junto à população, uma vez que este jornal carioca era visto como um jornal menos envolvido no clima de crescente radicalização. Por outro lado, no dia 14 de março o *Última Hora* estampava em sua capa a manchete "O povo com Jango começa as

reformas”. A inserção da imprensa no processo de radicalização dificultaria muito o uso de fontes jornalísticas como percepção de fato dos manifestantes.

Diante da dificuldade de se trabalhar com a abordagem que consideramos primeiramente, foi preciso realizar uma mudança no foco da interpretação. Ao invés da percepção do cenário pelos participantes da manifestação, nosso interesse se deslocou para os possíveis significados da paisagem privilegiados pela escolha dos locais das manifestações. Essa nova abordagem se interessaria pela questão autoral da organização das manifestações, trazendo consigo novos problemas metodológicos, sendo o principal deles o tipo de discurso pretendido para cada manifestação e sua relação com o cenário.

Os documentos a respeito das manifestações são escassos e, como a maior parte da documentação do período, só estão disponíveis graças ao esforço do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas em reunir nos seus arquivos e disponibilizar em meio digital o material que sobreviveu à ditadura e estava disperso em diversas coleções pessoais. Muito pouco poderia ser obtido por este caminho. Preferimos, assim, nos enveredarmos por dois outros.

O primeiro deles foi o registro de depoimentos de personagens-chave do período, seja através do riquíssimo arquivo de entrevistas formado pelos pesquisadores do CPDOC, seja pelo material gravado pelo documentarista Silvio Tendler em seu filme “Jango”. A partir destes depoimentos foi possível começar a delinear a interpretação dos discursos da manifestação.

O segundo caminho consistiu em realizar uma tarefa de análise de discurso. Se não havia documentos que atestassem objetivamente uma intencionalidade autoral, por outro lado é preciso considerar que as manifestações políticas partem do princípio de publicização de discursos. Nesta perspectiva, partimos para o foco da interpretação na própria obra. Para tanto, contávamos, por um lado, com os cenários onde se realizaram as manifestações e, por outro, com os discursos proferidos: no caso do Comício da Central, o discurso do presidente João Goulart; no caso da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, a Oração das Mães Paulistas, principal texto daquela manifestação.

A abordagem que escolhemos não se concentra, assim, exatamente na intenção do autor, ou autores, das manifestações. Essa seria uma pretensão inalcançável fora do campo da especulação e nos guiaria ao processo de interpretação hermética que citamos mais acima. Permanecemos como intérpretes. Intérpretes centrados, contudo, na idéia de intenção da obra, proposta por ECO (1993, 1995). A intenção da obra pretende, para ECO, estabelecer limites para a interpretação, através um princípio por ele denominado economia da interpretação, segundo o qual uma interpretação só é válida se houver, de fato, uma relação coerente entre a obra e a interpretação, cujas bases devem ser buscadas na própria obra, sem extrapolar seus limites. Dessa forma, a semiologia deixa de ser uma busca por sinais ocultos e secretos, mas um olhar justamente sobre os signos evidenciados pelo autor. A economia da interpretação não restringe a interpretação de uma obra àquela de um intérprete ideal, porém não aceita interpretações que extrapolem a coerência da própria obra, estabelecendo limites à interpretação.

Finalmente, se pretendíamos então dar conta de interpretar a relação entre discurso e cenário, foi preciso estabelecer os limites da nossa interpretação. Com esse objetivo, buscamos reconstruir a conjuntura política da trajetória de Goulart e, como essa trajetória encontrou, em Março de 1964 a sua síntese. Essa reconstrução se baseou em duas frentes: a historiografia e o trabalho literário de jornalistas fora das redações.

O trabalho com a historiografia revelou logo um obstáculo na dificuldade de acesso dos historiadores à documentação. Isso fez com que as fontes utilizadas sejam quase sempre bastante semelhantes. Neste contexto, destacam-se dois trabalhos que podem ser considerados como fundamentais na bibliografia sobre o período: “O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil” de Luiz Alberto MONIZ BANDEIRA (1973) e “Brasil: de Getúlio a Castelo”, do brasilianista norte-americano Thomas SKIDMORE (1985). O primeiro trabalho se destaca por uma profunda análise de dados e documentos, sem semelhantes nas obras sobre o período, enquanto o segundo apresenta uma original visão política que compreende o período que vai de 1930, com a tomada do poder por Vargas, a 1964, com o golpe militar, como o período de surgimento e desaparecimento de um modelo político.

A restrição que apresentamos às fontes jornalísticas podem ser atenuadas quando consideramos o trabalho de jornalistas realizados fora do campo de influência das linha editoriais. Nesta área, destacam-se o trabalho de JUREMA (1964), que apresenta a vantagem do autor ter sido extremamente próximo ao presidente, além do livro ter sido escrito logo após os acontecimentos, além do livro organizado por DINES (1964) e a obra recente de GASPARI (2002), que mesmo se aborda muito brevemente o fim do governo João Goulart, tem a virtude de trazer informações novas provenientes da abertura dos arquivos oficiais após o fim da ditadura.

Tendo delimitado a interpretação dos discursos, restou a tarefa de compreender, então, o papel do espaço na construção destes discursos. Assim, nos dedicamos à interpretação da configuração dos cenários e a relação entre os significados socialmente construídos e atribuídos àqueles espaços e o discurso. Em outras palavras, como o discurso verbal proferido nas manifestações se conjugou com o discurso espacial dos cenários, dando corpo, enfim ao discurso da manifestação. Demarcamos como cenário do Comício da Central o entorno da Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro, compreendendo as formas da Estação Central do Brasil, enquanto que para a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, preferimos delimitar o cenário pelo ponto de partida da Marcha, na Praça da República de São Paulo, e pelo ponto de chegada, na Praça da Sé, diante da Catedral Metropolitana de São Paulo.

A última consideração que gostaríamos de fazer trata da escolha das manifestações. O projeto que deu início a este trabalho previa restringir o recorte espacial das possíveis manifestações a serem abordadas à cidade do Rio de Janeiro. Contudo, em um levantamento preliminar destas manifestações nos deparamos com a interessante relação entre o Comício da Central e o local de sua realização e terminamos por chegar à Marcha ocorrida em São Paulo como resposta à manifestação do Rio de Janeiro. Além de encontrarmos a mesma força do espaço na manifestação paulista, a possibilidade do diálogo entre os dois eventos nos fez optar pelo recorte pontual, privilegiando as duas manifestações em detrimento de uma abordagem que havia sido pensada anteriormente de buscar uma relação

entre grandes manifestações políticas e o simbolismo de diferentes espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro onde estas manifestações se realizaram.

Assim sendo, após as reflexões teóricas, passamos agora à nossa interpretação.

II – A construção do espetáculo

A trajetória de João Goulart e o contexto político de Março de 1964

A crítica mais recorrente que João Belchior Marques Goulart sofria seus adversários, e mesmo de alguns aliados, era a de que ele nunca possuiu o preparo suficiente para assumir a presidência da República. De fato, de nunca foi eleito para o cargo, mas por duas vezes tornou-se o escolhido para ser o vice-presidente, em 1955 e 1960. Diferentemente do que determina a constituição de 1988, que regulamenta o processo eleitoral atual e segundo a qual presidente e vice são eleitos pela mesma chapa, a constituição de 1946 apontava a eleição em chapas que podiam ser separadas para os dois cargos, permitindo a eleição de um vice-presidente politicamente desvinculado do presidente. O lugar em que Goulart está marcado na história, entretanto, é o da presidência: do seu legado, a lembrança mais forte na memória brasileira é a do presidente derrubado pelo golpe militar de 1964.

A trajetória política de Goulart, ou Jango, apelido de infância que se estendeu para sua vida pública, dificilmente pode ser desvinculada da imagem de Getúlio Vargas. Sua ascensão política se deu pela mão de Vargas e sua derrubada foi articulada pelos mesmos adversários cuja tentativa de enterrar o populismo trabalhista foi frustrada com o suicídio do então presidente em Agosto de 1954.

II.1 – A ascensão política de João Goulart

Quando João Goulart nasceu em 1º de março de 1919 em São Borja no Rio Grande do Sul, cidade natal de Getúlio, a ligação de sua família com a família Vargas já era bastante sólida. Para além das relações comerciais das duas famílias estancieiras, no plano político os laços se estreitavam em torno do apoio ao líder do Partido Republicano Riograndense, Borges de Medeiros, que lançaria Getúlio Vargas na política.

A entrada de Jango para a política, contudo, não ocorreria antes da deposição de Vargas da presidência da República em 1945. É possível

afirmar, inclusive, um, certo afastamento do debate político radicalizado, sobretudo, no período após 1935 em um cenário político que incluía tendências desde a Ação Integralista Brasileira, à direita, até a Aliança Nacional Libertadora, à esquerda. No período após seu bacharelado em direito, em 1939, concentrava-se na assistência a seu pai como pecuarista, assumindo definitivamente os negócios da família após a morte do pai em 1943, tornando-se responsável por uma propriedade de 14 mil hectares e 30 mil cabeças de gado (MONIZ BANDEIRA, 1983). Nesse mesmo período consolidou sua amizade com o filho de Getulio Vargas, Manuel Antonio.

Essa proximidade aumentou ainda mais com o exílio de Getulio na estância de Itu, em São Borja, onde Goulart participou das articulações para expandir o recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do apoio getulista à candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência. Jango foi o porta-voz oficial da mensagem de apoio, que se transformaria no *slogan* “Ele disse: vote em Dutra”.

Em 1947 tem início a ascensão que seria considerada meteórica, sobretudo pelos adversários de Getulio Vargas. Com seu apoio, Jango é eleito deputado estadual, se torna presidente do diretório municipal do PTB em São Borja ao mesmo tempo em que trabalha na expansão do partido pelo interior. Sua estância, São Vicente, se torna o principal foco da articulação para a candidatura de Vargas nas eleições de Outubro de 1950. Em abril de 1950 o lançamento oficial da candidatura de Getulio é feito por João Goulart, que se torna o presidente do PTB no estado do Rio Grande do Sul. O aceite de Getulio é feito na fazenda de Goulart.

Ao mesmo tempo em que este gesto selava a indissociabilidade da imagem de Goulart da de Getulio e o projetava nacionalmente, atraía para Jango as atenções dos não poucos inimigos políticos de Vargas, incluindo políticos de peso nacional. Ainda em 1950, Goulart associava-se, através do casamento de sua irmã, com Leonel Brizola, completando o trio de patronos do trabalhismo brasileiro cujas carreiras políticas foram interrompidas ou abaladas por essa imagem de líderes populares/populistas.

O crescimento do PTB, partido surgido no âmbito do Ministério do Trabalho como forma de dar uma base partidária à rede sindical do Estado Novo, é simultâneo ao próprio crescimento político de Goulart . Se, a

princípio, a cúpula do partido foi ocupada por sindicalistas de fato, em pouco tempo os cargos de destaque foram sendo tomados por políticos getulistas externos à estrutura sindical, uma vez que, pela identificação como sendo “partidos do Getúlio” (MONIZ BANDEIRA, 1983), os líderes petebistas herdavam uma parcela generosa do eleitorado conquistado pelo carisma de Vargas.

Eleito por duas vezes deputado federal em 1950 e 1954, João Goulart abdicou dos dois mandatos, preferindo cargos no executivo. Em 1951 abandona o primeiro mandato, licenciando-se em fevereiro para ocupar o cargo de secretário do Interior e Justiça do governo gaúcho, chefiado por Ernesto Dornelles, primo de Vargas. Nesta função, continua atuando no sentido de ampliar as bases nacionais e regionais do PTB e a intensificar seus contatos com os sindicatos. Em outubro de 1955 mais uma vez abre mão da câmara para ser eleito vice-presidente no governo de Juscelino Kubitschek.

Se a atuação parlamentar de Goulart foi inexpressiva, por outro lado cada vez mais sua liderança no PTB se consolidava. O destaque em nível nacional que ele não alcançou como deputado se formou a partir de 1952 com a eleição para a presidência nacional do PTB. A posição de liderança no partido reforçava a imagem de nacionalista e de homem de confiança do próprio Getúlio Vargas, o que lhe garantiria o controle do partido até a deposição, em 1964.

Goulart, no governo Vargas, representava através do PTB o elo de aproximação entre o presidente e os trabalhadores, formando a base de apoio que sustentou o governo getulista em meio a diversas crises. Sua atuação como estabilizador das relações entre o Governo e os sindicatos foi o que de fato lhe garantiu a ascensão política e a identificação como um político dos trabalhadores e dos sindicatos, algo realmente excepcional considerando-se as raízes pecuaristas e latifundiárias de Goulart. Essa aproximação, contudo, lhe valeu as primeiras acusações de infiltração de elementos comunistas ligados aos sindicatos que controlava. Assim, tanto Goulart quanto o PTB somavam a um considerável sucesso político a desconfiança das elites e do capital internacional.

Dentro deste quadro, a solidez política que Jango rapidamente adquiriu junto a Vargas, assim como a imagem cada vez mais nítida de líder do trabalhismo getulista, fazem com que em 1953 Goulart se torne, aos 35 anos, o ministro mais jovem da história republicana do país ao assumir a pasta do Trabalho. A escolha do nome de João Goulart reflete, em um momento de profunda crise do governo Vargas, a opção política de se buscar um apoio ainda mais profundo na malha sindical construída pelo PTB.

De fato, Goulart assume o ministério após a renúncia do também petebista José de Segadas Viana ao cargo, em virtude de discordâncias dentro do próprio PTB em relação à atitude do governo frente ao crescente de greves que tomava o país, sobretudo a greve de marítimos que paralisava os portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém⁶. O incidente opunha duas visões sobre a relação entre governo e sindicatos. Por um lado, oposicionistas e conservadores, como militares e integrantes da UDN, propunham a demissão dos grevistas como desertores e a convocação de reservistas da marinha. Por outro, a solução que o governo buscou através de Goulart foi o esvaziamento da greve através da negociação via sindicato, no que o novo ministro foi extremamente bem sucedido, evitando o conflito com os trabalhadores, possivelmente última base de apoio com a qual o governo ainda poderia contar. Diante das promessas de um governo para os trabalhadores nas eleições de 1950, o contingente eleitoral que devolveu o poder a Getúlio via cada vez mais o padrão de vida decair, trazendo uma nova ameaça para o governo: organizações sindicais fora da rede corporativa getulista, como o Pacto de União Intersindical (PUI). Dez dias após a posse de Jango em 17 de Junho, contudo, a crise estava praticamente contornada.

O sucesso no complexo primeiro teste que Goulart enfrentou fortaleceu ainda mais sua posição de herdeiro político direto de Vargas. Entretanto também foi o suficiente para que a aproximação e a negociação direta com lideranças sindicais fizessem que grupos oposicionistas levantassem, mais uma vez, questões a respeito de um possível “continuismo” de Vargas, colocando em risco as eleições de 1955, além das acusações cada vez mais

⁶ Segundo informações do CPDOC, FGV, foram 264 só em 1951 e 1952.

fortes de abertura para lideranças supostamente comunistas no campo sindical.

O sucesso na negociação de greves com os sindicatos não conseguia omitir, no entanto, o fato de que o salário mínimo, criado em 1943, sofrera um único e insuficiente aumento nos dez anos que se passaram, tendo sido em muito superado pela inflação e o aumento do custo de vida. O projeto de Jango, no início de 1954, de aumentar o salário mínimo em 100% foi, contudo, o detonador de uma crise que culminou com sua demissão do ministério do trabalho e atraiu a ira da oposição anti-getulista para a figura do ministro.

As críticas dirigidas a Goulart pela oposição se baseavam sobretudo na sua atuação como negociador. A estratégia de se antecipar às demandas dos trabalhadores, forçando empregadores a fazer concessões para manter calma a ordem social foi interpretada pelos opositores não como uma forma de evitar conflitos, mas como um componente de acirramento da luta de classes. Jango não era, assim, para a oposição, o ministro dos trabalhadores, mas o ministro dos “mau trabalhadores” (SKIDMORE, 1985).

A elevação do salário mínimo se torna uma questão chave a partir do momento em que o problema salarial se torna uma questão de sobrevivência para o governo. A manutenção da ordem que matinha o governo dependia do aumento, ao mesmo tempo em que a aprovação da proposta de Goulart seria a gota d'água para a crise definitiva com a oposição. No mesmo dia em que apresentou a proposta, 22 de Fevereiro de 1954, Goulart foi exonerado, sendo substituído por Hugo de Faria, funcionário do próprio Ministério. Para MONIZ BANDEIRA (1983), o ministro sabia das conseqüências do gesto, mas assumiu ainda assim a responsabilidade, dentro de uma estratégia política maior de Vargas para manter coesa a base sindical.

A crise trouxe a tona, ainda, a crescente insatisfação dos militares com a política de Goulart. Ainda em Fevereiro foi divulgado o documento conhecido como “Manifesto dos Coronéis”, dirigido à alta oficialidade do exército, cujo principal conteúdo era a irritação com uma suposta diferença do tratamento dispensado aos militares em relação aos civis. Para os 82 oficiais signatários, além da possível crise econômica que o aumento do salário poderia causar, as forças armadas seriam esvaziadas de “recrutas e

dignidade” a partir do momento em que um trabalhador ganhasse o mesmo salário que um segundo-tenente.

As acusações não eram novas, mas ganhavam virulência ante o a proposta em causa. Jango era um "manipulador da classe operária", "um estimulador de greves", "um amigo dos comunistas", que tinha como plano a implantação, naturalmente com o assentimento de Vargas, de uma "república sindicalista" no Brasil. Alimentando tais ataques havia um outro. O de que Vargas mantinha conversações secretas com Juan Perón, presidente da Argentina, no sentido da formação do chamado Pacto ABC – Argentina, Brasil, Chile – com evidentes contornos anti-americanos e tendências "socializantes".

Em meio a acusações de origens já bem diversificadas contra o governo, Getúlio Vargas anuncia, finalmente, em 1º de Maio de 1954, em um dos famosos comícios monumentais de celebração do Dia do Trabalhador no Estádio de São Januário no Rio de Janeiro, o aumento de 100% do salário mínimo⁷. O gesto foi uma medida extrema de busca de apoio popular contra a oposição que vinha do parlamento, do exército e da imprensa.

A crise de 1954 colocou frente a frente os seguidores de Vargas, apoiando-se nos últimos suportes do sindicalismo, e o antigetulismo comandado por Carlos Lacerda, da UDN do Distrito Federal, e principal porta-voz da oposição. No plano civil, a grande questão girava em torno das eleições de outubro de 1955 e a possibilidade da implantação de uma ditadura sindicalista nos moldes da Argentina peronista. No plano militar o debate se radicalizava, com os quartéis divididos entre os dois pólos.

A escalada da crise alcança seu patamar mais alto, enfim, em Agosto de 1954. Em um dos episódios mais célebres da história política do Brasil, Carlos Lacerda sofre um atentado na rua Toneleros em Copacabana, no Rio de Janeiro, no qual morre um de seus guarda-costas pessoais, o major da aeronáutica Rubens Florentino Vaz. Tendo a aeronáutica logo tomado a frente das investigações, logo se chega ao nome de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, como o mandante do ataque. É o suficiente

⁷ As celebrações de 1º de Maio eram o apogeu do espetáculo político de Vargas. Sempre em estádios lotados de trabalhadores, as celebrações podem ser consideradas como uma manifestação de ação de graças à figura do presidente e uma demonstração de prestígio político para as vistas seus opositores.

para as forças armadas tomarem a posição contra o governo, através de uma série de manifestos pedindo a renúncia ou deposição de Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que a imprensa ataca pesadamente o Governo.

Na noite de 23 de Agosto de 1954 tem início a manobra política final de Getúlio Vargas, através da convocação de uma reunião ministerial, com a presença de Alzira Vargas e João Goulart, além de vários assessores e amigos do presidente. A decisão tomada é a de que Vargas se licenciaria por 90 dias da presidência. Ao final da reunião, contudo, já na madrugada do dia 24, Getúlio é informado que seu irmão fora convidado a depor na Base Aérea do Galeão, onde as principais lideranças da aeronáutica se instalaram desde o atentado da Rua Toneleros. Logo depois, o presidente soube que seu pedido de licença fora vetado pelos militares e seu afastamento considerado definitivo. A possibilidade de guerra civil estava sendo considerada, com o Palácio do Catete, sede e residência oficial da presidência, cercado por trincheiras e sacos de areia. Às oito e trinta da manhã Getúlio Vargas se suicida com um tiro no peito.

O impacto do gesto foi impressionante, causando um clima de comoção e tragédia entre a população e desnorteando completamente os líderes da oposição. O maior ato político de Vargas deixou como testemunha uma carta testamento em três vias, uma na sua mesa de cabeceira, uma segunda no cofre pessoal e a terceira fora entregue ainda na reunião ministerial para Goulart, com determinações de que só fosse lida no dia seguinte e para que Jango se deslocasse para o Rio Grande do Sul, longe do alcance imediato da oposição.

O documento de cunho profundamente dramático e nacionalista transformou-se em um símbolo político para os seguidores do trabalhismo getulista. A entrega em mãos deste ícone para João Goulart deixava claro a descendência da linhagem política e o ponto de referência que deveria nortear o PTB. Goulart é ao mesmo tempo ungido pelo carisma de Getúlio Vargas e se torna alvo favorito da oposição, frustrada com o suicídio que manteve viva a política trabalhista. Esse fardo se tornará cada vez mais pesado até Março de 1964.

II.2 – De vice-presidente...

O vácuo de poder que se formou com a morte de Vargas fez do cenário político brasileiro um campo aberto para a disputa entre getulistas e antigetulistas, fosse para preservar a herança política do líder morto, fosse para exterminá-la definitivamente. A manobra definitiva de Vargas concedeu ao getulismo uma oportunidade de virar o jogo político que parecia ganho pela oposição, com uma deposição do presidente como uma perspectiva bastante concreta e imediata.

Para as eleições de 1955 o PTB não se mostrava forte o suficiente para vencer o pleito sem contar com a aliança com outro partido. Contudo, ao partido que desejasse ser vencedor parecia imprescindível a força política, sobretudo junto às classes populares urbana, cada vez mais numerosas no país, com a qual o getulismo ainda contava. Juscelino Kubitschek e o PSD, conscientes da necessidade de apoio para seu sucesso nas urnas aproximou-se do PTB e, poucos dias após a homologação da candidatura de Juscelino para a presidência, foi selada a coalizão com o PTB através da candidatura de Goulart à vice-presidência.

Após um tumultuado processo eleitoral a vitória da coalizão PSD-PTB sobre Juarez Távora, da UDN, Ademar de Barros, do PSP, e Plínio Salgado, o antigo líder integralista do PRP, significou um novo fôlego para o trabalhismo e a manutenção da carreira política de João Goulart, cuja continuidade teria sido seriamente ameaçada por uma derrota do PTB. Certamente por isso, antes da eleição, dentre várias tentativas de inviabilizar o pleito, foi atribuída à UDN a divulgação de uma carta, que se provou falsa e que dava conta de supostos contatos de Goulart com o presidente argentino Juan Perón na tentativa de articular a implantação de uma república sindicalista no Brasil, estratégia que já tinha sido usada contra Vargas.

A vitória de Jango nas urnas tem um peso maior do que pode parecer se considerarmos que a eleição do vice não estava vinculada à do presidente, como ocorre hoje. Era preciso que se votasse diretamente no candidato. Essa fórmula produziu um resultado curioso: o vice presidente João Goulart foi eleito com mais votos que o presidente Kubitschek, fato que se repetiu no

pleito seguinte, quando foi eleito vice de Jânio Quadros, mesmo que o candidato de sua chapa, Marechal Henrique Lott, não tenha sido eleito (SKIDMORE, 1985). Assim, o cargo de vice-presidente adquiria contornos de legitimidade e poder muito mais significativos do que podemos observar atualmente.

O papel de Goulart no governo, acumulando a vice-presidência e o ministério do trabalho, é, de certa maneira, uma continuação daquele do ex-ministro do Trabalho de Vargas. Jango foi o mediador habilidoso, mais uma vez, entre os trabalhadores sindicalizados e o PSD, cuja base de elite rural onde se originou nunca foi suficientemente competente no trato com os trabalhadores urbanos. O vice-presidente, assim, aliviava Kubitschek da exposição aos conflitos de classe, ao mesmo tempo em que acumulava sobre si, cada vez mais, o legado político de Getúlio, garantindo uma relação de lucros políticos para ambas as partes. É particularmente interessante notar que Jango, como vice-presidente, assume a tarefa de comandar as celebrações de 1º de Maio, da mesma maneira que Vargas fazia. Dirigindo-se aos “trabalhadores do Brasil”, as mesmas palavras do antigo líder, seus discursos eram referências diretas ao trabalhismo e à própria figura de Getúlio.

O projeto desenvolvimentista do governo Kubitschek contribuiu para um aumento significativo do contingente de trabalhadores urbanos, o que fortaleceu diretamente os sindicatos, onde a participação do PTB estava definitivamente consolidada. O primeiro período como vice-presidente constituiu o momento em que tanto Goulart quanto seu partido retomaram a força política que se perdera durante os últimos meses do governo de Getúlio Vargas. A classe trabalhadora se encontrava organizada em sindicatos alimentados financeiramente pelo governo, o que facilitou para João Goulart o jogo político de liberdade controlada para os sindicatos e repressão dos movimentos mais radicais. O governo de Juscelino Kubitschek, se comparado ao final do governo Vargas e às administrações seguintes de Jânio Quadros e do próprio João Goulart, pode ser considerado um momento em que os conflitos de classe estiveram sob o controle do governo.

O final do Governo Kubitschek ficou marcado pelo aprofundamento da crise econômica no país. A política de endividamento e os métodos de “grande

improvisador” do presidente (SKIDMORE, 1985) começavam a cobrar o seu preço através da retração da economia. A partir de 1956 o custo de vida crescera 37% no Distrito Federal, enquanto os salários permaneciam praticamente estagnados (MONIZ BANDEIRA). As eleições de 1960 se aproximavam com a perspectiva de um novo momento de tensão e radicalização política. Para SKIDMORE (1985), Juscelino Kubitschek esgotou, com a crise econômica, o modelo de relação com os conflitos trabalhistas que vinha servindo desde Vargas como um amortecedor entre sindicatos e governo, e a própria continuidade da fórmula administrativa de Kubitschek era inviável.

O esgotamento do estilo político de Juscelino somado à impopularidade a qual a oposição organizada pela UDN não conseguia superar criaram um ambiente propício para a ascensão de Jânio Quadros como figura política de estatura nacional. Apesar de jamais poder ser identificado como um getulista, Quadros se apresentava ao eleitorado através da independência de partidos políticos, inclusive os anti-Vargas. Essa independência, para SKIDMORE (1985), fazia dele um “corpo estranho” um candidato para as eleições capaz de transcender as linhas de conflito estabelecidas. Indo mais além, Jânio Quadros acumulava sobre si uma aura de eficiência administrativa, rigidez moral, que SKIDMORE assim descreve:

“Quadros havia sido durante toda a sua carreira um político não ortodoxo. Tendo se iniciado como professor em São Paulo, tornou-se vereador, passando depois a prefeito da cidade de São Paulo em 1953. No ano seguinte tornou-se Governador (...), vencendo o temível acumulador de votos Ademar de Barros. A atração de Jânio baseava-se na sua imagem como o “antipolítico”, o amador honesto que oferecia a possibilidade de uma transformação radical em relação aos detentores do antigo estilo(...)” (SKIDMORE, 1985, pg. 231)

Em abril de 1959, Jânio tem sua candidatura lançada por uma entidade suprapartidária, o Movimento Popular Jânio Quadros. Contudo, seu sucesso eleitoral foi capaz de rapidamente atrair a atenção dos partidos de oposição como nome capaz de fazer frente a uma nova coligação entre PSD e

PTB, agora representada pelo nacionalista Marechal Henrique Lott, para a presidência, com Jango mais uma vez se lançando como candidato a vice, apesar de enfrentar uma resistência cada vez maior dos setores mais conservadores do PSD e de militares.

Diante do quadro que se apresentava, a UDN declarou o seu apoio à candidatura de Jânio Quadros, que o aceitou sob a condição de manter a independência partidária sobre a qual construía sua imagem. Dessa maneira, após quinze anos de domínio do PSD, a oposição vence uma eleição para a presidência, apesar de contar com minoria no legislativo federal e da vice-presidência permanecer nas mãos do trabalhismo com a vitória de João Goulart.

A aposta da UDN em Quadros como forma de chegar ao poder, contudo, mostrou-se equivocada. Mesmo antes das eleições, viajou para Cuba em março de 1960, onde deixou clara alguma simpatia pelo regime que se implantava na ilha naquele momento, em um primeira demonstração de distanciamento do projeto conservador da UDN. Após sua posse, no entanto, esse distanciamento se tornou cada vez maior. Do ponto de vista da política interna, os primeiros seis meses do seu governo foram rigidamente guiados pela ortodoxa cartilha de estabilização financeira do país, ditada pelos credores internacionais apavorados com o caos econômico em que o país se afundara no governo Kubitschek. No campo da política externa, entretanto, o governo Jânio Quadros demonstrava uma simpatia excessiva para os padrões da Guerra Fria pelo bloco de países considerados não-alinhados e, mesmo, negociava acordos comerciais com o bloco comunista.

Essa política externa independente por si só já seria uma demonstração de distanciamento suficiente para começar a provocar a ruptura da base de apoio que a UDN lhe concedia. A questão, contudo, fica mais complexa quando Jânio Quadros rompe definitivamente com o programa conservador e passa a se identificar com a linha nacionalista desenvolvimentista contrária à maioria da UDN e aos oficiais militares “anticomunistas”. Essa guinada para o nacionalismo poderia representar a formação de uma nova base de apoio para o presidente com a maioria do congresso formada por quadros nacionalistas do PSD e PTB, mas não foi o que aconteceu.

Um dos pontos cruciais da campanha política de Jânio foi o compromisso de “varrer” a corrupção e o peso da burocracia da máquina pública brasileira⁸. Essa “limpeza” que Quadros pretendia promover comprometia diretamente uma parcela significativa da coligação PSD/PTB que estivera no poder. O comunicado público das irregularidades administrativas apuradas foi a gota d’água para o completo isolamento político de Jânio Quadros antes mesmo que ele completasse seu primeiro ano de governo.

Em agosto de 1961, Carlos Lacerda, o “demolidor de presidentes” (SKIDMORE, 1985) se lança em franca campanha de consolidação junto às classes médias e aos grupos militares da imagem de Jânio como nacionalista de esquerda, fazendo uso mais uma vez da tática de se atribuir aos seus adversários a tentativa de golpe e contando com os veículos de comunicação em massa que comandava. Na noite de 24 de Agosto, Lacerda desencadeou um violento ataque pelo rádio anunciando ter sido convidado por integrantes do governo a participar de um golpe.

A reação de Quadros foi rápida e surpreendente, mas um clamoroso erro de cálculo. Já no dia seguinte, superestimando sua popularidade política, o presidente entregou ao Congresso sua carta de renúncia, que foi prontamente aceita. A esperança de Jânio Quadros era que a rejeição ao seu vice-presidente, primeiro na linha de sucessão após a renúncia, pelos ministros militares e pelas alas conservadoras fizesse com que o legislativo negasse seu pedido de renúncia e o aceitasse com seu programa político. A oposição tomou a renúncia como caso encerrado e voltou-se para um novo problema: impedir a posse de João Goulart. Seria a primeira tentativa de golpe que Goulart enfrentaria e que já o marcaria através do discurso anticomunista de seus opositores.

II.3 – ... a presidente deposto.

Na ocasião da renúncia de Jânio Quadros, Goulart encontrava-se em visita oficial à China comunista, cumprindo a agenda da política externa do

⁸ Essa idéia de “varrer” a corrupção e promover uma “limpeza” na política brasileira fez com que o símbolo do Movimento Popular Jânio Quadros fosse justamente uma vassoura.

governo. A presença do vice-presidente em um país comunista era a oportunidade que a oposição desejava para impedir sua posse, tanto pela distância quanto pelo significado da visita. Ausente do país, Jango não poderia assumir a presidência, passando-se o cargo, enquanto o vice-presidente não retornasse ao país, ao presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, que ainda no dia 25 assumiu o poder. Goulart se encontrava nesse momento em Cingapura, pronto para o retorno, mas de lá se deslocou para Paris para aguardar uma estratégia que lhe permitisse a posse.

Sob o argumento de que a posse de Jango seria uma ameaça à ordem das instituições políticas brasileiras, os ministros militares, juntamente com setores das elites civis, estavam dispostos a impedir que Goulart assumisse o poder. Sob o manto do discurso anticomunista se encontrava, na realidade, o temor de um retorno do trabalhismo getulista ao poder. O impasse durou vários dias, colocando em posições opostas defensores do veto e partidários do cumprimento da legalidade constitucional que garantia ao vice-presidente a posse.

Paralelamente ao desenrolar dos fatos, Goulart seguiu para Nova York, onde declarou à imprensa que iria para a Argentina e entraria no País pelo Rio Grande do Sul, onde se organizava o principal foco de apoio à posse, através da mobilização do governador Leonel Brizola, contando com o apoio do comandante do III Exército José Machado Lopes. Brizola conseguiu constituir uma campanha de alcance nacional através da formação de uma cadeia de emissoras de rádio que ficou conhecida como “Cadeia de Legalidade”. Goulart foi impedido de desembarcar em Buenos Aires por um aparato militar do governo argentino e seguiu, então, para Montevideú.

O apoio ao cumprimento da constituição crescia em todo o país e mesmo no Congresso as pretensões dos militares encontraram obstáculos com a rejeição dos deputados ao pedido de impedimento do vice-presidente. Contudo, uma comissão parlamentar criada para tentar promover um acordo que desse fim à imobilidade política em que o país se encontrava recomendou a criação de um sistema parlamentarista, que reduzisse os poderes da Presidência da República.

Não foi suficiente para os militares, que em 29 de Agosto publicaram um manifesto ainda mais violento do que aquele que provocara a demissão de Goulart do Ministério do Trabalho em 1954. Nele, acusavam Goulart de

“... ser um notório agitador dos meios operários e de ter entregue a “agentes do comunismo internacional” posições-chave nos sindicatos, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China comunista. O manifesto terminava ressaltando que a presidência de Jango poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as em “simples milícias comunistas”(...)”. (SKIDMORE, 1985, pg. 257)

A opinião do exército, no entanto, não era unânime, o que podia ser percebido pelo manifesto de apoio à legalidade lançado pelo Marechal Lott, já na reserva e, mais ainda, pela reação de apoio a Goulart do comando do III Exército, abrindo brechas para um possível conflito armado. A renúncia de Jânio de tão inesperada pegou de surpresa os militares antigetulistas, que não conseguiram organizar uma frente de apoio amplo entre o corpo de oficiais. Diante da possibilidade do conflito, em 4 de Setembro os ministros militares aceitam a solução parlamentarista, que havia se tornado emenda constitucional dois dias antes. Em 5 de Setembro, Jango chega a Brasília para tomar posse no dia 7, na comemoração de cento e trinta e nove anos da Independência.

A posse de Jango, ainda que com os poderes limitados pelo parlamentarismo, traz o país de volta às divisões de 1954 entre getulistas e antigetulistas, que nem Juscelino nem Jânio conseguiram superar. Tendo à frente um cenário político extremamente tenso, restava saber de que forma Goulart construiria uma base de apoio que lhe garantisse a permanência no poder e a manutenção de um equilíbrio político delicadíssimo. Seu caminho começou pela tentativa de agregar apoio do centro ao mesmo tempo em que mantinha o apoio das esquerdas que lhe garantiram a posse com a campanha da legalidade. Era, sem dúvida, tarefa difícil aglutinar em uma

mesma base política posições que iam do centro do PSD aos radicais de esquerda como Leonel Brizola. A própria noção de esquerda no PTB, como aponta SKIDMORE (1985), deve ser pensada cuidadosamente. Era muito comum, nesse momento, a referência a “esquerdas”, constituídas por dois grupos principais. O primeiro deles, a esquerda “positiva”, era formado por políticos moderados como San Tiago Dantas e tecnocratas como Celso Furtado, que evitavam rótulos políticos e eram respeitados pelos centristas. Por outro lado havia a esquerda chamada “negativa”, liderada por Brizola, com um discurso mais violento e disposição de ir além dos limites constitucionais. É no limite entre essas duas tendências, centro e esquerda radical, que Goulart irá governar até a crise de Março de 1964.

Os primeiros 14 meses de governo, o período parlamentarista, foram dedicados a duas tarefas essenciais para que Goulart pudesse ter qualquer aspiração a governar de fato. A primeira delas consistia em demonstrar a inviabilidade do parlamentarismo na política brasileira; a segunda era mostrar para as classes médias brasileiras que, ao contrário do que a oposição propagandeava, Jango não tinha qualquer envolvimento com o comunismo, condição absolutamente imprescindível para que conseguisse os votos necessários para derrubar a emenda parlamentarista em plebiscito.

Advogar contra a eficácia do parlamentarismo era, das duas tarefas, a mais simples. Tancredo Neves, deputado incumbido de formar o primeiro gabinete parlamentarista encontrou em uma situação bastante ruim e que se deterioraria ainda mais pelos efeitos da inflação. A situação da economia e a constante diminuição do poder aquisitivo da população eram as armas que Goulart usaria para atacar o sistema político em uma campanha que estava explícita desde o seu primeiro discurso ao Congresso (MONIZ BANDEIRA, 1983). Conquistar a confiança de setores mais conservadores, contudo, seria tarefa bem mais árdua.

O primeiro passo nessa direção se deu através da adoção das medidas propostas pelos credores internacionais para, mais uma vez, tentar conter a inflação e tornar possível o pagamento da dívida externa brasileira, além de um alinhamento mais claro com a política externa dos Estados Unidos, principal credor do Brasil, através da declaração de oposição ao regime de Fidel Castro em Cuba. Esse rumo, todavia, afetava o equilíbrio da base de

apoio de Goulart e o afastava da esquerda mais radical, cuja capacidade eleitoral e peso em um possível plebiscito ainda não era totalmente conhecida, mas sem dúvida se mostrava cada vez mais imprescindível.

A ineficácia das medidas de contenção da inflação, somada a uma deliberada má vontade do Presidente e seus aliados com o parlamentarismo, apontava cada vez mais para a volta ao presidencialismo, ao mesmo tempo em que aproximava o presidente de um antigo programa de reformas estruturais que o PTB vinha desenvolvendo, conhecido como Reformas de Base. O problema para Goulart era agora tentar antecipar o plebiscito, que estava marcado, a princípio, para 1965, tarde demais para suas aspirações.

Trabalhando, mais uma vez, com habilidade sua ascendência sobre os sindicatos, Jango conseguiu desencadear uma série de greves e manifestações por todo o país em defesa da antecipação. Tendo também conquistado o apoio do centro que se fortalecera com as eleições legislativas de 1962, o objetivo estava cumprido: o congresso aprovou em setembro de 1962 a antecipação do plebiscito para 6 de Janeiro de 1963. A vitória que Goulart conseguira no congresso deveria, agora, ser seguida de uma vitória nas urnas.

O fato de Goulart nunca ter sido eleito presidente era uma acusação constante contra a legitimidade de seu poder em um sistema democrático. Mesmo com as expressivas votações para a vice-presidência, lhe faltava uma consagrada vitória nas urnas. Para Jango, essa vitória veio com a confirmação da volta ao presidencialismo por uma proporção superior a 80% dos votos⁹. Boa parte dessa vitória pode ser creditada tanto ao aumento de 75% que assegurou o apoio sindical quanto à perspectiva das Reformas de Base.

Considerando-se a radicalização política entre extremistas de direita e esquerda, o crescimento do centro no governo João Goulart demonstrava que a proposta de reformas progressistas, desde que não passassem pelas mãos dos radicais, tinha a simpatia de boa parte da população. Por esse caminho Goulart escolheu seguir com a nomeação de seu primeiro ministério presidencialista e pela aproximação da ala “positiva” do PTB.

⁹ De um total de 11.531.030 de eleitores, 9.457.488 votaram pelo presidencialismo

O programa de governo nesse período se apoiou no “Plano Trienal” de Celso Furtado e San Tiago Dantas, que buscava a redução do índice de inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico. A questão se mostrava bastante complicada, já que as pretensões do plano consistiam em manter a inflação a índices que não se via desde 1945 (por volta dos 10% ao ano) enquanto o país cresceria em um ritmo semelhante aos melhores anos de Kubitschek (7% ao ano). Paralelamente, seriam implementadas as reformas estruturais necessárias para o desenvolvimento e a distribuição de renda no país. O caráter dessas reformas, contudo, ainda não estava claro.

O sucesso do Plano Trienal e do programa político da esquerda moderada do PTB era também uma corrida contra o tempo. Sem resultados em curto prazo, tanto a parcela radicalmente contra Goulart da UDN quanto os próprios radicais da esquerda trabalhariam incessantemente para minar o projeto. A tarefa se mostrava ainda mais árdua ao constatarmos que as primeiras medidas do plano apresentavam um caráter absolutamente impopular. Os primeiros passos do Plano Trienal se deram sobre uma política salarial firme e a tentativa de uniformização das taxas cambiais, abolindo subsídios na importação de trigo e gasolina. O resultado foi um duro golpe nos setores mais pobres: congelamento salarial e um aumento severo no custo de vida, influenciado pela alta sofrida pelos produtos importados. O fim dos subsídios aumentou o custo dos transportes em 40% e o do trigo e do pão em 177% (SKIDMORE, 1985).

A continuidade do plano dependia, nesse momento, da execução de uma etapa importantíssima do plano. O Ministro da Fazenda Santiago Dantas deveria ir a Washington com o propósito de, ao mesmo tempo, convencer os credores da seriedade do plano, arrecadar mais fundos para garantir a estabilidade da economia e mostrar aos adversários da esquerda nacionalista, que o acusavam de ser “vendido” aos norte-americanos, que era capaz de negociar com os banqueiros “yankees”.

O resultado da empreitada não foi muito animador. O Ministro conseguiu, de fato, apoio financeiro do governo americano. A maior parte do montante, contudo, só seria liberada mediante a aprovação de uma comissão do FMI das medidas antiinflacionárias adotadas em uma visita marcada para Maio de 1963. Tendo retornado ao Brasil em fins de Março, Abril e Maio

seriam os meses decisivos para a equipe econômica do governo e, mesmo, para os rumos políticos do governo.

A política antiinflacionária não foi capaz de conter a subida da inflação. Diante de uma meta anual de 25%, o fato de que, somente nos três primeiros meses do ano, a inflação já alcançava 16% era suficiente para desacreditar o plano. Goulart, por outro lado, se encontrava pressionado pela base trabalhista insatisfeita com a política salarial. Diante da falta de resultados de contenção da inflação, João Goulart autorizou, em Abril, o retorno do subsídio às importações e retomou as negociações salariais.

A meta fixada pelo FMI para a elevação salarial de categorias funcionais era de 40%. O governo, no entanto, encaminhou ao Congresso um projeto de lei propondo aumento de 40% a 56% para servidores civis e 25% a 55% para os militares. Em princípios de Maio a pressão era para aumentos ainda maiores. A questão era perigosa para Goulart tanto economicamente quanto politicamente. Imediatamente o efeito das medidas foi sentido na economia: um déficit de 30% nas contas públicas, um recuo do crescimento do PIB de 6,6% para 0,5% e, em Maio, a missão do FMI encontrou o índice de inflação já ultrapassando a meta de 25% para o ano todo. A credibilidade do plano junto aos credores era praticamente zero. Politicamente, a campanha salarial trazia à tona novamente eco do manifesto dos coronéis de 1954, já que mais uma vez os militares se viam desvalorizados diante dos civis por conta de uma medida de João Goulart. O projeto de Santiago Dantas e Celso Furtado não durou mais que cinco meses. Em Junho um problema de saúde de Dantas foi a deixa perfeita para a substituição do Ministro da Fazenda por Carvalho Pinto simultânea ao afastamento de Furtado do Ministério do Planejamento, tornando-se ministro sem pasta.

A crise que se estendeu de Março a Junho foi acompanhada por mais um passo na radicalização entre esquerda e direita na política brasileira. No campo da política externa as negociações do Ministério da Fazenda com Washington foram seriamente abaladas pelo processo de nacionalização de empresas de utilidade pública norte-americanas com atuação no Brasil. Este processo fora iniciado por governadores nacionalistas, como Brizola que expropriou a subsidiária da IT&T no Rio Grande do Sul. O governo dos EUA, contudo, passou a pressionar o governo brasileiro para comprar as empresas

americanas de utilidade pública em território brasileiro. O ponto de tensão da questão estava no fato de que os valores negociados, segundo nacionalistas tanto de esquerda quanto de direita, estavam muito acima do valor real das empresas. Brizola acusava Santiago Dantas de estar envolvido em uma “liquidação”, enquanto Carlos Lacerda alegava que o equipamento da companhia telefônica da Guanabara não era mais que ferro velho. No âmbito da política interna as polarizações voltavam a se acirrar em torno do polêmico tema da reforma agrária. A princípio, a idéia de reforma agrária era parte do próprio Plano Trienal, como forma de aumentar a produtividade no campo e o poder de consumo da população rural. Os radicais, porém, aproveitaram a reabertura do debate para atacar a política moderada do governo. Tanto a direita quanto a esquerda consideravam o plano de reforma agrária de João Goulart pura demagogia, já que não haveria um projeto suficientemente estruturado para a reforma.

O segundo semestre de 1963 evoluiu na direção do isolamento do Presidente, preso entre a esquerda e a direita e assistindo ao completo fracasso do plano econômico. A política moderada não era mais capaz de garantir a base política para sustentação do governo. O rápido crescimento do eleitorado e a crescente participação política que a própria estrutura sindicalista havia criado tornava as regras do jogo político menos definidas. Como nos mostra SKIDMORE (1985), o raio de alcance das operações de elite que sempre guiaram a política brasileira estava bastante reduzido nesse momento e novos movimentos desafiavam as táticas tradicionais:

“As lutas políticas em torno do programa de Santiago Dantas-Furtado de estabilização e reforma facultaram aos extremistas a oportunidade de recrutar novos prosélitos. Fator importante foi a maneira pela qual esse recrutamento ocorreu, através de um processo de mobilização de maior envergadura do que qualquer participação política jamais vista na história da República. Podia-se praticamente deduzir que o Brasil estava experimentando a tomada de consciência que os ideólogos do nacionalismo vinham pregando desde o início da década de 50. O fato de ter sido muitas vezes a mobilização empreendida pelos extremistas reflete simplesmente a gravidade das

questões e suas conseqüências sociais de longo alcance.”
(SKIDMORE, 1985 pg. 309)

À esquerda, nas cidades, se fortaleciam cada vez mais organizações de linha marxista. Dentre elas encontramos organizações estudantis radicais como a União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁰ e a Ação Popular (AP), além de organizações de trabalhadores como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que tinham entre seus líderes elementos sabidamente comunistas. No campo as Ligas Camponesas cresciam e as invasões de terra eram cada vez mais freqüentes, mostrando o despertar da luta no interior, alarmando o centro e sinalizando para Jango que o apoio das “forças populares” poderia justificar um empenho na direção das reformas.

À direita reuniam-se os proprietários de terra, preocupados com a tensão no campo, bem como militares insatisfeitos com o tratamento dado por Goulart a algumas questões de disciplina e hierarquia no Exército e que se afastavam da tradição legalista das Forças Armadas, além de organizações civis como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organização de empresários paulistas com o objetivo de financiar campanhas contra Goulart, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) também formado por empresários, mas com comprovada infiltração de agentes norte-americanos (MONIZ BANDEIRA, 1983). Seu objetivo principal era influenciar a política econômica e combater um possível avanço do comunismo no país. O IBAD, inclusive, foi investigado em 1963 por influenciar com financiamentos gigantescos a oposição nas eleições de 1962.

O único consenso público que parecia resistir entre a esquerda e a direita nesse momento é o de que João Goulart estava seriamente enfraquecido e a proclamação, dos dois lados, de perda de fé no processo democrático. O fim do governo Goulart parecia, então, uma contagem regressiva para as eleições de 1965, quando o “acidente” Jango na presidência seria superado. Não se descartava, entretanto, a possibilidade do próprio Presidente conspirar pela sua manutenção no poder pós-1965. Mas

¹⁰ A UNE, apesar de receber recursos do Ministério da Educação, adotou uma posição radical em relação ao Governo nesse momento.

seus objetivos continuavam indefinidos, mesmo após a reforma ministerial de Junho de 1963, o que fortalecia a posição dos extremistas.

O fracasso do Plano Trienal apontou Goulart na direção da última plataforma política que lhe restava, o desenvolvimento das Reformas de Base. As reformas, na realidade, eram parte mesmo do Plano. Constituiriam a derrubada de barreiras institucionais ao desenvolvimento almejado, ao mesmo tempo em que promoveriam a justiça social. As reformas abrangeriam quatro áreas: administrativa, financeira, tributária e agrária. A possibilidade da formação de mais uma base de apoio trabalhista fez com que Jango dispensasse uma atenção maior à última, o que despertou rancores mesmo entre aliados: o tradicional apoio do PSD se encaminhava cada vez mais na direção da UDN e da defesa da propriedade privada. O projeto de Goulart de indenização de títulos, ao invés de dinheiro, dependeria, no Congresso, de um apoio legislativo com o qual ele já não mais contava.

Dentro de seu próprio partido, a esquerda radical representada por Brizola ganhava terreno e vislumbrava a possibilidade de realização das reformas passando por cima do congresso. Tanto à direita quanto à esquerda, a via legalista parecia se tornar, cada vez mais, uma opção secundária. O ponto culminante da tensão no segundo semestre de 1963 se dá em Setembro e Outubro, com uma sucessão de crises que daria rumos definitivos à política de Goulart.

Em 12 de Setembro algumas centenas de oficiais de baixa patente e soldados da Marinha e da Aeronáutica cercaram alguns prédios públicos, inclusive o Congresso, em Brasília, prendendo o presidente da Câmara dos Deputados e um ministro do Supremo Tribunal. Rapidamente dominados, os rebeldes alegaram que o movimento pretendia apenas apoiar os sargentos, cuja classe fora declarada inelegível para cargos públicos pelo Tribunal Eleitoral. Os impactos do pequeno movimento tiveram longo alcance.

Ficava claro que poucas centenas de homens seriam capazes de isolar o Governo em Brasília. Se uma rebelião mal coordenada podia ser eficiente, o que dizer de um golpe militar bem estruturado e comandado de cima? Além disso, a rebelião afetava diretamente a questão da hierarquia e da disciplina, um ponto bastante delicado na relação entre os militares e Goulart, ainda

mais se considerarmos que alguns rebeldes haviam mantido contato com líderes sindicais radicais de esquerda do CGT. O Presidente, porém, permaneceu neutro, aumentando a suspeita da alta oficialidade sobre Jango.

Em 4 de Outubro, Goulart enviou ao Congresso uma mensagem solicitando o estado de sítio por 30 dias, que garantiria ao governo poderes de exceção. A motivação inicial do pedido se baseava no aumento da violência por motivos políticos tanto nas cidades como no campo, mas especialmente no interior, além do fato dos ministros militares se sentirem ultrajados pelas declarações de Carlos Lacerda a um jornalista norte-americano, afirmando que Jango era “inepto” e “favorável aos comunistas” e deu a entender que só estava ainda no poder porque os militares hesitavam em depô-lo, colocando em dúvida a coragem das Forças Armadas (LACERDA in SKIDMORE, 1985).

O pedido foi um tiro no pé do próprio Presidente. A idéia com a decretação do estado de sítio era repetir os preparativos de Vargas para o golpe de 1937. A conspiração previa a prisão do Governador da Guanabara Carlos Lacerda e do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, símbolos políticos da direita e da esquerda, respectivamente. O objetivo era remover de um só golpe os dois governadores que simbolizavam as mobilizações, surgindo Goulart como uma liderança política de emergência neutra, ao mesmo tempo em que se eliminava dois candidatos ao pleito de 1965. Mas, tanto na Guanabara quanto em Pernambuco, as articulações foram extremamente mal feitas e as ações fracassaram¹¹. Apenas três dias depois de encaminhar o pedido ao Congresso, Goulart o retira em 7 de Outubro de 1963, declarando que, segundo seus ministros militares, “havia novas circunstâncias”. Nesse mesmo dia, uma onda de violência em uma manifestação em uma usina de aço em Minas Gerais deixou seis mortos e as prolongadas greves dos bancários provocavam corridas aos bancos, exigindo emissões emergenciais de dinheiro e alimentando a inflação.

¹¹ As ações foram tão mal planejadas que, no caso da Guanabara, a prisão de Lacerda que se daria por um contingente de pára-quadistas em um evento público, foi impedida pelo atraso causado pelo trânsito ruim. Em Pernambuco os preparativos foram ainda mais rudimentares e o plano foi abortado antes da realização. GASPARI, 2002)

Politicamente, o estrago foi monumental. As esquerdas, tanto moderada quanto radical, subitamente se viram ameaçadas pela possibilidade da repressão possibilitada pelos poderes de exceção garantidos pelo estado de sítio. A direita via na movimentação uma tentativa de golpe, e já começava a articular o contra-golpe, contanto inclusive com o apoio dos EUA. A economia que desde Junho não tinha um rumo coerente se afundava ainda mais, massacrando a população. João Goulart estava, enfim, completamente isolado.

Para SKIDMORE (1985), três caminhos possíveis se abriam nesse momento para o Presidente. O primeiro consistiria em colocar em conflito direto a esquerda radical e a direita reacionária, inviabilizando qualquer movimentação no Congresso e arregimentando dispositivos sindicais e militares para governar pela via da exceção. Essa parecia ser a idéia por trás da movimentação de Outubro. Ainda que não tivesse fracassado, havia obstáculos aparentemente intransponíveis para essa via, o principal deles era *combinar* sindicatos e Forças Armadas. Sendo as últimas consideravelmente mais fortes que os primeiros, estava claro que a rede sindical que Goulart tanto se esforçara para estabelecer seria suprimida facilmente. A retirada do pedido do estado de sítio descartava essa hipótese.

A segunda possibilidade seria exercer o papel de Presidente que administra, mas não governa, praticamente um retorno ao momento parlamentarista. Esse rumo confirmaria a visão de Goulart como o eterno vice, incapaz de governar e sem coragem para seguir uma linha política própria. Bastaria, para tanto, continuar a política de zigue-zague, neutralizando concessões à esquerda com concessões ao centro e à direita. Mas a sombra de Getúlio sobre Jango era forte demais para ele simplesmente aceitar desvanecer na história política brasileira. Apesar de todas as indecisões, ele alimentava o desejo de ficar marcado na história, mas não sabia como exercer esse papel.

A terceira possibilidade era voltar-se claramente para a esquerda radical, apoiar-se nas “forças populares”. Nesse caso, entretanto, a personalidade já abalada do Presidente poderia facilmente ser obscurecida na liderança por um líder mais carismático e dinâmico, como Brizola.

A janela de oportunidade se abriu para Goulart quando Carvalho Pinto exonerou-se do Ministério da Fazenda. A guinada para a esquerda se concretizaria com a nomeação de Brizola para o cargo, o que já estava sendo esperado. Mas Jango não foi capaz de dar o passo decisivo e preferiu nomear Nei Galvão, em uma última tentativa de salvar a agonizante coalizão PSD-PTB. A indecisão ainda era a linha mestra da política de Goulart, mas o sistema político ao qual ele se agarrava era insustentável. A proposta das Reformas de Base a qualquer custo e a adoção de uma política externa mais independente em repúdio à intervenção cada vez mais aberta do governo dos EUA em assuntos de política interna brasileira faziam com que Goulart virasse as costas para o centro e para a esquerda moderada, enterrando definitivamente qualquer possibilidade de governabilidade junto ao Congresso.

As Reformas de Base significavam, para Jango, o legado que possibilitaria tanto ficar marcado como um grande líder político quanto a plataforma que garantiria a possibilidade de um continuísmo pós-1965, ao estilo Vargas. Cada vez mais cercado por conselheiros radicais, Goulart estava convencido de que o Brasil ainda estava sob a influência das “forças ocultas” às quais Getúlio se referira em sua carta-testamento em 1954 e que Jânio Quadros se referira na sua renúncia em 1961 e que impediam o desenvolvimento definitivo do Brasil. Não adiantava mais tentar conciliar-se com adversários internos e externos que não desejavam nada mais que o fim do trabalhismo que ele representava desde a morte de Vargas. Só restava uma alternativa: a virada para as bases populares. E essa virada tinha dia, hora e, para nós, principalmente, local para começar. A noite de 13 de Março de 1964 na Praça da República, em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

III. UMA TRAMA EM DOIS ATOS

III.1 – 1º Ato: Sexta-feira, 13 de Março de 1964, Central do Brasil.

Ao subir no pequeno palanque, de cerca de 1,60 metros de altura, montado na Praça da República, por volta das oito horas da noite de 13 de Março de 1964, uma sexta-feira, João Goulart tinha diante de si uma multidão de 100 ou até 500 mil pessoas, dependendo de onde se buscasse os números. Ao olhar para a direita, o então Presidente da República veria o Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste e, certamente, o mais importante edifício militar da cidade do Rio de Janeiro. Ao virar-se para a esquerda, contudo, seus olhos encontrariam a estação ferroviária Central do Brasil.

A partir das três horas da tarde a concentração na Praça da República de pessoas afluentes de toda parte da cidade e mesmo, sem exagero, de várias partes do país, já era grande (Figuras 1 e 2). Desde o dia 19 de Fevereiro mobilizou-se a convocação popular através de diversas entidades sindicais e estudantis (Figura 3). A idéia principal da manifestação era mostrar em praça pública a disposição do governo de implementar as chamadas Reformas de Base que os setores populares vinham reivindicando face à instabilidade política e econômica pelas quais o país passava, bem como anunciar a mensagem pró-reformas que seria enviada ao congresso na abertura do ano legislativo, alguns dias depois. João Goulart encontrava-se pressionado pela polarização política entre aqueles que pregavam a reformulação da constituição e a implementação da reforma, sobretudo sindicalistas, comunistas e militares de baixa patente, e aqueles ansiosos pela queda do Presidente, entre os quais se incluíam militares de alta patente e os setores mais conservadores da sociedade, sob forte influência do clero.



Figura 1: A multidão chegando de trem ao comício na Estação Central do Brasil.

Fonte: Jango, de Silvio Tendler



Figura 2: A chegada à Praça da República também se deu por caminhões.

Fonte: Jango, de Silvio Tendler

CONCENTRAÇÃO POPULAR DIA 13 DE MARÇO NA CENTRAL DO BRASIL

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás, e a efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade pública

ca ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!
TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS A CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO,
AS 17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964

Dante Pellacani — Comando Geral dos Trabalhadores.
Clodsmidt Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.
Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.
Aluizio Palmato — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito.
Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.
João Ayrton Santos — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres.
Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.
Carlos Alberto Costa Pinto — Federação Nacional dos Jornalistas.
Wilson Reis — Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas.
Rafael Martimelli — Federação Nacional dos Petrolíferos.
Enio Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais.
José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil.
Marcelo Cerqueira — União Nacional dos Estudantes.
Bisener Mariani — União dos Previdenciários do Brasil.
Oswaldo Pacheco da Silva — Pacto de Unidade e Ação.
Herculio Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais.
Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários.
Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista.
Água Montenegro — Liga Feminina da Guanabara.
José Manoel de Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

Figura 3: Panfleto de convocação para o Comício da Central
Fonte: CPDOC, FGV.

Enquanto outros oradores já se esmeravam em levantar o ânimo daqueles que se espremiavam entre a Praça da República, a Central do Brasil, a lateral do Ministério da Guerra, chegando mesmo às proximidades do túnel João Ricardo, fechando completamente a Avenida Presidente Vargas (Figura 4), no Palácio Laranjeiras o Presidente assinava o decreto da SUPRA, Superintendência da Reforma Agrária, que desapropriava terras no entorno de 10km das rodovias federais, assim como aquele que dava início ao processo de estatização de refinarias privadas em território nacional, os dois primeiros passos no longo caminho das reformas.

O anúncio dos decretos aumentou ainda mais a expectativa pela presença do Presidente no comício. Assim, quando João Goulart teve sua chegada anunciada por volta das sete horas e quarenta minutos daquela noite, a multidão exultava, fogos de artifício estouravam pelo céu escuro. Em meio à massa, despontavam cartazes e bandeiras em defesa do Partido Comunista Brasileiro, posto na ilegalidade, em apoio às estatizações ou mesmo demonstrações de apoio à luta armada para garantir as reformas. Naquele momento ainda discursava o deputado Doutel de Andrade, em nome do PTB, garantindo o total apoio do partido ao presidente e às reformas. Mera formalidade antes do discurso que todos esperavam.

Diante da multidão, Goulart discursou por 66 minutos, muitos dos quais em improviso providencialmente ajudado pelo Chefe do Gabinete Civil, Darci Ribeiro e recebendo com freqüência copos de água das mãos da Primeira-Dama Maria Teresa. Assim como os doze outros oradores que o precederam fez uma defesa apaixonada das reformas e prometeu investir os maiores esforços para sua implementação (Figura 5).

Ao longe, na Praia do Flamengo, na janela de cerca de trinta apartamentos tremulava a fraca luz de velas lá colocadas propositalmente, sugeridas pelo governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda, opositor de longa data de João Goulart. A idéia era iluminar as fachadas da Praia do Flamengo até a Avenida Beira-Mar, já no Centro, como protesto contra o comício. Na escuridão, no entanto, permaneceu o fracasso do protesto que pretendia causar mal-estar no Presidente ao subir no palanque. Palanque, aliás, que sofrera uma outra tentativa fracassada de protesto na madrugada do dia 12 para o dia 13 quando militantes de extrema direita tentaram

incendiá-lo. A noite parecia ser mesmo da multidão que ocupou a Central do Brasil.

Frente à Central do Brasil dos trabalhadores e ao Palácio Duque de Caxias, dos militares, naquela noite, João Goulart, um populista que nunca tivera efetiva intimidade com setores mais radicais, e que recebera o apelido de “ônibus elétrico” em virtude de suas guinadas ora para a direita, ora para a esquerda, definitivamente virou-se para a esquerda, na direção da Central do Brasil.



Figura 4: O entorno da Praça da República tomado pelos manifestantes.

Fonte: Documentário Jango, de Silvio Tendler



Figura 5 – O Presidente e a Primeira-Dama sobre o palanque

Fonte: Jornal do Brasil

III.2 – 2º Ato: Quinta-Feira, 19 de Março de 1964, da Praça da República à Praça da Sé.

A reação à movimentação no Rio de Janeiro, contudo, não demorou e alguns dias depois seria realizada em São Paulo uma segunda manifestação em resposta ao comício de João Goulart, manifestação esta que ficou conhecida como a “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”, realizada no dia 19 daquele mesmo Março de 1964, dia de São José, padroeiro das famílias.

De acordo com seus idealizadores, a Marcha constituiria justamente um movimento de reação. Mais do que apenas uma manifestação, a idéia era promover uma série de outras manifestações em várias capitais do país. Entretanto a primeira delas, a de São Paulo, tornou-se a mais célebre e decisiva, uma vez que as outras marchas se realizaram após a queda do Presidente Goulart e ficaram mais conhecidas como “marchas da vitória”, incluindo a manifestação que reuniu cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro no dia 2 de Abril, dia seguinte ao anúncio do golpe.

O próprio nome já nos sugere os seus propósitos: seria um levante da “tradicional família brasileira”, de acordo com os princípios católicos de seus organizadores, dentre os quais se destacavam como principais articuladores o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno e o governador Ademar de Barros (que se fez representar no processo de convocação pela sua esposa Leonor de Barros), contra o “perigo comunista” alimentado por João Goulart. Preparada com o auxílio da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades, a marcha paulista recebeu também o apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo além de alguns políticos ilustres de então, entre os quais Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara e antigo opositor do governo de Vargas.

Assim como no caso do comício da antiga Guanabara, o número de participantes da Marcha é bastante incerto. No dia seguinte à manifestação, ainda sob o calor dos acontecimentos, alguns jornais chegaram a noticiar a

presença de mais de um milhão de pessoas. Com o passar do tempo, no entanto, estimativas mais comedidas davam conta de um número entre 200 e 500 mil participantes, contando ainda com a presença de manifestantes de outros estados brasileiros (Figura 6).

A despeito desta polêmica, desde cedo milhares de pessoas já se concentravam na Praça da República, apesar da partida da marcha estar marcada somente para as 16 horas (Figura 7). A multidão paulista ostentava símbolos religiosos e faixas com dizeres anticomunistas, como "Viva a democracia, abaixo o comunismo", "Abaixo os imperialistas vermelhos", "Vermelho bom, só o batom", "Verde, amarelo, sem foice nem martelo". (Figura 8)

Finalmente quando se encontrou reunido o maior número de pessoas visto até então para um movimento de direita no país, a massa partiu da Praça da República em direção à Praça da Sé, passando pela rua Barão de Itapetininga, praça Ramos de Azevedo, Viaduto do Chá (Figura 9), Praça do Patriarca e rua Direita, até se represar ante as escadarias da catedral metropolitana, após cerca de duas horas de caminhada. De lá a multidão assistiu a uma seqüência de discursos, alternando-se no palanque autoridades políticas e eclesiásticas, culminando na celebração de uma missa "pela salvação da democracia". As palavras do senador/padre Calazans representam bem o espírito dos oradores na ocasião:

"Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumênica da Constituição. E aqui está a resposta ao comício da Guanabara: Não! Não! Não!" (FOLHA DE S. PAULO, 20/03/1964)

A multidão reagia em êxtase, com palavras de ordem como "um, dois, três, Brizola no xadrez. E se tiver lugar põe também o João Goulart", além de tentativas de associação entre a Marcha e o movimento de 1932. Na ocasião

ainda foi distribuído o *Manifesto ao povo do Brasil*, convocando a população a reagir contra Goulart e contra “as ameaças à constituição e à liberdade do povo brasileiro”.



Figura 6: Manifestantes do Rio Grande do Sul se juntaram às mulheres paulistas na Marcha.

Fonte: GASPARI, 2002



Figura 7: Manifestantes concentrados para a Marcha na Praça da República.

Fonte: Documentário Jango, de Silvio Tendler



Figura 8: Faixas e cartazes com símbolos religiosos e dizeres anticomunistas.

Fonte: O Estado de São Paulo



Figura 9: A Marcha passando pelo Viaduto do Chá.

Fonte: Folha de São Paulo

III.3 – Duas manifestações, dois discursos, dois cenários

III.3.1 – O Comício da Central: transfiguração e evocação do herói morto

A encenação do poder que, para Georges BALANDIER (1992), é a base da política, sobretudo das democracias modernas, se nutre de símbolos provenientes de uma “mitologia do poder” que, à política, fornece “sua força, seu sentido e sua eficácia simbólica” (BALANDIER, 1992: 109). Muitos desses símbolos que as encenações do poder irão se apropriar são, contudo, construídos dentro do próprio processo político, em um movimento de re-significação que constrói novos mitos. Um bom exemplo disso é a construção do símbolo que Balandier denominou o “grande homem”, o “herói” político (BALANDIER, 1992: 109).

Os grandes personagens políticos, principalmente os de maior apelo popular, concentram sobre si uma carga simbólica considerável ainda em vida. Sua morte, no entanto, não somente não abole este simbolismo como

transforma o “grande homem” em “um símbolo político puro”, um herói associado unicamente a grandes feitos. A morte “marca seu acesso a uma outra vida: a imortalidade cívica, pois o herói não morre”, ele se transfigura em uma imagem, um modelo a ser seguido pelas gerações futuras (BALANDIER, 1992: 109). O capital simbólico que o herói morto agrega ao discurso político é inestimável.

É possível que essa poderosa carga simbólica tenha seduzido e inspirado João Goulart no seu último grande planejamento político. O Comício da Central é, justamente, a evocação de Getúlio Vargas como o herói morto que guiaria os caminhos do povo brasileiro na resistência contra a oposição a Jango. O discurso proferido por João Goulart e a própria construção do Comício estão impregnados de símbolos que apontam diretamente na direção da política getulista na tentativa de conquistar o apoio da massa trabalhadora, sobretudo as organizações sindicais e a esquerda radical, como último pilar de sustentação de um governo que já pressentia a queda cada vez mais iminente. A comoção com o suicídio de Vargas dez anos antes era um estímulo suficientemente forte para se crer no poder que a imagem do “grande homem”, o “pai dos pobres”, tinha sobre as camadas populares da sociedade.

O Comício da Central seria a abertura monumental de uma série de manifestações que culminaria em uma rerepresentação do momento máximo do espetáculo do trabalhismo populista de Getúlio: as celebrações do Primeiro de Maio, o dia do trabalhador. O comício da Guanabara seria seguido por outros mega-eventos em Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, culminando a campanha pelas Reformas de base em uma inédita concentração de um milhão de trabalhadores em São Paulo no dia que não poderia ser outro senão o Dia do Trabalhador (JUREMA, 1964: 143).

O Primeiro de Maio é uma data rica em significação para os movimentos de trabalhadores de todo o mundo. A data é uma lembrança de eventos ocorridos em Chicago, nos Estados Unidos, em primeiro de maio de 1886. Nesse dia ocorreu uma grande manifestação que marcou o início de uma greve geral de trabalhadores em todo o país, na luta pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. O primeiro dia de maio de 1886 também foi o início de um sangrento conflito entre as forças policiais de

Chicago e os trabalhadores que durou três dias, até 4 de maio, quando, em meio a uma manifestação, elementos desconhecidos lançaram um explosivo na direção dos policiais, matando sete agentes. A polícia, então, abriu fogo, matando doze trabalhadores e ferindo dezenas, alguns vindo a morrer alguns dias mais tarde. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como a Revolta de Haymarket.

Três anos mais tarde, em 20 de junho de 1889, a segunda internacional socialista, reunida em Paris, aprovou a proposta de convocar a cada primeiro de maio, anualmente, manifestações de luta pela redução da jornada de trabalho, em homenagem às lutas sindicais de Chicago. Em primeiro de maio de 1891, uma manifestação no norte da França é duramente reprimida, deixando um saldo de dez trabalhadores mortos. Esse novo evento reforça ainda mais a imagem de luta da data e meses depois a reunião da Internacional Socialista em Bruxelas adota a data como dia internacional da luta pelas reivindicações laborais. Finalmente, em 23 de abril de 1919 o senado francês ratifica a jornada de oito horas e determina que o dia primeiro de maio se torne feriado naquele ano. Em 1920 a Rússia adota a data como feriado nacional, atitude que foi seguida por vários países em todo o mundo.

No Brasil a data já era celebrada pelos movimentos operários desde o início do Século XX, com destaque para manifestações de trabalhadores bastante consideráveis no Rio de Janeiro em 1906 e 1919 (KOCHER, 1987). Essas manifestações se repetiram com bastante frequência até o fim dos anos 1920, quando começaram a escassear. Contudo, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a formação do Estado Novo, o Primeiro de Maio brasileiro assumiu um caráter completamente diverso das manifestações da luta dos trabalhadores.

O Primeiro de Maio getulista apresenta-se mais como uma grande festa, um encontro para celebrar a relação entre os trabalhadores organizados pela rede sindical do Estado e a política trabalhista do Governo. A partir de 1939 as comemorações do Dia do Trabalhador começam a ser realizadas no estádio de São Januário, do Vasco da Gama. O estádio era, então, o maior da América Latina, com capacidade para mais de quarenta mil espectadores. Além disso, era o único grande estádio da cidade fora da

elitista Zona Sul do Rio de Janeiro, sendo localizado no bairro de São Cristóvão. (Figuras 10 e 11)

Por ocasião destes eventos monumentais o presidente Vargas fazia um discurso e sempre anunciava uma nova medida de seu governo que visava beneficiá-los. O salário mínimo, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (a CLT) são três bons exemplos do porte das iniciativas que então eram ritualmente comunicadas a um público, invariavelmente através do chamamento inicial: "*Trabalhadores do Brasil!*". Pouco a pouco as celebrações do Dia do Trabalhador se transformaram em verdadeiros cultos à imagem de Getúlio Vargas, um espetáculo de adoração do herói em vida que marcou definitivamente a data no imaginário político brasileiro.



Figuras 10 e 11: O Primeiro de Maio de Getúlio Vargas no Estádio de São Januário no Rio de Janeiro

Fonte: CPDOC, FGV

A escolha do Primeiro de Maio como data para o ápice da campanha pelas Reformas foi, contudo, apenas o primeiro sinal da evocação da imagem de Getúlio Vargas na tentativa de salvação do governo João Goulart. E não se deu por acaso. A série de manifestações e a carta do Presidente para a abertura do Congresso Nacional foram profundamente planejadas e mantidas em sigilo, sendo de conhecimento apenas dos assessores mais íntimos de Jango. Um deles era Abelardo JUREMA (1964), Ministro da Justiça a partir de 1963, e amigo do Presidente desde o período da vice-presidência no governo Kubitschek. Jurema nos relata que a empreitada se dividiu em dois planos, um plano político, comandado por Darci Ribeiro, de elaboração dos textos da carta e do discurso, e outro plano mais prático, de organização dos comícios e arregimentação dos sindicatos, de cujas lideranças Goulart se encontrava afastado desde o episódio do Estado de Sítio. Este segundo plano ficou a cargo de dois antigos colaboradores de Jango, José Gomes Talarico e Gilberto Crockrat de Sá, conhecedores das atividades sindicais.

As palavras de Jango naquela noite de 13 de Março na Central do Brasil, diante da multidão, constituem, assim, mais uma referência bem planejada a Getúlio Vargas. Nesse caso, entretanto, a referência dificilmente poderia ser mais clara. Em primeiro lugar pelo fato do Presidente se dirigir, ao longo de todo o discurso ao seu público como “trabalhadores”, “trabalhadores brasileiros” ou mesmo ao clássico do repertório getulista, “trabalhadores do Brasil”. Mas, sem dúvida, há partes do texto em que a evocação do herói assume contornos dramáticos próprios aos objetivos da ocasião.

Logo nos primeiros minutos do discurso, ao se referir à tentativa da oposição de classificar as Reformas como um movimento antidemocrático, a evocação do herói assume uma de suas imagens mais fortes, a da morte em sacrifício, defendendo o povo das “elites antidemocráticas”, que surge assim nas palavras de Goulart:

“Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização desse memorável encontro entre o povo e o

presidente (...). Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático (...).

Desgraçada democracia se tiver que ser defendida por esses democratas. Democracia para eles, trabalhadores, não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é a democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia, trabalhadores brasileiros, a democracia que eles desejam nos impingir é a democracia do anti-povo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato, ou seja aquela que melhor atenda aos seus interesses, ou aos trunfos que eles representam. A democracia que eles querem é para liquidar com a Petrobrás. É a democracia dos monopólios nacionais e internacionais. A democracia que pudesse lutar contra o povo. A democracia que levou o grande presidente Vargas ao extremo sacrifício.” (FOLHA DE S. PAULO, 14/03/1964)

Ao declarar a encampação das refinarias privadas, mais uma vez a imagem de Vargas é trazida à tona, como um exemplo de luta pelos interesses da nação brasileira, através das campanhas de nacionalização do petróleo, e que tombou em pleno combate:

“(...) procurei, com esse decreto, ser fiel ao patrimônio popular. Procurei, no espírito que criou a lei nº 2004, lei que surgiu, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal na nossa alma e no nosso espírito. Ao anunciar na frente dessa multidão incalculável o decreto de encampação de todas as refinarias particulares, eu desejo prestar, meus patrícios, eu desejo prestar, meu povo brasileiro, minha homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário ao sentimento do nosso povo. Quero prestar uma homenagem ao grande e imortal presidente Getúlio Vargas. Ele, ele, trabalhadores, o imortal e grande patriota Vargas, tombou, mas o povo continua sua caminhada; mas o povo e os trabalhadores continuaram sua caminhada e eu vivo hoje um

momento de profunda emoção ao poder dizer que soube interpretar o sentimento do povo brasileiro”. (FOLHA DE S. PAULO 14/03/1964)

Ao discurso de evocação do herói, contudo, é preciso incorporar o cenário, de maneira que o espetáculo fique completo. E ao pensarmos nesse cenário, podemos observar que sua profundidade simbólica, como sistema de significação construído com signos do espaço da cidade do Rio de Janeiro, em nada deve ao texto-discurso, como sistema de significação lingüístico, proferido por João Goulart.

Em primeiro lugar pela significação de ser a cidade do Rio de Janeiro, capital então da Guanabara, a cidade escolhida como ponto de partida do esforço de aproximação entre o Presidente e os trabalhadores. Nada como demonstrar força à oposição, mostrar quem, de fato, conta com o apoio popular, em campo adversário. No caso, não um adversário qualquer, mas Carlos Lacerda, governador da Guanabara e opositor feroz de Getúlio Vargas e, depois, João Goulart. O inimigo, neste momento, é o mesmo que forçara o sacrifício do herói. Convém, assim, celebrar Getúlio Vargas na cidade de Lacerda, capital do estado sob seu governo. Não se deu por nenhuma outra razão, como nos conta JUREMA (1964), a escolha da cidade do Rio de Janeiro (Figuras 12 e 13).

O cenário escolhido dentro da cidade, a posição exata do palanque, no entanto, são bem mais específicos. O palanque foi montado no trecho da Praça da República entre a estação ferroviária da Central do Brasil e o Ministério da Guerra. Esses dois edifícios, marcos bastante conhecidos da



Figura 12: A imagem de Getúlio Vargas em meio às faixas.

Fonte: Documentário Jango, de Silvio Tendler



Figura 13: Cartaz com caricatura de Carlos Lacerda.

Fonte: Documentário Jango, de Silvio Tendler

paisagem carioca, nos oferecem elementos bastante interessantes para continuarmos a nossa interpretação do cenário do Comício da Central. (Figura 14)

Criada em 1858 sob o nome D. Pedro II, a partir de 1889, com a proclamação da República, a estação, bem como a rede ferroviária da qual ela faz parte, passou a chamar-se Central do Brasil, de forma a eliminar quaisquer referências ao império. Além de atender aos anseios republicanos, o nome Central mostrou-se bastante adequado ao significado que a estação iria adquirir: a Central do Brasil constitui o ponto final da malha ferroviária que liga os subúrbios cariocas ao centro da cidade.

O edifício atual da estação, com sua imponente torre de 135 metros com relógio por si só é um dos elementos mais conhecidos da imaginária urbana da cidade do Rio de Janeiro. A sua forma em 1964, e que persiste até hoje, foi resultado das profundas intervenções urbanas que o Estado Novo imprimiu na região do entorno da Praça da República, sendo a mais notável delas a abertura da Avenida Presidente Vargas, obra que custou a demolição de um grande eixo de quarteirões que ia da Praça XI à Candelária, além de parte dos jardins do Campo de Santana. O antigo prédio da estação (Figura 15), que já havia sido parcialmente destruído em um incêndio em 1906, foi demolido para dar lugar ao atual, em conformidade com a estética modernista de todos os novos prédios que vinham sendo construídos para a administração federal. Dentre as novas construções se incluía o edifício do Ministério da Guerra, vizinho à nova gare.

A localização da nova estação (Figura 16) se mostrou uma questão polêmica, uma vez que o plano de Agache para a reorganização do espaço urbano do Rio de Janeiro previa o deslocamento da estação central para a Praça XV. Contudo, uma nova localização a colocaria fora do eixo de construções que materializavam o Estado Novo getulista na paisagem da avenida que, não por acaso, foi chamada Presidente Vargas.



Figura 14: Vista aérea do entorno da Praça da República

Fonte: Google Earth



Figura 15: A Central do Brasil no início do Século XX. Fotografia de Marc Ferrez
Fonte: ABREU, 1997.



Figura 16: O novo edifício da Central do Brasil
Fonte: O Globo

da avenida que, não por acaso, foi chamada Presidente Vargas.

A manutenção da localização da estação, contudo, agrega à nova forma que surge na paisagem carioca uma carga simbólica mais antiga do que aquela do Estado Novo. A estação, como nó inicial da Estrada de Ferro Central do Brasil, é um signo fundamental em uma cidade cujo desenvolvimento a partir de seu núcleo central ficou qualitativamente marcado pelos meios de transporte que atendiam aos novos eixos de crescimento.

Como nos ensina ABREU (1997), a cidade do Rio de Janeiro manteve até a segunda metade do século XIX, mais precisamente até meados de 1870, quase cinqüenta anos após a independência do país, a estrutura espacial da cidade colonial, sem uma clara separação no espaço das classes sociais. A cidade basicamente confinada entre os morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição só começa a alterar sua forma, principalmente, a partir da chegada da família real em 1808. As áreas da cidade ocupadas pelos membros da corte rapidamente se valorizaram, atraindo os cidadãos mais abastados, como foi o caso de São Cristóvão e de áreas de antigas chácaras mais ao sul da cidade, como Catete, Glória e Botafogo, onde a rainha Carlota Joaquina mantinha uma casa.

A dificuldade de mobilidade espacial da maior parte da população, entretanto, impedia uma expansão mais acelerada do espaço urbano, já que as camadas mais pobres de trabalhadores livres não podiam se distanciar muito do centro da cidade em virtude da falta de uma rede de transportes capaz de atender às freguesias periféricas, que mantinham ainda um caráter rural.

O período que se inicia em 1870, para ABREU (1997), é a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana na cidade do Rio de Janeiro. O ponto inicial desta fase se encontra em 1858 com a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) que permitiu, a partir de 1861, a ocupação acelerada das freguesias suburbanas cortadas pelos trilhos da nova estrada. Só a partir de 1868, entretanto, fica completo o binômio responsável pela expansão urbana, com a implantação das primeiras linhas de bondes puxados por burros. A importância de trens e bondes, nesse período, é assim relatada por ABREU:

“Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão física da cidade. Os primeiros passaram a servir áreas ainda fracamente integradas à cidade, que se abriram então àqueles que podiam se dar ao luxo de morar fora da área central mas não podiam arcar com os custos, já elevados dos terrenos da Glória, Botafogo ou Tijuca; os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se no centro por falta de meio de transporte rápido e regular”. (ABREU, 1997, pg. 43)

Bondes e trens possibilitaram, assim, a expansão da cidade e permitiram a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já começava a se esboçar mesmo antes de 1870. Este crescimento da cidade em direções qualitativamente distintas acabaria por agregar significação aos próprios meios de transporte. O Rio de Janeiro dos trens certamente não era o Rio de Janeiro dos bondes e, gradativamente, o imaginário da população foi sendo tomado por essa divisão. (Figuras 17 e 18)

A estrutura lançada foi a base da ocupação da cidade na virada do século XIX para o XX. A abolição da escravidão, bem como a industrialização que se iniciava na cidade no fim do século XIX, trouxeram para o Rio de Janeiro um afluxo populacional para o qual a cidade não

Linhas de Trem na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

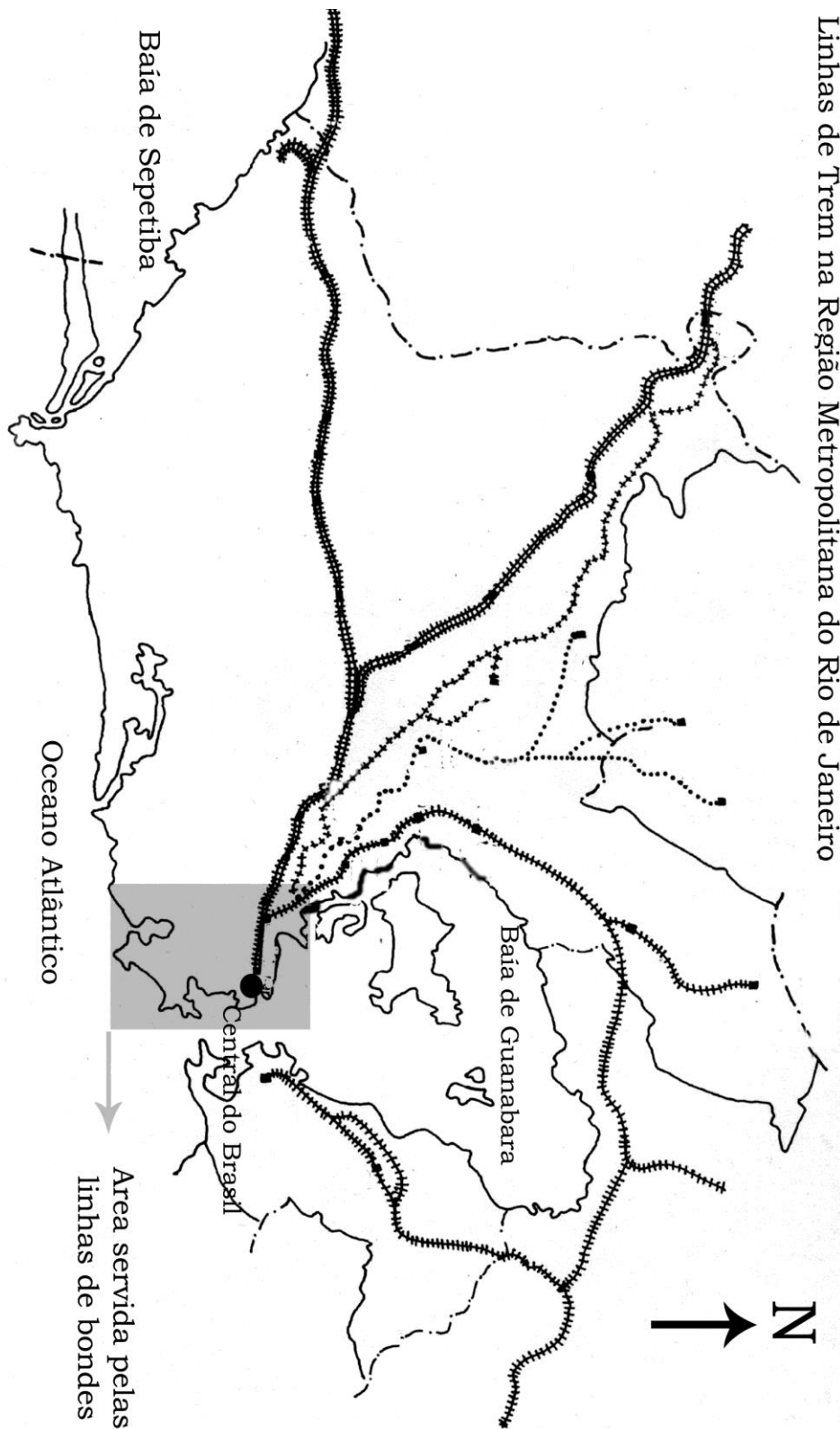


Figura 17: Cartograma: O Rio de Janeiro dos trens.

Fonte: Adaptado de ABREU, 1997

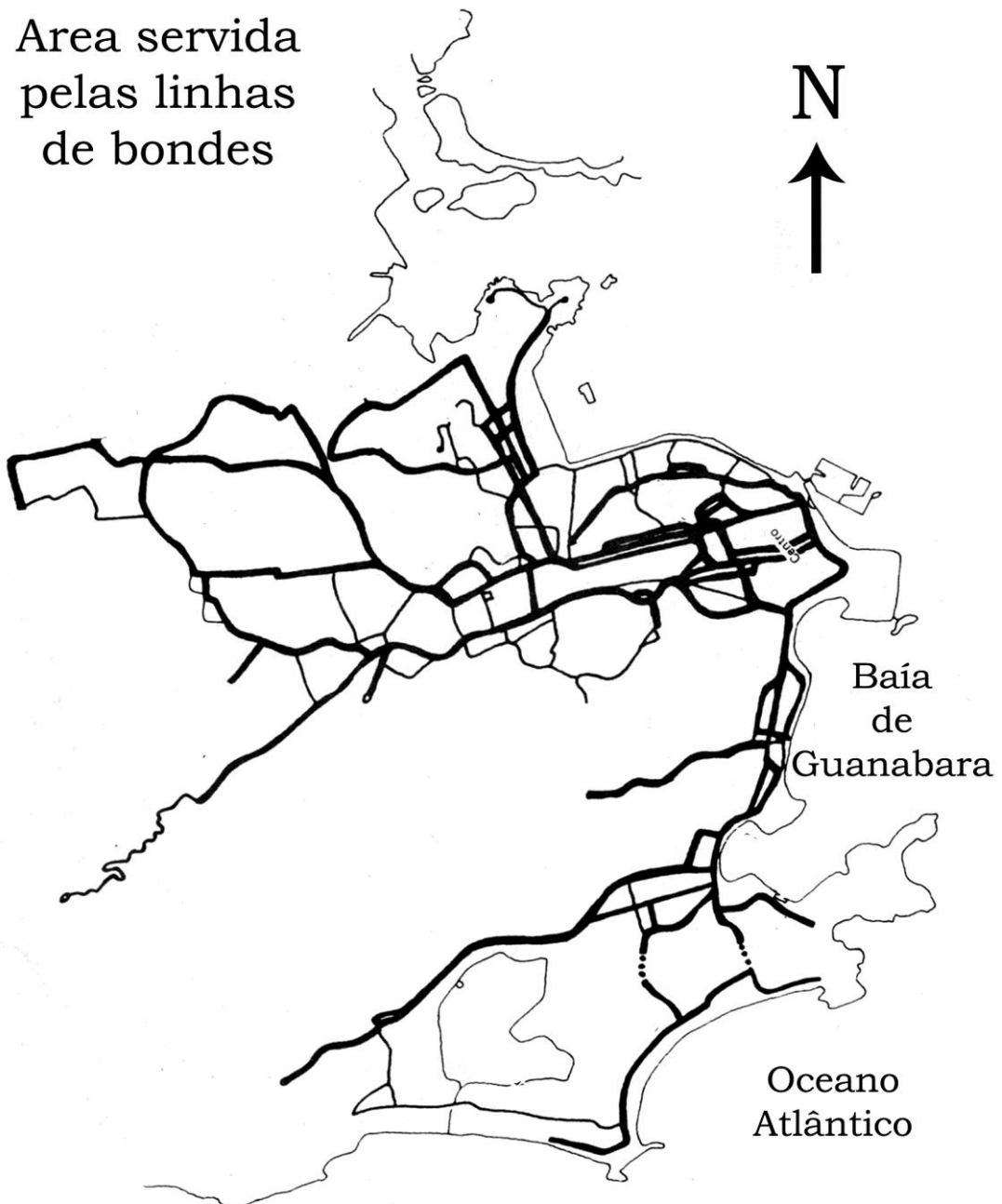


Figura 18: Cartograma: O Rio de Janeiro dos Bondes.

Fonte: Adaptado de ABREU, 1997.

estava pronta, agravando o problema populacional com o inchaço dos cortiços do centro. Logo no início do século XX, contudo, a guerra do Governo Municipal aos cortiços consolidou a idéia de que as áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá se deslocavam voluntária ou involuntariamente. Trem, subúrbio e população de baixa renda se constituíam sinônimos que se contrapunham à associação entre o bonde, a zona sul, e um estilo de vida moderno à beira-mar simbolizado, sobretudo, pelo novo bairro de Copacabana, cuja ocupação se deveu em grande parte à expansão das linhas de bonde, em uma estratégia muito bem sucedida das próprias companhias de bondes de preparação e revenda de áreas da zona sul que incorporou também Ipanema e, posteriormente, o Leblon.

A última característica atribuída aos subúrbios atendidos pela estrada de ferro é o caráter fortemente operário da sua população. As indústrias que, a princípio se instalaram em áreas mais centrais da cidade, sobretudo São Cristóvão, já em decadência com o exílio da família real em 1889, pouco a pouco se transferiram para os subúrbios, seja por custos menores e disponibilidade de espaço, ou por incentivo da administração municipal, que oferecia incentivos às empresas que implantassem vilas operárias longe do centro, contribuindo para o esvaziamento dos cortiços.

A espacialização da nova estrutura social do Rio de Janeiro capitalista que nascia na virada para o século XX ainda enfrentaria a contradição dos bairros operários do entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. Com o objetivo de impedir a solidificação de uma tendência indesejada em uma área potencialmente lucrativa foi frustrada a construção da única estrada de ferro que cruzaria a zona sul carioca.

Em 1920 as freguesias centrais e da zona sul respondiam por praticamente metade da mão-de-obra operária da cidade do Rio de Janeiro, enquanto as freguesias suburbanas atendidas pelas linhas do trem constituíam residência para cerca de um terço dessa mão-de-obra. Em 1930, contudo observa-se uma grande expansão da atividade industrial na direção dos subúrbios e o decréscimo no centro e zona sul. Assim, em 1950, a situação se inverte, com 54% dos trabalhadores industriais localizados no subúrbio e apenas 19% no núcleo que englobava centro e zona sul (Dados de recenseamento organizados por ABREU, 1997).

Ainda na década de 1930 se estabeleceu pela primeira vez uma zona industrial na cidade, com o Decreto-lei 6.000/37, delimitando uma área industrial que excluía os bairros da zona sul do Rio de Janeiro. A impossibilidade de expansão, juntamente com uma vertiginosa valorização dos terrenos, fez com que bairros da zona sul com tradição fabril como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras, vissem suas indústrias se transferirem ou mesmo encerrarem as atividades e lotearem seus terrenos para uso residencial.

A estação da Central do Brasil, localizada na Avenida Presidente Vargas, coração do sistema de transporte dos bairros fortemente proletarizados do subúrbio do Rio de Janeiro, é o elemento cênico principal daquela noite de 13 de Março de 1964. O discurso do trabalhismo populista de João Goulart e o resgate da imagem de Getúlio Vargas como o herói da classe trabalhadora não poderia dispensar a carga simbólica da Central do Brasil e o Rio de Janeiro que ela representa. Um discurso dirigido aos “trabalhadores do Brasil” não poderia se dar em um cenário mais enfático na cidade do Rio de Janeiro. O Comício da Central do Brasil é uma demonstração de apoio do Rio de Janeiro proletário, popular, a um presidente que se bate contra o Rio de Janeiro elitista representado Carlos Lacerda.

O cenário da Praça da República naquela noite, porém, ainda não está completo. O megacomício de abertura da campanha de resgate do apoio popular do governo João Goulart evidencia a vizinhança da Central do Brasil com o Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra e, em 1964, sede do Comando Militar do Leste (Figuras 19 e 20 e 21). Trazer para a cena o Palácio Duque de Caxias é uma evocação da complexa relação entre Goulart e os militares ao longo de toda a sua trajetória política.

O edifício construído praticamente simultaneamente à estação vizinha faz parte do mesmo conjunto arquitetônico do Estado Novo. Com a transferência da capital do país para Brasília em 1960, o Palácio Duque de Caxias deixa de ser a sede do Ministério da Guerra e passa a ser a sede do Comando Militar do Leste, mas sua importância dentro dos círculos militares não diminui.

Desde o Manifesto dos Coronéis, quando Jango ainda era ministro do trabalho de Vargas, passando pela crise dos ministros militares após a renúncia de Jânio Quadros, a presença de Goulart no poder sempre foi objeto de pressões por parte dos militares. Se o Comício da Central era o início de uma demonstração de força popular que culminaria com um Primeiro de Maio *à la* Vargas, essa demonstração seria direcionada tanto a seus adversários civis, como no caso de Lacerda, quanto aos militares. Nesse caso, uma manifestação política de cunho operário ao lado do mais importante edifício militar da cidade não é gratuita, como pode-se perceber pela própria reação dos militares sintetizada nas palavras do General Antonio Carlos Muricy:

“A coisa foi num crescendo, até chegar a sexta-feira 13, data marcada para o comício na Central. Os anúncios estavam ao lado do Quartel-General. E a mim e a todos repugnava chegar ao Quartel-General e ver aquilo: "Povo! Ao comício do dia 13!" Ao lado do Quartel-General! Isso era quase levado como uma ofensa. Eu ainda me lembro de ter chegado ao gabinete do Castelo e ter dito: "Castelo, você já viu a barbaridade?"E ele: "Calma, Muricy, nós temos que suportar isso."Mas era tremendo.”. (MURICY, DEPOIMENTO AO CPDOC/FGV)



Figura 19: O Palácio Duque de Caxias

Fonte: O Globo



Figura 20: A vizinhança entre a Central do Brasil e o Palácio Duque de Caxias

Fonte: Exército Brasileiro

Naquela Sexta-Feira 13, esquerda e direita se materializavam na paisagem do Comício da Central, cenário perfeito para a evocação do herói morto do trabalhismo populista no último esforço de seu herdeiro para salvar o seu legado político. Sobre o mesmo palanque que utilizava Getúlio Vargas e que fora especialmente recuperado para a ocasião (Figura 22) (SKIDMORE, 1985), Goulart contemplou a multidão diante da Central do Brasil e do Palácio Duque de Caxias e se sentiu revigorado para o confronto, como nos conta JUREMA:

“Naquele comício da Central do Brasil, por exemplo, havia 200 mil pessoas, com todo o exército ali; foi nas portas do Quartel-General. Então, ele achava o mesmo que qualquer homem comum acharia: que nunca mais cairia. Eram 200 mil pessoas na frente e o Exército atrás”. (JUREMA, DEPOIMENTO AO CPDOC, FGV.)



Figura 21: Manifestantes ao lado do Palácio Duque de Caxias

Fonte: Documentário Jango, de Silvio Tendler.



Figura 22 – O palanque de Getúlio resgatado por Goulart

Fonte: Jornal do Brasil

III.3.2 – Marcha da Família com Deus, pela Liberdade: a resistência pelo discurso da tradição

Entre os dias 20 e 30 de Março de 1964, na cidade de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, IBOPE, consultou, a pedido da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a população a respeito do governo de João Goulart¹². O resultado lhe creditava um apoio que torna difícil compreender como um governo que nos seus últimos dias apresentava um baixíssimo percentual de rejeição foi derrubado em um golpe contra o qual a reação popular, em um primeiro momento, não foi forte o suficiente para evitá-lo. Ao contrário, imensas manifestações ocorreram em celebração à derrubada, a mais notável delas no Rio de Janeiro, em 2 de Abril, quando a denominada “Marcha da Vitória” reuniu cerca de um milhão de pessoas na mesma cidade onde, alguns dias antes, ocorrera o Comício da Central.

Nos seus últimos dez dias o governo João Goulart era considerado ótimo por 7% dos entrevistados; 29% o consideravam bom; 30% avaliaram o governo como sendo regular; apenas 7% apontaram-no como sendo um mau governo; 12% concederam uma avaliação como péssimo e 9% não responderam. A pesquisa visava a perscrutar os efeitos de um golpe junto à população. Uma maioria acima de 80% dos entrevistados tinha conhecimento dos recentes decretos de João Goulart, que determinavam a encampação das refinarias de petróleo, a desapropriação das terras que margeiam açudes, ferrovias e rodovias federais, e o tabelamento dos aluguéis – medidas aprovadas por 64% e reprovadas por 20%. A encampação de empresas particulares era considerada vantajosa para o país por 47% e desvantajosa por 28%; por outro lado, a entrada de capitais estrangeiros era defendida por 46% e rejeitada por 33%.

Sobre os propósitos de João Goulart diante das eleições presidenciais, então marcadas para 1965, 45% estavam certos de que o presidente pretendia realizá-las normalmente, sem interferir; 22% desconfiavam que

¹² As pesquisas citadas fazem parte do acervo de pesquisas realizadas nos meses anteriores e posteriores ao golpe doado pelo IBOPE ao Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Unicamp.

Goulart queria mudar a Constituição para se candidatar; e 12% achavam que ele preparava um golpe para se tornar ditador. Entre os presidenciáveis da época, Carvalho Pinto liderava as intenções de voto com 24%, acochado por Juscelino Kubistchek com 22%, vindo depois Carlos Lacerda (16%) e Adhemar de Barros (9%).

Outra pesquisa do Ibope, sem menção do contratante, realizada de 9 a 26 de março em oito capitais – São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, Salvador e Curitiba –, colocava a hipótese de três candidatos a presidente: Kubistchek saiu favorito com 40,1%, deixando Carlos Lacerda com 14,8% e Magalhães Pinto com 10,2%. O mesmo questionário abriu a possibilidade, não prevista pela constituição, de João Goulart se candidatar à reeleição e 40% responderam que votariam nele.

Diante deste grau de popularidade do governo, a oposição deveria buscar novos elementos políticos para construir seu discurso. A pesquisa realizada na capital paulista talvez seja capaz de nos fornecer alguns elementos para entender o caminho tomado para a derrubada de João Goulart. Em abril de 1964, na cidade de São Paulo, 80% dos paulistanos eram contra a legalização do Partido Comunista do Brasil e 57% viam o comunismo aumentando no país; 32% temiam o regime como um perigo imediato, 36% como um perigo futuro e 19% não o consideravam um perigo. Mesmo após o golpe, em 22 de Maio, em uma pesquisa que questionava a respeito das maiores necessidades da população no país, 25% dos entrevistados apontaram o “expurgo dos comunistas” como a maior delas, ficando atrás apenas dos 29% que citaram o “combate ‘a inflação”.

Nesta nova pesquisa, realizada dois meses depois da pesquisa que atribuía uma boa aceitação do governo de Goulart, a deposição de Goulart constituiu uma medida benéfica ao país para 54% e prejudicial para 20%. A queda do presidente ocorreu, para 34%, porque ele estava levando o Brasil para um regime comunista; para 28% porque pretendia fechar o Congresso e se tornar ditador; e para 17% porque estava tomando medidas populares que contrariavam fortes interesses de grupos econômicos e financeiros, nacionais e estrangeiros. A cassação de deputados comunistas foi aprovada por 74% e a prisão de líderes sindicais ligados aos comunistas por 72%. O discurso que derrubou João Goulart foi, mais do que as críticas possíveis e abundantes ao

seu governo, o discurso do anticomunismo. E a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, foi o grande início do projeto de derrubada que se apoiou nesse discurso.

"Anticomunismo" , como o próprio nome diz, designa uma doutrina que se define por oposição ao comunismo. Nesse sentido, pode-se falar de anticomunismo desde que o comunismo existe. Ele ganha força, no entanto, a partir da revolução bolchevista de outubro de 1917, na Rússia, quando o comunismo se torna uma alternativa política real. Embora de fácil definição, o termo "anticomunismo" engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem *contra* um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre em períodos percebidos como de aumento do "perigo comunista".

Podemos, contudo, como aponta SÁ MOTTA (2002), agrupar a oposição ao comunismo no Brasil, especialmente em Março de 1964, em três vertentes: o catolicismo, o nacionalismo, e o liberalismo.

No que diz respeito ao catolicismo, por meio dos argumentos de cartas pastorais e outros ofícios da cúpula da Igreja Católica, Sá Motta revela que uma elaborada dicotomia entre comunismo e religião foi adotada pelos anticomunistas do período 1930-1964, que justificavam seus discursos enfatizando que a filosofia comunista

“(..).negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; [...] pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus”. (SÁ MOTTA, 2002, p. 20)

Foi pautada nessa lógica de competição que as prerrogativas católicas tradicionais configuraram-se como influências capitais para o anticomunismo, que, lançando mão de um raciocínio maniqueísta, sugeria que o desafio comunista tinha origem na eterna luta entre bem e mal e na ação do grande tentador, Satanás (SÁ MOTTA, 2002, p. 20).

A respeito do nacionalismo, Sá Motta chama atenção para a adoção, por parte dos conservadores, da idéia que pressupõe a "nação" como um "corpo orgânico" fundamental para a manutenção da ordem. Conforme o autor, esse nacionalismo de viés conservador enfatiza a defesa da ordem, da tradição e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado.

Essa concepção evidencia duas preocupações dos grupos anticomunistas. A primeira referia-se à atribuição do comunismo como inimigo estrangeiro a serviço da União Soviética; a segunda relacionava-se aos postulados internacionalistas do pensamento marxista, que compreendiam o nacionalismo como um fenômeno ligado ao mundo burguês, destinado a ser superado quando o operariado se tornasse classe dirigente. Nesse sentido, esta vinculação reforça a tese comunista de que os trabalhadores não tinham pátria, seu destino seria revolucionar o mundo e instaurar uma ordem mundial baseada na fraternidade universal.

Por fim, a pregação dos pressupostos liberais pelas facções que se opunham francamente ao comunismo englobava as questões propriamente políticas (liberdades políticas), juntamente com pontos acerca da economia (especificamente, a livre iniciativa):

“Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava”. (SÁ MOTTA, 2002, p. 38)

É preciso agregar a essa análise ainda o fato de que, em Março de 1964, o Brasil se encontrava em meio às tensões da Guerra Fria. Após a Revolução Cubana de 1959, o governo dos Estados Unidos, receosos de um avanço de revoluções de caráter socialista na América Latina, intensificou muito suas ações anticomunistas no continente. No Brasil, as operações mais abertas dos órgão de inteligência norte-americanos se davam através do binômio IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto

Brasileiro de Ação Democrática), organizações geridas pelo alto empresariado do Rio de Janeiro e de São Paulo e pela alta oficialidade da reserva do Exército Brasileiro. Com dinheiro dos Estados Unidos, estes órgãos financiaram diretamente as campanhas e os governos da oposição a Goulart, além de serem os organizadores discretos da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade.

Analisando, então, a manifestação, podemos encontrar no cenário elementos relacionados às três vertentes do discurso anticomunista. O próprio discurso nos evidencia essa associação construída entre parte da paisagem do Centro de São Paulo e a oração da Missa pela Salvação do Brasil, lida por uma mãe paulista:

“Venerável apóstolo Padre Anchieta: viemos de longe, viemos da nossa sementeira, quando curvado sobre o chão de Iperoig de Vitória, de Piratininga, plantastes **com a semente da fé, a semente da pátria**, que floresceu no turbilhão de cidades e templos.

Viemos de longe, viemos dos Palmares e dos Guararapes, viemos dos Arrecifes de Pernambuco e fomos trincheira, couraça e espada, guardando fronteiras, portos, praias e promontórios, impedindo os passos dos piratas e dos vendilhões da pátria. Viemos de longe, trazemos na alma as lições **de civismo, de patriotismo e de fé** que ouvimos da boca de Vieira, de Nabuco, de Rui e de José do Patrocínio.

Trazemos no coração os poemas de Castro Alves e Gonçalves Dias, de Bilac e de Guilherme de Almeida, gritos de guerra santa, com que nossas mães nos embalaram com cantigas de ninar, plasmando as nossas almas, na coragem e da fé.

Viemos de longe, trazemos na nossa retina a imagem dos nossos heróis: Henrique Dias e Camarão, Osório e Caxias, os heróis do Forte e General Salgado, mártires e guerreiros da pátria.

Viemos de longe, trazemos na nossa mente as lições e os exemplos dos construtores da **nação**, dos forjadores da ordem e da paz, dos missionários e dos bandeirantes, do Patriarca da Independência e do Regente do Império, dos Convencionais de Itu e do Conselho de 32. De Nóbrega e Anchieta, de Tibiriçá e Bartira, de Fernão Dias e Raposo Tavares, de José Bonifácio e

Feijó, de Prudente de Moraes e Campos Salles, de Pedro de Toledo e Armando Salles de Oliveira.

Vimos de longe, viemos do chão sagrado da Praça da República, onde tombaram os primeiros mártires de 1932 – Martins, Miragaia, Drauzio e Camargo – hóstias em holocausto da Constituição e das liberdades públicas. Somos pois as romeiras e peregrinas de Deus e da Pátria.

Chegamos como uma monção imperterrita aos vossos pés de Apóstolo, fundeando neles as nossas âncoras de esperança, fundador e patrono da gens e da terra de São Paulo.

Trazemos em nossas mãos o estandarte com a cruz do Cristo que nos legou Cabral. Trazemos em nossas mãos as tábuas da lei de Deus plantadas na terra de Santa Cruz por Frei Henrique de Coimbra.

Chegamos, ó Taumaturgo, para vos pedir a graça e a proteção, a coragem e o denodo, a fortaleza e a unidade dos paulistas, para a áspera batalha que teremos que travar, contra os novos vendilhões da pátria. Contra os que numa cavalgada insolente, trazendo nas mãos a bandeira rubra nazicomunista, com a cruz que não é a de Cristo e a foice e o martelo, tentam assassinar a alma da pátria, destruindo a sua história, as suas tradições de ordem e de paz, a família e a fé.

Ouvimos estupefatas e estarrecidas o grito de guerra e de morte que se levantou da turbamulta estipendiada do comício presidencial da Guanabara.

Por isso viemos aos vossos pés para vos suplicar: acordai a nossa gente e a nossa pátria, ó Apóstolo de Piratininga, despertai a consciência cívica e cristã da nossa juventude universitária e da nossa operosa classe obreira, redimi a tribuna do XI de Agosto, abrasai o coração de nossas mães, fortalecei os braços de nossos pais e de nossos esposos, **sustentai a fidelidade e a lealdade dos homens públicos, de nossos soldados e de nossas armas, à Constituição, à vocação histórica, às tradições cristãs e à paz da família brasileira.**

Essas armas, nós as mães, matrizes da vida e da pátria, as pagamos com o suor e os sacrifícios dos nossos trabalhos e dos trabalhos de nossos esposos, colocando-as nas mãos varonis de nossos soldados como sentinelas para garantirem a paz, a

liberdade, a história, o nosso direito de viver, e não como instrumentos para garantirem a desordem e o assassinio de nossos filhos.

Guardai e iluminai, ó Apóstolo de Piratininga, a consciência e o zelo de nossos pastores, para que à imagem Santa do Divino Pastor dos Evangelhos, não se enfraqueçam e nem abandonem o rebanho e o redil de suas ovelhas frente aos lobos vorazes travestidos de cordeiros

Dai-nos a paz e a ordem, convertei os maus e os opressores, fazei com que os justos e os dignos triunfem e que não sejam arrebatados das nossas mãos os estandartes da fé e da pátria.

De joelhos, ó Apóstolo do Novo Mundo, nós suplicamos à Mãe de Deus, que é vossa mãe e também nossa, Rainha do Brasil, a Virgem Aparecida, **para que guarde e proteja nossas liberdades e a família brasileira, não permitindo que se transformem em nação mártir e num povo oprimido, como as nações e os povos escravizados do brutal e ateu comunismo.**

Que não nos aconteça, ó Mãe de Deus, encontrar novamente o vosso Divino Filho no caminho da dor, flagelado, coroado de espinhos e de cruz às costas, como as mulheres santas de Jerusalém, ou como atualmente outras mulheres mártires de Cuba, Polônia, Hungria e outras nações escravizadas, e termos que ouvir a sua voz cheia de amargura e de terrível solidão clamando: “Não choreis sobre mim, mas sobre vós e vossos filhos”. (Lucas, 22,23)

Sejam o nosso último grito de súplica e de esperança os versos do rei salmista David, recordados pela Igreja neste tempo litúrgico.

“Meus inimigos me dirigem palavras de paz; cheios de ódio, porém, me oprime. Vós Senhor, bem o vedes, não fiquéis em silêncio, nem vos afasteis de mim”. (Ps. 34 – 22,22)

“Senhor, não me entregueis ao furor dos meus adversários, porque se levantam contra mim testemunhas falsas que só respiram violência”. (Ps. 26-12)

“Senhor apressai em me socorrer. Sejam confundidos todos os que intentam males ao vossos servos”. (Os. 69-2,3,4)

“Levanta-te, Senhor, e faze-me justiça. Defende a minha causa. Vibra a tua lança e corta o caminho aos que me perseguem”. (Ps. 34 -23,3)

Ó taumaturgo Padre Anchieta, vós que domastes Cunhambebe de coração bruto e ferocidade de monstro, que acalmastes os vagalhões enfurecidos, afastai de nós a fúria dos novos antropófagos da fé e da liberdade. Ajudai-nos a conseguir, ó Apóstolo do Novo Mundo, a nova paz de Iperoig, porque também hoje há nativos enganados que se aliam aos intrusos. E que conseguida a paz, possamos nós, à sua imitação cuidar dos neófitos dentro daquela inesgotável caridade, que foi a sua grande virtude entre os homens.

Que sob os céus da pátria não tremulem outros pavilhões senão o da paz, o da fé e o das liberdades democráticas na nação brasileira. AMEM.” (Folha de São Paulo, 20/03/1964, grifos do autor).

O ponto de partida da manifestação, a Praça da República, traz para o discurso, como cenário, a vertente nacionalista pela tradição constitucionalista de São Paulo em defesa da “nação brasileira” e pela resistência a Getúlio Vargas, cristalizada na paisagem da praça pelo movimento constitucionalista de 1932.

Diferentemente de inúmeras outras cidades brasileiras, não há em São Paulo uma grande avenida denominada Getúlio Vargas, ou Presidente Vargas. Encontram-se, no entanto, dentro do perímetro urbano da cidade quatro ruas e uma avenida denominadas 9 de Julho (BORGES & COHEN, 2004). A oposição a Vargas e a exaltação da data oficial do início dos combates em 1932 são, sem dúvida, marcas das mais fortes no imaginário urbano paulista. Um dos exemplos mais representativos dessa força simbólica foi a impressionante resistência encontrada pelo projeto que, em 2002, propôs a mudança do nome do túnel 9 de Julho para Dr. Daher Cutait. Da imprensa até as associações de veteranos de 1932, uma voz em uníssono lembrava da importância do túnel, inaugurado com a designação revolucionária pelo próprio Getúlio Vargas em 1938:

“O Túnel 9 de Julho foi inaugurado em 23.7.38, como noticiaram os jornais da época, com esse nome, pelo presidente Getúlio Vargas. É por isso que, para a Sociedade dos Veteranos de 1932 – MMDC, o túnel tem mais valor que o nome dado ao palácio, ou que o feriado estadual, pois representa a vitória

moral da batalha e seu reconhecimento pelo vencedor pelas armas. Um troféu inarredável!”. (“Memória apagada”. O Estado de S. Paulo, 28.4.2002, p. 3 in BORGES & COHEN)

Se o túnel é uma imagem gravada na paisagem que rememora um evento do qual a cidade se orgulha, a Praça da República, inspirada nos jardins europeus, elo entre o centro velho e o centro novo de São Paulo, também pode ser considerada um signo espacial de primeira grandeza para o imaginário de 1932 (Figura 23). A praça foi, originalmente, o local eleito pelo Clube de Piratininga e pela Sociedade dos Veteranos de 1932 – MMDC para manifestações anuais de celebração da Revolução Constitucionalista. A data para essas manifestações, entretanto, não é o 9 de Julho, mas o 23 de Maio, data que é considerada o verdadeiro início do movimento paulista, enquanto, em Julho, o que teria ocorrido seria o dia de pegar em armas. De fato, os acontecimentos de 23 de Maio de 1932 marcaram indelevelmente a Praça da República.

O estado de São Paulo havia sido a principal base política do regime da Primeira República, e por isso era visto por vários membros do Governo Provisório como um potencial foco oposicionista. Lideranças civis e militares pressionaram então Getúlio Vargas para que não deixasse o governo estadual nas mãos do Partido Democrático de São Paulo, alegando que o PD havia apoiado a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, mas não se envolvera diretamente nos eventos revolucionários. Diante dessas pressões, Vargas terminou por indicar para os cargos de interventor e comandante da Força Pública de São Paulo os líderes tenentistas João Alberto e Miguel Costa.

A exclusão do Partido Democrático teve como principal resultado o início de uma campanha de mobilização da sociedade paulista. A palavra de ordem era a imediata reintegração do país em um regime constitucional. Essa reivindicação era rechaçada pelos "tenentes", interessados em manter um governo discricionário para promover mais facilmente as mudanças que consideravam necessárias. Durante o ano de 1931, o governo Vargas manteve-se muito próximo das teses tenentistas, a ponto de se poder dizer que o Brasil era o país dos "tenentes".

A campanha constitucionalista fez sua primeira vítima em julho de 1931. Sem condições de governar, o interventor João Alberto renunciou. Iniciou-se então um período de intensa luta política entre os diversos grupos que buscavam o poder em São Paulo. Em um curto espaço de tempo foram indicados diversos interventores que caíam com a mesma facilidade com que subiam. Essa instabilidade decorria também do fato de que o "caso de São Paulo" se tornava cada vez mais um problema político que ultrapassava as fronteiras do estado. Qualquer medida do Governo Provisório no sentido de atender ou não às reivindicações paulistas tinha repercussão política nacional. Setores políticos gaúchos e mineiros emprestaram solidariedade à campanha constitucionalista sem, no entanto, romper naquele momento com o governo de Vargas.

No final de 1931 e início de 1932, Vargas procurou conter as críticas organizando uma comissão, presidida pelo ministro da Justiça Maurício Cardoso, encarregada de organizar o novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1932, o Código Eleitoral foi publicado e um novo interventor foi nomeado para São Paulo, o civil e paulista Pedro de Toledo. Os sinais de trégua emitidos por Vargas, no entanto, não arrefeceram os ânimos. Formou-se a Frente Única Paulista (FUP), cujos principais lemas eram a constitucionalização do país e a autonomia de São Paulo.

Em maio de 1932, Vargas marcou a data das eleições para dali a um ano. A medida não teve resultados práticos no sentido de conter a conspiração política, que naquele momento já corria solta. Na segunda-feira, 23 de Maio, um comício de estudantes foi marcado para a Praça do Patriarca. A Associação Comercial pediu aos comerciantes e industriais que fechassem suas portas mais cedo para que os empregados pudessem participar das manifestações. O clima de tensão e a praça cheia fizeram com que alguns grupos partissem na direção do Viaduto do Chá. Após atravessarem-no, alguns elementos mais exaltados dirigiram-se à sede da Legião Revolucionária, organização de apoio à Revolução de 1930 em São Paulo, no número setenta da rua Barão de Itapetininga, esquina com a Praça da República (BORGES & COHEN, 2004).

O choque provocou um combate armado entre os manifestantes e os ocupantes da sede que varou a madrugada, resultando em cerca de 13

mortos e dezenas de feridos, de acordo com alguns relatos (BORGES & COHEN, 2004). O relatório oficial, contudo, identificou quatro mortos: Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Antonio Américo de Camargo Andrade e Dráusio Marcondes de Souza. Transformados em mártires do movimento, suas iniciais, MMDC, formaram o nome da primeira organização civil dedicada à preparação de uma guerra contra o regime. (Figura 24).

A recuperação do cenário da Praça da República no discurso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade está, sem dúvida, vinculada ao discurso da tradição de resistência paulista a Getúlio Vargas, representado pelo seu herdeiro político João Goulart. Dentro da ótica anticomunista da manifestação, o simbolismo de 1932 que impregnava a praça era também a evocação da ideologia do “bandeirantismo”, a versão paulista para o nacionalismo. O centro do “bandeirantismo” estava no “dever paulista” de proteger a nação brasileira construída pelo esforço de conquista do território conquistado pelos bandeirantes partidos de Piratininga (SALIBA, 2004). (Figuras 25, 26, 27)

Em 1930 a ameaça à nação brasileira era representada pela desconfiança de infiltração comunista na Revolução e pelo regime ditatorial de Vargas. A “ocupação de Piratininga” (NOGUEIRA FILHO, 1966), como se referiam os paulistas à intervenção do regime no estado, foi um dos mais duros golpes à moral bandeirante. Em 1964 a Marcha teve como objetivo semear o temor da ameaça comunista mais uma vez e a necessidade da nação brasileira resistir ao “perigo vermelho”. Contra o herói morto do Comício da Central, Getúlio Vargas, a manifestação paulista contrapunha, com a Praça da República, seus mártires de 1932.

Partindo do discurso anticomunista nacionalista e anti-Vargas da Praça da República, o meio milhão de participantes da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, em procissão, cumpre um percurso de cerca de 1200 metros até desaguar diante da Catedral da Sé, onde são agregados novos discursos. (Figura 28)



Figura 23: Vista aérea da Praça da República

Fonte: Prefeitura de São Paulo

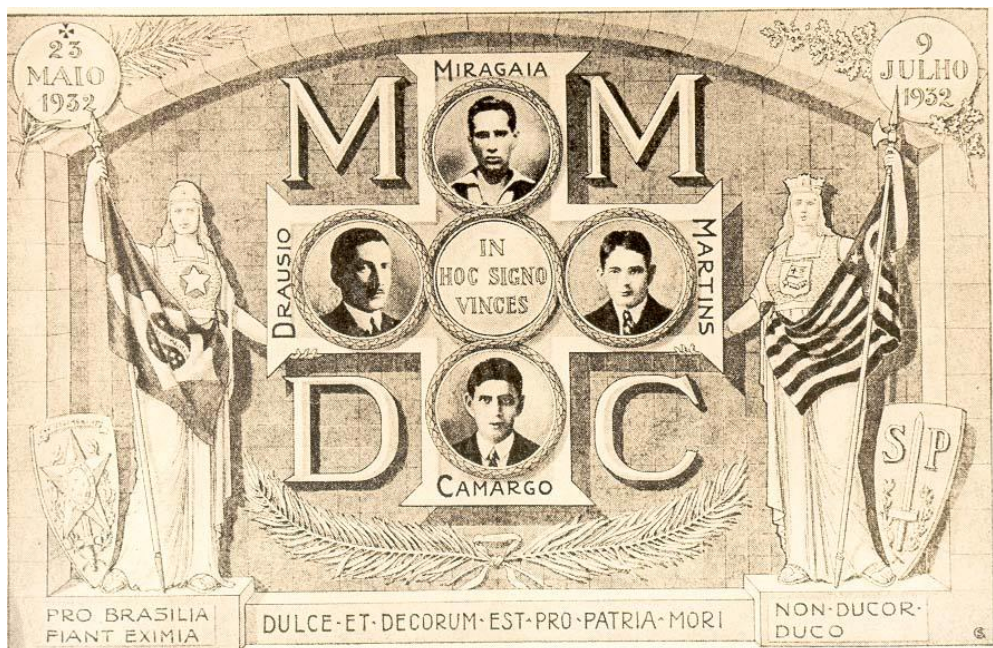


Figura 24: Brasão do Movimento Revolucionário MMDC. Destacamos as datas, 23 de Maio, dia da morte dos “mártires”, e 9 de Julho, início de fato da revolução constitucionalista, além das inscrições em latim: Dulce et decorum est pro patria mori (“é doce e honrado morrer pela pátria”), Pro brasilíā fiant eximíā (“pelo Brasil faça-se o melhor”) e Non ducor, ducor (“não sou conduzido, conduzo”). Fonte: CPDOC, FGV.



Figura 25: Cartaz da Revolução Constitucionalista de 1932 em que o Bandeirante subjugua Getúlio Vargas. Ao fundo o soldado constitucionalista com a bandeira do estado de São Paulo. Fonte: CPDOC, FGV.

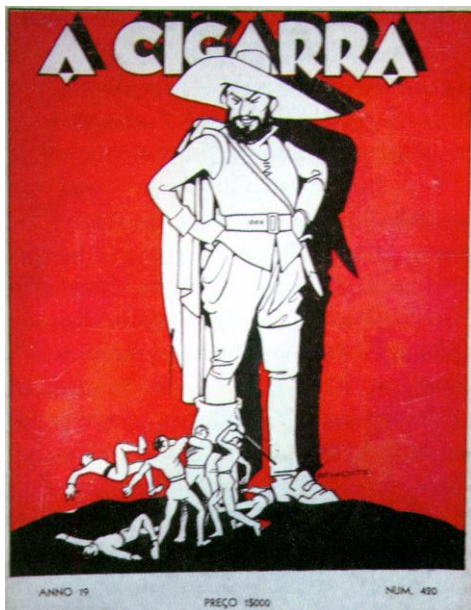


Figura 26 e 27: Capa dos periódicos A Cigarra e A Platea em 1932 simbolizando a força do Bandeirante contra os ataques do governo Vargas. Fonte: 26 - BORGES & COHEN, 2004; 27 - SALIBA, 2004.

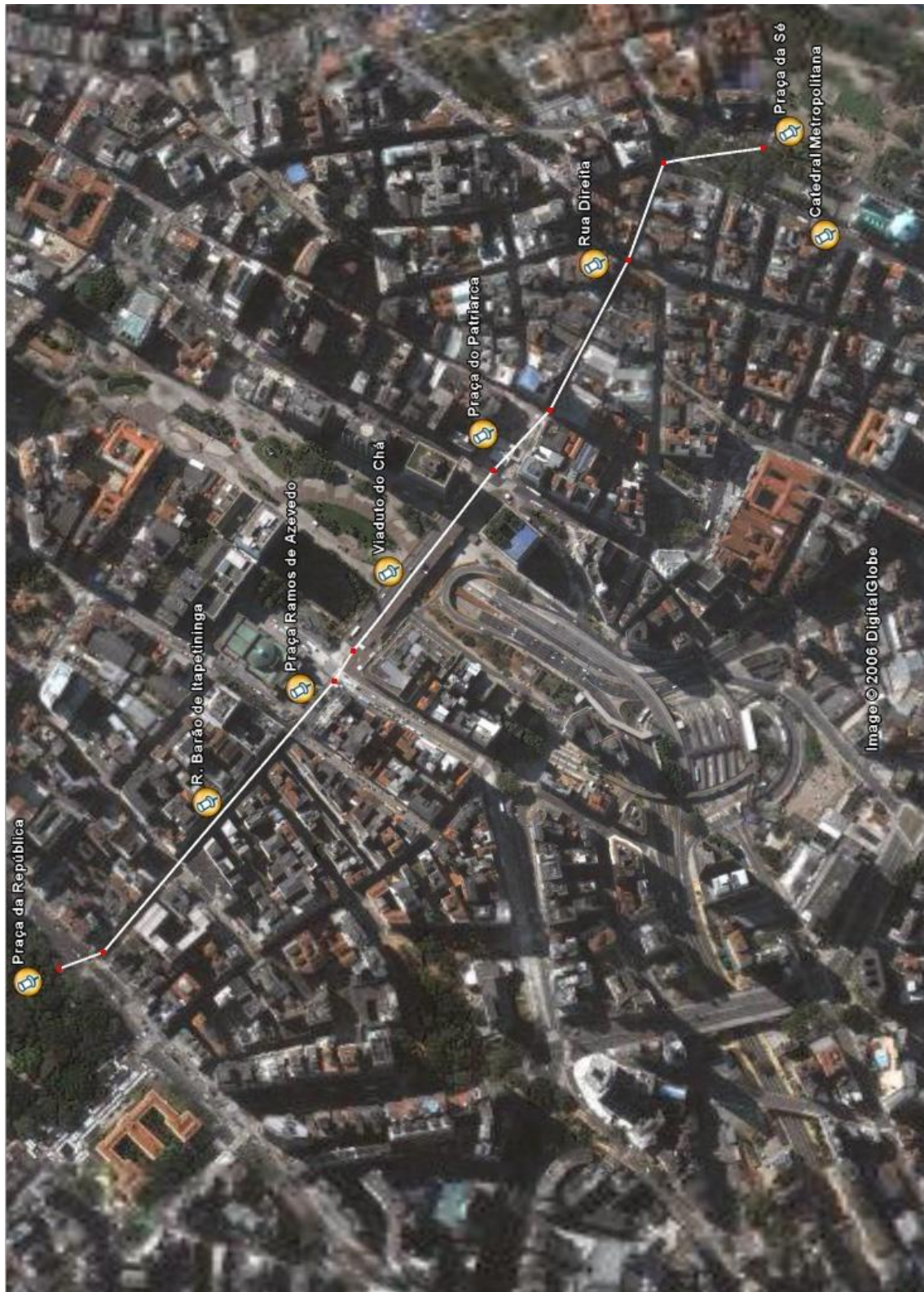


Figura 28: O percurso da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade

Fonte: Google Earth

O primeiro destes discursos contempla a vertente religiosa do discurso anticomunista e, provavelmente, foi o que atraiu a maior parte dos manifestantes presentes e foi a fonte de inspiração do nome da manifestação. A referência direta à ameaça às tradições e valores da família católica brasileira provocou naquele momento, junto à opinião pública, sobretudo das classes médias, uma resistência moralista de grande força. Na cidade de São Paulo, tanto em 1964, como até hoje, nenhum outro elemento da paisagem urbana seria capaz de simbolizar estes valores como a Catedral da Sé.

Com 111 metros de comprimento, 46 metros de largura, 65 metros na cúpula, e cinco naves capazes de comportar até oito mil pessoas, a Catedral é, de fato, um templo imponente e marcante, se colocando entre os cinco maiores de inspiração gótica do mundo. Em estilo neogótico pelo projeto original de Maximiliano Hehl, elementos da fauna e flora tropicais foram adicionados à construção, além da cúpula sobre o cruzeiro, característica mais identificada com a arquitetura religiosa renascentista. O projeto de construção da Catedral data de 1912, após a cidade ser elevada a sede de arquidiocese pelo papa Pio X. Nesse sentido, como edifício sede da arquidiocese, é o templo de posição mais alta dentro hierarquia da territorialidade católica da cidade de São Paulo. A identificação do simbolismo religioso diante da Catedral é, certamente, imediato. (Figuras 29 e 30)

Mas a Catedral da Sé, como forma simbólica, como cenário para a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, ainda fornece um conjunto de significados que vai diretamente de encontro à terceira vertente do discurso anticomunista de Março de 1964, a do liberalismo burguês. A construção da Catedral, iniciada em 1913, e parcialmente concluída em 1954, ano das comemorações do quarto centenário da cidade de São Paulo, passa pelos três períodos que SOUZA (1994) descreve como a consolidação da identidade metropolitana da cidade, quando São Paulo, nas palavras da autora, “se fez metrópole”.



Figura 29: A Catedral de São Paulo em construção às vésperas do IV Centenário da cidade. Fonte: Editora Abril

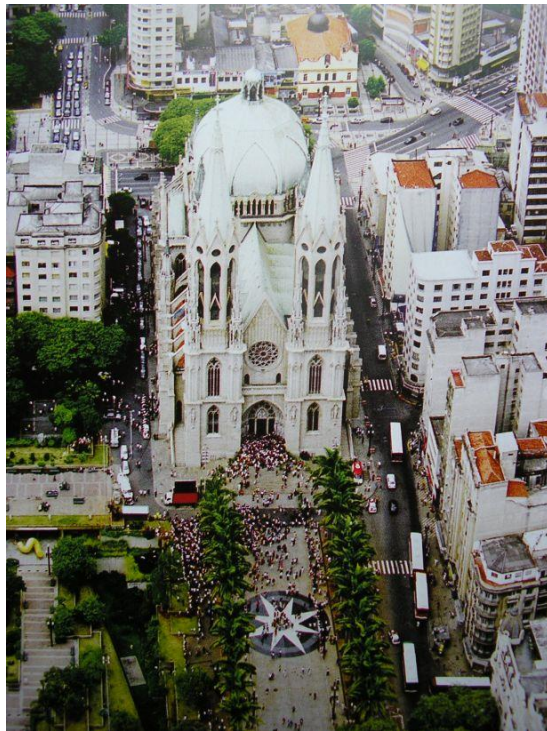


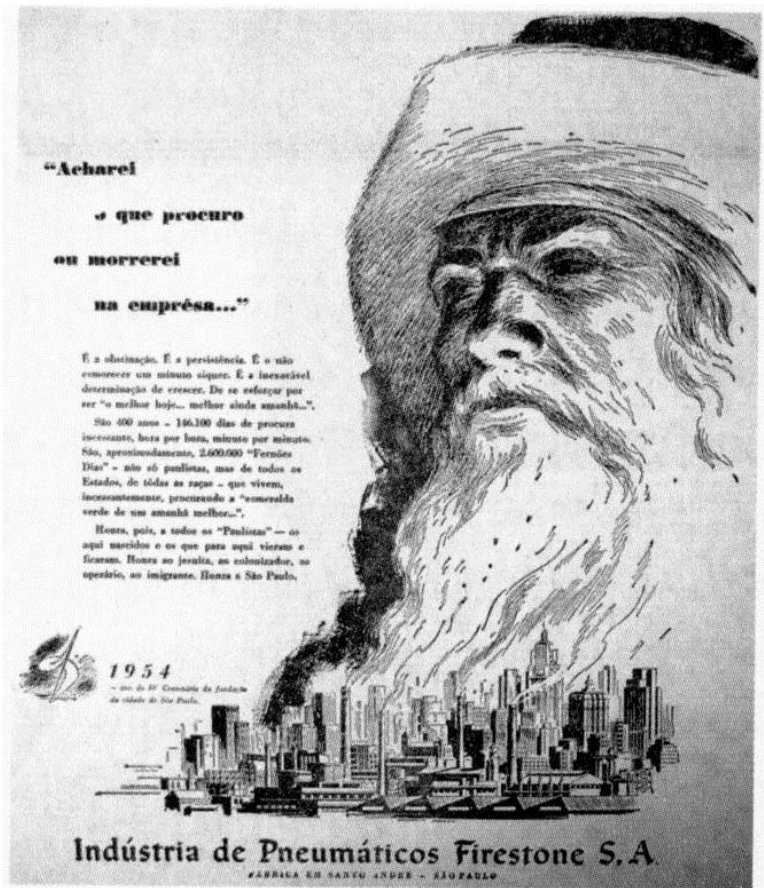
Figura 30: A Catedral pronta.
Fonte: Prefeitura da Cidade de São Paulo

A consolidação da metrópole paulista é, também, a afirmação do poder de sua burguesia que encontra seu ápice, até então, na celebração do quarto centenário (Figuras 31 e 32).

Os números estatísticos que contabilizam quanto material nas obras e decoração da matriz são impressionantes: 154.200 kg de mármore branco de Carrara; 9.600 kg de mármore verde St Denis das minas do Vale de Aosta; 74.550 kg de mármore amarelo de Siena das minas de Monte d'Elsa; 166.750 kg de mármore vermelho portassanta, das minas de Caldana (Grosseto); 3.164 kg de ônix do Vale de Aosta; 4.050 kg de porfiro antigo do Egito; 135 kg de Malaquita do Congo; 25 kg de lazulita chileno; 15 mil quilos de bronze (DELLELIS, 2002). O mais impressionante, talvez, seja o fato de que a obra tenha sido completamente financiada sem a participação de dinheiro público, com todos os seus recursos provenientes da arrecadação junto à alta sociedade de São Paulo. A Catedral da Sé, se tornou, assim, o grande templo da burguesia paulista.

No período de consolidação metropolitana que, para SOUZA (2004), vai de 1889 a 1954, São Paulo definitivamente ultrapassa o Rio de Janeiro como a mais dinâmica economia do país e a sua burguesia como a mais poderosa. A Avenida Paulista é, nesse momento, a “caixa registradora do Brasil”, a “Nova York dos Trópicos”. Esse poder é impresso na paisagem urbana da cidade através do aparecimento da arquitetura moderna em São Paulo em 1938, com o edifício Esther, e culmina com a inauguração, em 1954, de imensas obras, como o Parque do Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer e Burle Marx, e da própria Catedral da Sé. Sua inauguração, contudo, foi forçada pelo valor significativo da data: em 1954 as duas torres frontais, de 97 metros de altura, ainda não estavam concluídas (Figura 29).

Aos pés da Catedral se encontraram naquele 19 de Março de 1964 o discurso do nacionalismo bandeirante que partira da Praça da República, e os discursos do moralismo católico e do orgulho burguês simbolizados pelo gigantismo da Sé, discursos unidos por um percurso mais de



Figuras 31 e 32: À imagem formadora do Bandeirante se somam os símbolos da metropolização. Na figura 31 o Bandeirante contempla a verticalização e as indústrias da metrópole paulistana. Na figura 32 a fumaça do pujante parque industrial paulista forma a imagem do bandeirante Fernão Dias. As duas imagens fazem parte de publicidade comemorativa do IV Centenário bancada por empresas situadas em São Paulo.

Fonte: SALIBA, 2004.

procissão do que propriamente passeata. Essa conjugação de cenários tornou possível o espetáculo de transformação do trabalhismo de João Goulart na ameaça comunista, o grande argumento utilizado para sensibilização da opinião pública para a derrubada do governo poucos dias depois. (Figuras 33 e 34)



Figura 33: Imagem síntese da mitologia da formação de São Paulo: o índio, o missionário jesuíta, o bandeirante e o soldado constitucionalista unindo forças para erguer a bandeira de São Paulo. Mais uma peça de publicidade do IV Centenário. Fonte: SALIBA, 2004.



Figura 34: O palanque montado nas escadarias da Catedral por ocasião da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade. Diante do edifício grandioso, destacam-se a bandeira de São Paulo, a imagem de Nossa Senhora Aparecida, santa padroeira do Brasil, além das “mães paulistas”, políticos e padres. Na faixa, a oração de proteção contra o perigo vermelho: “Deus guarde o Brasil”. Fonte: GASPARI, 2002.

V. Considerações Finais:

A importância dos signos espaciais na construção do discurso político

O desfecho do nosso confronto de discursos naquele Março de 1964 já é, hoje, bastante conhecido, apesar de todas as dificuldades causadas à historiografia pela eliminação de documentos por parte do regime que assumiu o poder em 31 de Março, ou 1º de Abril, dependendo de quem nos conte a história.

Às duas manifestações sobre as quais nos debruçamos são reservadas poucas páginas na bibliografia a respeito do período, provavelmente porque na crescente tensão da crise naquele momento elas tenham sido menos decisivas, como estopim, do que outros episódios. O discurso de João Goulart na noite do dia 30 no Automóvel Clube, na Cinelândia, Rio de Janeiro, por exemplo, é considerado de maneira quase unânime como o momento decisivo a partir do qual foram deflagradas as movimentações para derrubada do presidente.

De fato, o conteúdo do discurso, dirigido a oficiais de baixa patente das forças armadas naquela noite era muito mais agressivo do que aquele do dia 13 na Central do Brasil. E envolvia uma questão muito mais explosiva para os militares: a quebra da hierarquia. A presença de Goulart na reunião do Automóvel Clube, de certa maneira, juntamente com a anistia de alguns oficiais da Marinha, presos por atividade política no dia 25, consolidava uma afronta direta a um dos valores mais altos da ética militar. Por esse motivo, tanto o deputado Tancredo Neves, quanto o secretário de Imprensa da Presidência, Raul Ryff, desaconselhavam a presença de Jango no evento (GASPARI, 2002).

Mas a sensação de potência do presidente já estava para além da prudência. Neste momento, já se comentava abertamente a possibilidade de um golpe continuísta, seja por uma constituinte ou simplesmente pelo apoio da base popular que João Goulart acreditava ter ao seu lado, bem como um “dispositivo militar” suficientemente eficiente para fazer frente a um levante

das Forças Armadas. Os dois pilares que sustentariam o governo, no entanto, se mostraram ilusórios.

O Comício da Central e a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade foram aquilo que poderíamos chamar o começo do fim em Março de 1964. O Comício por criar, para Goulart, uma ilusão de poder e apoio com que ele, em verdade, não contava. A Marcha por constituir uma demonstração de apoio significativa das camadas médias da população a um golpe. Não foram, contudo, eventos catalisadores no processo do golpe, o que talvez explique um certo desprestígio junto aos historiadores.

O privilégio que demos a estas duas manifestações, algumas vezes preteridas pela historiografia, ocorre justamente por este não ser um trabalho de História, como ressaltamos no nosso prólogo. Do ponto de vista histórico, não temos nenhum fato novo a acrescentar à bibliografia, nem tivemos essa pretensão com este trabalho. A nossa contribuição residiu em, como Geógrafos, oferecer um olhar diferente sobre as duas manifestações.

Que interpretação original destes eventos a Geografia pode então trazer? A nossa valorização do Comício e da Marcha se deu pela possibilidade de evidenciar o papel do espaço na construção do discurso político que norteou a crise de Março de 1964. Em nenhum outro evento neste período se fez tão forte esse papel quanto nessas duas manifestações.

O embate entre os dois discursos que se opunham se materializaram nas paisagens do Rio de Janeiro e São Paulo naquele momento. Poderiam as manifestações ter ocorrido em outras cidades, ou mesmo em outros lugares dentro das mesmas cidades? Provavelmente sim. Seus discursos, entretanto, teriam a mesma força simbólica? Certamente não. Os cenários escolhidos eram inigualáveis.

O que buscamos mostrar com este trabalho, através da metáfora do cenário, foi a força de alguns símbolos presentes no espaço urbano das duas maiores cidades brasileiras em um momento chave da nossa história. Nossos cenários urbanos são mais do que simples panos de fundo diante dos quais desenrola-se a ação de maneira independente. Os símbolos espaciais, a paisagem plena de significados, como o cenário, é também parte da própria ação, do próprio discurso.

Acreditamos ainda que esta nossa pequena reflexão não está confinada a um único recorte isolado no tempo e no espaço. Nos parece que esta apropriação de signos espaciais é prática muitas vezes indispensável ao exercício do poder. Talvez nos fujam neste momento outros exemplos tão eloqüentes como as manifestações de 1964, mas podemos, ao menos, nos referir rapidamente a mais um caso.

Durante a campanha presidencial de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um fato que chamou a nossa atenção. Tradicionalmente o último comício de campanha do hoje presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva na cidade do Rio de Janeiro, desde a primeira em 1989, ocorria no eixo Cinelândia-Avenida Rio Branco-Candelária, no centro da cidade, local preferencial para praticamente todos os grandes atos políticos do Rio de Janeiro. Eram manifestações de grande porte sempre vinculadas ao histórico de luta do candidato e do partido junto às classes trabalhadoras.

Em 2002, no entanto, o último comício na cidade aconteceu na Praia de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro, local mais fortemente associado a grandes “shows” de música gratuitos do que a grandes manifestações políticas. Estando presentes naquele “showmício”¹³, a questão que nos envolvia era: por que naquele lugar? A resposta rápida e superficial, naquele momento, passava por uma tentativa de mudança do discurso do candidato após três derrotas consecutivas em eleições presidenciais.

À parte a validade da nossa análise naquele momento, o que ficou daquele dia foi a idéia, ainda embrionária, de que o discurso político e os significados da paisagem urbana poderiam estar, de alguma forma relacionados. Este trabalho é resultado do longo caminho, nem sempre reto, que viemos trilhando desde então.

Concluir nossa dissertação não é suficiente para responder a todas a nossos questionamentos. É preciso saber adiar algumas respostas para dar fim ao trabalho. Mas algumas, no entanto, nos parecem irresistíveis, razão pela qual gostaríamos de encerrar este trabalho com uma nova questão que surge ao olharmos ele pronto.

¹³ Este híbrido de comício com show, alternando discursos e apresentações musicais e que se tornou a forma preferencial das últimas campanhas políticas no país foi abolido pela justiça eleitoral para as campanhas de 2006

Ao nos referirmos à idéia de cenário associada ao discurso político, dificilmente conseguimos fugir das noções de espetáculo e de sociedade do espetáculo. Ao pensar a teatralidade do poder, BALANDIER (1992) se colocou como questão a relação entre uma política/espetáculo e o cidadão espectador, gerando, para ele, a anestesia política como o mal democrático fruto dessa relação. Como geógrafos, refazemos a questão. Em que espaços públicos, então, se insere esse cidadão espectador? Que espaços públicos dão conta desta política espetacular? Talvez seja este um caminho possível para continuarmos a refletir a respeito do papel dos cenários na vida pública. E ao seguir por esse rumo, esperamos poder continuar contribuindo para uma valorização da abordagem geográfica.

Fontes:

Bibliografia citada:

ABREU, M.A. (1990). *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. IPLAN/Rio, Rio de Janeiro.

BALANDIER, G. (1992). *Le pouvoir sur scènes*. Balland, Paris.

BARTHES, R. (1993). *Mitologias*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

BARTHES, R. (2001). *A aventura semiológica*. Martins Fontes, São Paulo.

BERDOULAY, V. (1985). *Convergences des analyses sémiotique et écologique du paysage* In: BERDOULAY, V. & PHIPPS, M. *Paysage et Système*. Éditions de l'Université d'Ottawa, Ottawa.

BERDOULAY, V. (1988). *Des Mots e des lieux. La dynamique du discours géographique*. Éditions du CNRS, Paris.

BERDOULAY, V. (1989). *Place, meaning and discourse in French language geography*. In: AGNEW, J.A. & DUNCAN, J. *The power of place. Bringing together geographical and sociological imaginations*. Unwin Hyman, Boston.

BERDOULAY, V; CASTRO, I & GOMES, P.C.C. (2001). *L'Espace public entre mythe, imaginaire et culture*. Cahiers de Géographie du Québec, Volume 45, n° 126, décembre 2001.

BERQUE, A. (1998). *Paisagem-Marca, Paisagem Matriz: Elementos da problemática para uma Geografia Cultural*. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. EdUERJ, Rio de Janeiro.

BORGES, V.P. & COHEN, I.S. (2004) *A cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932*. In: PORTA, P. *História da Cidade de São Paulo, Volume 3: A cidade na primeira metade do Século XX 1890-1954*. Paz e Terra, São Paulo.

BRUNET, R. (1974). *Analyses des paysages et sémiologie. Éléments pour un débat*. L'Espace Géographique, 3(2), 120-126.

CASTRO, I.E. (1997). *Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação*. In: Castro, I.E. et alli. (orgs.) *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

CLAVAL, P. (2004). *A paisagem dos Geógrafos*. In: . In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Paisagens, textos e identidade*. EdUERJ, Rio de Janeiro.

COSGROVE, D. (1985). *Prospect, perspective and the evolution of the landscape Idea*. Transactions of the Institute of British Geographers, 10, 45-62.

COSGROVE, D. (1998). *A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas*. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. EdUERJ, Rio de Janeiro.

COSGROVE, D & DANIELS, S. (1993). *Spectacle and text: landscape metaphors in cultural geography*. In: DUNCAN, J & LEY, D. *Place/Culture/Representation*. Routledge, Londres e Nova York

DELELLIS, R. (2002) *Catedral da Sé – Arte e Engenharia na Recuperação do Patrimônio*. Formarte, São Paulo.

DINES, A. (1964) (org.) *Os idos de Março e a queda em Abril*. José Álvaro Editores, Rio de Janeiro.

DUNCAN, J. (1990). *The city as a text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge University Press, Cambridge

DUNCAN, J. (2003). *O supra-orgânico na Geografia Cultural Americana*. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro

DURAND, G. (1994). *L'imaginaire*. Paris, Hatier.

ECO, U. (1993). *Interpretação e Superinterpretação*. Martins Fontes, São Paulo.

ECO, U. (1995). *Os limites da interpretação*. Perspectiva, São Paulo.

ECO, U. (2003). *Tratado Geral de Semiótica*. Perspectiva, São Paulo.

FERREIRA DA SILVA, T.R. (2003). *A Geografia e o Theatrum Mundi: Uma proposta de comparação entre teatro e cidade*. Monografia de Graduação em Geografia , UFRJ, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, M. (2004) *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo.

FRANCO, G.C. (1997) *O Papel da grande imprensa na preparação dos golpes militares: estudo comparativo entre o Brasil, 1964, e a Argentina, 1976*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

GASPARI, E. (2002). *A Ditadura Envergonhada*. Companhia das Letras, São Paulo.

GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Ao Livro Técnico e Científico Editora, Rio de Janeiro.

- GEERTZ, C. (1991). *Negara. O Estado Teatro no Século XIX*. Difel, Lisboa.
- GEERTZ, C. (2002). *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.
- GEERTZ, C. (2004). *O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Editora Vozes, Petrópolis.
- GOFFMANN, E. (1985). *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes, Petrópolis.
- GOMES, P.C.C. (1996). *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- GOMES, P.C. da C. (1997). *Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões*. In: Castro, I.E. et alli. (orgs.) *Explorações Geográficas*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- GOMES, P.C.C. (2002). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- GREIMAS, A. (1970). *Du Sens*. Seuil, Paris.
- JUREMA, A. (1964). *Sexta-Feira 13: Os últimos dias do governo João Goulart*. O Cruzeiro, Rio de Janeiro.
- KNAUSS, P. (1999) *Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro* (org.). Sette Letras, Rio de Janeiro.
- KOCHER, B. (1987). *Luto-Luta: O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, 1890/1940*. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- KOWZAN, T. (1978). *Os signos no teatro – introdução à semiologia da arte do espetáculo*. In: Guinsburg, J., Coelho Netto, J.T. & Cardoso, R.C. *Semiologia do teatro*. Perspectiva, São Paulo
- KROEBER, A. (1952). *The Superorganic*. In: *The Nature of Culture*. University of Chicago Press, Chicago.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1962). *O Pensamento Selvagem*. Cia. Editora Nacional, São Paulo.
- MONIZ BANDEIRA, A (1973). *O governo João Goulart :as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MORRIS, C. (1959). *Foundations of the Theory of Signs*. University of Chicago Press, Chicago

NASCIMENTO, M.S. (1999). *O Papel do Jornal do Brasil na desestabilização e deposição de João Goulart*. Monografia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro.

NELMS, H. (1964). *Como fazer teatro*. Editora Letras e Artes, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, M.R.D. (1993). *João Goulart na imprensa :de personalidade a personagem*. Anablume, São Paulo.

PESSOTTI, I. (1993). *Aqueles cães malditos de Arquelau*. Editora 34, Rio de Janeiro.

ROUBINE, J.J. 1998. *A linguagem da encenação teatral*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

SÁ MOTTA, R. P. (2002). *Em guarda contra o perigo vermelho : o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Perspectiva, São Paulo.

SALIBA, E.T. (2004). *Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana*. In: PORTA, P. *História da Cidade de São Paulo, Volume 3: A cidade na primeira metade do Século XX 1890-1954*. Paz e Terra, São Paulo.

SANTOS, M. 1996. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*, Hucitec, São Paulo.

SAUER, C.O. 1998 (1925). *A Morfologia da Paisagem*. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. EdUERJ, Rio de Janeiro.

SAUER, C.O. 2003 (1931). *Geografia Cultural*. In: CORRÊA, R.L. & ROSENDAHL, Z.(orgs.) *Introdução à Geografia Cultural*. EdUERJ, Rio de Janeiro.

SENNETT, R. (1989). *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Companhia das Letras, São Paulo.

SKIDMORE, T.E. (1985). *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Paz e Terra, São Paulo.

SOUZA, M.A. (1994). *Identidade da Metrópole: A verticalização de São Paulo*. Hucitec, São Paulo.

SOUZA, M.A. (2004). *Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização*. In: PORTA, P. *História da Cidade de São Paulo, Volume 3: A cidade na primeira metade do Século XX 1890-1954*. Paz e Terra, São Paulo.

TYLOR, E. (1970). *The Science of Culture*. In: *Primitive Culture*. Cooper Square, Nova Iorque.

Documentos consultados:

Discurso de João Goulart, em São Borja, justificando seu apoio a Getúlio Vargas desde sua deposição do governo em outubro de 1945 e defendendo a candidatura deste à presidência da República. (Entre abril e outubro de 1950).

(CPDOC/FGV/arquivo João Goulart/JG ptb-rs 1950-04-00)

Carta circular do ministro do Trabalho, João Goulart, aos presidentes dos sindicatos pedindo sua colaboração à política trabalhista do governo. [Entre junho de 1953 e fevereiro de 1954].

(CPDOC/FGV/arquivo João Goulart/JG mt 1953-06-00-1-doc 1)

Nota informando sobre posicionamento político do ministro João Goulart. [Entre junho e julho de 1953].

(CPDOC/FGV/arquivo João Goulart/ JG mt 1953-06-00-3)

Pedido de demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho. [22 de fevereiro de 1954].

(CPDOC/FGV/arquivo Getúlio Vargas/GV c 1954-02-22-1)

Carta testamento do presidente Getúlio Vargas. [24 de agosto de 1954].

(CPDOC/FGV/arquivo Getúlio Vargas/ GV c 1954-08-24-2)

Discurso de João Goulart, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalhador, em que exalta as organizações sindicais e suas conquistas, em 1o de maio de 1958.

(CPDOC/FGV/arquivo João Goulart/JG vpr 1957-00-00)

Texto da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República. [25 de agosto de 1961].

(CPDOC/FGV/arquivo Castilho Cabral/CC c 1959-04-13-doc 32)

Parecer da Comissão Mista do Congresso Nacional sobre a renúncia de Jânio Quadros e a inconveniência do retorno de João Goulart ao Brasil.

(CPDOC/FGV/arquivo Ultimo de Carvalho/ UC c 1961-08-29)

Pronunciamento à nação examinando os principais fatores de agravamento da crise geral brasileira e defendendo a implementação das reformas de base. [maio de 1962].

(CPDOC/FGV/arquivo André Carrazzoni / AnC pi Goulart J. 1963 1964 00 00)

Pronunciamento do general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército e um dos chefes militares do golpe de 1964, sobre a repercussão do "Comício das reformas", no seio das Forças Armadas. [20 de março de 1964].

(CPDOC/FGV/arquivo Bertholdo Klinger/BK ger 1964-03-20)

Documento da Cruzada Brasileira anticomunista, conclamando as Forças Armadas a reagirem contra a ameaça comunista representada pelo governo João Goulart. [1961-1964].
(CPDOC/FGV/arquivo Bertholdo Klinger/BK ger 1963-09-00)

Boletim distribuído nas Forças Armadas alertando para a comunização do país. [junho de 1963].
(CPDOC/FGV/arquivo Odylio Denys/ OD vm 1961-12-13)

Jornais consultados:

As edições entre 12/03/1964 e 21/03/1964 de:

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

O Globo, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo, São Paulo.

Folha de São Paulo, São Paulo.

Depoimentos citados:

Abelardo Jurema

Data da entrevista: 6/4/1977 a 7/7/1977

Entrevistadores: Aspásia Camargo, Eduardo Raposo e Oswaldo Trigueiro do Vale

Antonio Carlos Muricy

Data da entrevista: 17/2/1981 a 20/5/1981

Entrevistadores: Aspásia Camargo, Ignez Cordeiro de Farias e Lucia Hippolito